

- SAPUPEMA — Povoado, ao norte da cidade de Alfredo Chaves. (M. de Alfredo Chaves).
- SAQUAREIRA — Arroio, afluente da margem esquerda do José Velho. (M. de Taquara).
- SARAIVA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Piratini. (M. de Cangussú).
- SARAIVA — Povoado, a sudeste de Passo Fundo. (M. de Passo Fundo).
- SARAIVA — Povoado, a sudoeste da vila do Estreito. (M. de São José do Norte).
- SARANDÍ — Arroio, tributário da lagoa Mirim. (M. de Arroio Grande).
- SARANDÍ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Ibirapuitã. (M. de Livramento).
- SARANDÍ — Arroio, afluente da margem esquerda do Catí. (M. de Livramento).
- SARANDÍ (RINCAO DO) — Lugarejo, à margem direita do arroio Areal. (M. de Santa Maria).
- SARANDÍ — Arroio, tributário da Lagoa dos Patos. (M. de São Lourenço).
- SARANDÍ — Rio, afluente da margem direita do Icamaguã, na divisa do município de São Borja. (M. de São Luiz Gonzaga).
- SARANDÍ — Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Sarandí, pertencente à comarca de Carazinho. Na região meridional do município, à margem esquerda do arroio Caturité e seu afluente Tinguassú.
- SARANDÍ — Rio, afluente da margem esquerda do Passo Fundo. (M. de Sarandí).
- SARANGONHA — Ilha, na Lagoa dos Patos, próxima à ponta Rasa. (M. de São José do Norte).
- SARAPÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Capivara. (M. de Taquari).
- SARAQUÁ — Arroio, afluente da margem direita do rio Taquari. (M. de Lajeado).
- SARGENTO — Arroio, afluente da margem direita do Bordado. (M. de Santa Rosa).
- SARÚ — Lagoa, a nordeste de Reserva. (M. de São José do Norte).
- SCHEID OU GARÚ — Arroio, afluente da margem esquerda do Feitoria. (M. de São Leopoldo).
- SCHMIDT — Arroio, afluente da margem direita do rio Taquari Mirim. (M. de Santa Cruz).
- SCHMIDT — Arroio, afluente da margem direita do rio dos Sinos. (M. de São Leopoldo).
- SCHNEIDERSTAL — Povoado, à margem esquerda do arroio Veado. (M. de São Leopoldo).
- SCHOLLES — Arroio, afluente da margem direita do Hospital. (M. de São Leopoldo).

- SEBASTIÃO — Arroio, afluente da margem direita do Irapuá. (M. de Cachoeira).
- SEBASTIÃO ALVES — Arroio, a leste, afluente da margem direita do Irapuá. (M. de Caçapava).
- SEBASTIAOZINHO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Uruguai. (M. de Palmeira).
- SEBASTÓPOLIS — Povoado, à margem direita do Rio Piaí. (M. de Caxias).
- SÊCA — Vila e sede do distrito de Sêca, que pertence ao município, termo e comarca de Caxias. Na região oriental do município, entre o arroio Dois Irmãos e o Serra.
- SÊCA — Arroio (da), nasce nos arredores da vila de Floriano Peixoto e segue para o município de Estrêla, a desaguar no rio Taquari, pela margem esquerda. (M. de Garibaldi).
- SÊCA — Povoado, ao norte da vila de Nova Bassano, hoje Silva Pais. (M. de Prata).
- SÊCO — Arroio, formador do Jacutinga. (M. de Santa Rosa).
- SÊCO — Arroio, afluente da margem esquerda do Manchinha. (M. de Santa Rosa).
- SÊCO — Arroio, afluente da margem direita do rio Caturetê. (M. de Sarandí).
- SÊDE TEIXEIRA — Vila, veja Teixeira. (M. de Passo Fundo).
- SEGREDINHO — Rio, afluente da margem esquerda do Humatã. (M. de Vacaria).
- SEGRÊDO — Morro (do), nas nascentes do arroio Cherandê. (M. de Caçapava).
- SEGRÊDO — Arroio veja, Cherandê. (M. de Caçapava).
- SEGRÊDO — Arroio, afluente da margem direita do rio Pratos. (M. de Santa Rosa).
- SEGRÊDO (EX-SÃO PEDRO DO IPIRANGA) — Vila e sede do distrito de Segrêdo, que pertence ao município, termo e comarca de Vacaria. Na região sul-occidental do município, entre tributários do rio Segredinho.
- SEGRÊDO — Arroio, afluente da margem esquerda do Jaquirana. (M. de Sobradinho).
- SEGRÊDO — Rio, afluente da margem esquerda do Humatã, na divisa do município de Antônio Prado. (M. de Vacaria).
- SEGUNDA PONTE — Arroio, formador do Conceição. (M. de Cruz Alta).
- SEGURANÇA — Arroio, afluente da margem esquerda do Candiota, na divisa do município de Pinheiro Machado. (M. de Erval).
- SEGURANÇA — Lugarejo, à margem esquerda da sanga do Domingos, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, linha de Caçequi a Rio Grande. (M. de Erval).
- SEIS DE MAIO — Arroio, afluente da margem direita do Ogaraití. (M. de Santa Rosa).

- SEIVAL — Arroio, afluente da margem direita do Candiota. (M. de Bagé).
- SEIVAL — Vila e sede do distrito de Seival, que pertence ao município, termo e comarca de Bagé. Na região oriental do município, entre o Seival e o Jaguarão, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Cacequi a Rio Grande.
- SEIVAL — Arroio, afluente da margem esquerda do Camaquã. (M. de Caçapava).
- SEIVAL — Sanga (do), afluente da margem direita do rio Negro. (M. de Bagé).
- SEIVALZINHO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Camaquã. (M. de Caçapava).
- SELBACH — Vila e sede do distrito de Selbach, que pertence ao município, termo e comarca de Carazinho. Na região meridional do município, próxima ao rio Puitã. .
- SELIM — Povoado, a nordeste da vila de Progresso. (M. de Lajeado).
- SEM NOME — Arroio, afluente da margem direita do rio Pratos. (M. de Santa Rosa).
- SEM PEIXE — Arroio, afluente da margem direita do rio Comandã. (M. de Santa Rosa).
- SENANDES — Arroio, tributário da lagoa Verde. (M. de Rio Grande).
- SENANDES — Povoado, à margem direita do arroio do mesmo nome, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Casino. (M. de Rio Grande).
- SEPULTURA — Arroio (da), afluente da margem esquerda do Velhaco. (M. de Bagé).
- SEPULTURA — Arroio (da), afluente da margem esquerda do Água Branca. (M. de Bom Jesús).
- SEPULTURA — Arroio (da), afluente da margem esquerda do rio Pelotas. (M. de Bom Jesús).
- SEPULTURA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Caí. (M. de Caí).
- SEPULTURA — Arroio (da), afluente da margem esquerda do rio dos Índios. (M. de Getúlio Vargas).
- SEPULTURA — Arroio, afluente da margem esquerda do arroio Bururi. (M. de São Francisco de Paula).
- SEPULTURA — Arroio, afluente da margem direita do rio Bonito. (M. de Sarandí).
- SEPULTURINHA — Arroio, afluente da margem direita do Sepultura. (M. de Sarandí).
- SERAFIM — Lugarejo, à margem direita do arroio Martim. (M. de Santa Vitória do Palmar).
- SERAFIM ARAÚJO — Ilha, à foz do rio Caí. (M. de Porto Alegre).
- SERAFIM CORREIA — Vila e sede do distrito de Serafim Correia, que pertence ao município, termo e comarca de Guaporé. Na região central do município, à margem do arroio Feijão Cru.

- SERÃO — Lagoa (do), a noroeste da Comprida. (M. de Tapes).
- SERELEPE — Arroio, afluente da margem direita do rio Urupú. (M. de Cruz Alta).
- SERINGA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Caxambú. (M. de Cruz Alta).
- SÉRIO — Vila e sede do distrito de Sério, que pertence ao município, termo e comarca de Lajeado. Na região meridional do município, entre o arroio Porongos e o Sampaio.
- SERRA — Arroio (da), afluente da margem esquerda do Duro. (M. de Camaquã).
- SERRA — Arroio, afluente da margem esquerda do São Marcos. (M. de Caxias).
- SERRAGEM — Coxilha (da), na região central do município. (M. de São Sepé).
- SERRARIA — Arroio, afluente da margem direita do Feitoria, na divisa de Cai. (M. de São Leopoldo).
- SERRARIA — Arroio (da), afluente da margem direita do Guassú. (M. de Taquara).
- SERRINHA — Arroio (da), afluente da margem esquerda do rio Pelotas. (M. de Bom Jesús).
- SERRINHA — Arroio, afluente da margem esquerda do Divisa. (M. de Cachoeira).
- SERRINHA — Serra, nas nascentes do arroio Coipú. (M. de Guaíba).
- SERRINHA — Arroio, afluente da margem direita do rio Santana. (M. de São Francisco de Paula).
- SERRINHA — Serra, entre o arroio Pirajú e o Ijuí. (M. de São Luiz Gonzaga).
- SERRINHA DO BUTIÁ — Serra, nas nascentes do arroio Itusinho. (M. de São Francisco de Assis).
- SERRITO — Serro, entre os arroios Pindaíba e o Caldeirão. (M. de Caçapava).
- SERRITO — Serro, nas cabeceiras do arroio Tipica. (M. de Caçapava).
- SERRITO — Vila e sede do distrito de Serrito, que pertence ao município, termo e comarca de Cangussú. Na região meridional do município, à margem esquerda do rio Piratini.
- SERRITO — Lugarejo, à margem direita do arroio Turussú, ex-Arroio Grande. (M. de Pelotas).
- SERRITO — Serro, próximo à nascente do arroio Batista. (M. de Rosário).
- SERRITO — Serro, ao sul do Cardoso. (M. de Santa Maria).
- SERRITO — Arroio, afluente da margem direita do rio Santa Cruz. (M. de São Francisco de Paula).
- SERRITO — Elevação, nas nascentes do arroio Serrito. (M. de São Francisco de Paula).
- SERRITO — Lugarejo, à margem esquerda do arroio Turussú. (M. de São Lourenço).

- SERRITO — Serro, a nordeste da sanga Funda. (M. de São Pedro).
- SERRITO — Elevação, a sudoeste da confluência dos arroios Castelhanos e Grande. (M. de Venâncio Aires).
- SERRITO ALEGRE — Povoado, entre o arroio da Contagem e o do Pôsto, na região central do município. (M. de Pelotas).
- SERRO ALTO — Arroio, afluente da margem direita do rio Santo Cristo. (M. de Santa Rosa).
- SERRO AZUL — Morro, à margem direita do rio das Antas, a sudeste do município. (M. de Alfredo Chaves).
- SERRO AZUL — Vila e sede do distrito de Serro Azul, que pertence ao município, termo e comarca de São Luiz Gonzaga. Na região setentrional do município, à margem do arroio Encantado.
- SERRO BRANCO — Arroio, afluente da margem direita do rio Botucaraí. (M. de Cachoeira).
- SERRO BRANCO — Vila e sede do distrito do Serro Branco, que pertence ao município, termo e comarca de Cachoeira. Na região oriental do município, à margem direita do rio Botucaraí.
- SERRO CHATO — Povoado, à margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Cachoeira).
- SERRO CHATO — Arroio, afluente da margem direita do Basílio. (M. de Erval).
- SERRO CHATO — Lugarejo, à margem direita do arroio Basílio, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, linha de Cacequi a Rio Grande. (M. de Erval).
- SERRO CLARO — Povoado, nas nascentes do arroio Guassupí. (M. de São Pedro).
- SERRO DO BRAGA — Morro, nas nascentes do arroio Buricaci. (M. de São Francisco de Assis).
- SERRO GRANDE — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Várzea. (M. de Palmeira).
- SERRO GRANDE (EX-COLÔNIA RIO GRANDE) — Vila e sede do distrito de Serro Grande, pertencente ao município e termo de Tapes, que faz parte da comarca de Camaquã. Na região ocidental do município, entre o arroio Velhaco, e seus afluentes da margem direita, São Sebastião e José Moreira.
- SERTÃO — Vila e sede do distrito do Sertão, que pertence ao município, termo e comarca de Passo Fundo. Na região setentrional, à margem esquerda do arroio Inhaporã, com estação V. F. R. G. do Sul, linha de Santa Maria a Marcelino Ramos.
- SERTÃO — Lugarejo, à margem esquerda do arroio da Lavagem. (M. de Santa Maria).
- SERTÃO DE SANTANA — Vila e sede do distrito de Sertão de Santana, pertencente ao município e termo de Guaíba, que faz parte da comarca de Porto Alegre. Na fronteira meridional do município, à margem esquerda do arroio Antônio Alves.

- SERTORIA — Povoado, à margem direita do rio Cai. (M. de Cai).
- SESMARIA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Botucarai. (M. de Candelária).
- SESTEADOR — Arroio, afluente da margem direita do Marau. (M. de Passo Fundo).
- SETE CABEÇAS — Sanga, afluente da margem esquerda do rio Vacacai. (M. de Santa Maria).
- SETE CABEÇAS — Sanga, afluente da margem esquerda de Santa Catarina. (M. de São Gabriel).
- SETE DE SETEMBRO — Vila, veja Charrua. (M. de Getúlio Vargas).
- SETE DE SETEMBRO — Vila, veja Liberdade. (M. de Palmeira).
- SETE LÉGUAS — Povoado, nas nascentes do lajeado Saci. (M. de Santa Cruz).
- SETE LÉGUAS (EX-ESTÂNCIA) — Vila e sede do distrito de Sete Léguas, que pertence ao município, termo e comarca de Santa Cruz. Na fronteira oriental, entre tributários do rio Pequeno.
- SÉTIMA — Arroio, afluente da margem direita do rio Jacuí. (M. de Júlio de Castilhos).
- SEVERIANO ALMEIDA (EX-NOVA ITÁLIA) — Vila e sede do distrito de Severiano Almeida, que pertence ao município, termo e comarca de José Bonifácio. À margem esquerda do rio Lambedor.
- SEVERINO RIBEIRO — Lugarejo, ao norte do município, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Alegrete a Quaraí. (M. de Quaraí).
- SILVA — Arroio, afluente da margem esquerda do banhado do Guemão. (M. de Dom Pedrito).
- SILVA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Burricá. (M. de Santo Ângelo).
- SILVA — Arroio (do), afluente da margem esquerda do rio Taquari. (M. de Taquari).
- SILVA JARDIM — Povoado, ao sul da vila de Nova Bassano, hoje Silva Pais. (M. de Prata).
- SILVA PAIS (EX-NOVA BASSANO) — Vila e sede do distrito de Silva Pais, pertencente ao município e termo de Prata, que faz parte da comarca de Guaporé. Na região central do município, entre tributários do rio Carreiro.
- SILVANO — Arroio (do), afluente da margem esquerda do Fão. (M. de Soledade).
- SILVEIRA — Rio (do), afluente da margem esquerda do Pelotas. (M. de Bom Jesús).
- SILVEIRA — Serro (do), na região central do município. (M. de Jaguarão).
- SILVEIRA — Saco, a leste da lagoa do Peixe. (M. de Rio Grande).
- SILVEIRA — Lagoa, tributária da margem direita do arroio d'El Rei. (M. de Santa Vitória do Palmar).

- SILVEIRA — Arroio, afluente da margem direita do rio Toropí Mirim. (M. de Tupanciretã).
- SILVEIRA MARTINS — Vila e sede do distrito de Silveira Martins, que pertence ao município, termo e comarca de Santa Maria. Na região oriental do município.
- SILVEIRAS — Arroio, formador do arroio das Oliveiras. (M. de Cangussú).
- SILVESTRE — Arroio, afluente da margem direita do Taboão. (M. de Cruz Alta).
- SIMÃO — Arroio, desemboca no Saco da Mangueira. (M. de Rio Grande).
- SIMÕES — Lugarejo, entre os arroios Pinheiro e Alemães. (M. de Cruz Alta).
- SINIMBÚ — Arroio, na fronteira do município de Santa Cruz, a sudoeste. (M. de Lajeado).
- SINIMBÚ — Vila e sede do distrito de Sinimbú, que pertence ao município, termo e comarca de Santa Cruz. Na região central do município, à margem direita do rio Pardinho.
- SINIMBUZINHO — Arroio, afluente da margem direita do rio Pardinho. (M. de Santa Cruz).
- SINOS — Rio (dos) — Nasce na região oriental do município, que atravessa, como também o de Taquara, e separa, adiante, São Leopoldo do município de Novo Hamburgo e Canoas, onde desemboca no rio Guaíba, pela margem setentrional. (M. de Santo Antônio).
- SIRENA — Sanga (da), afluente da margem direita do arroio Cascavel. (M. de Vacaria).
- SÍTIO — Povoado, a oeste da Lagoa Crispim. (M. de Lajeado).
- SOARES — Arroio, afluente da margem direita do rio Carreiro. (M. de Passo Fundo).
- SOBRADINHO — Arroio, afluente da margem esquerda de Dom Marcos. (M. de Encruzilhada).
- SOBRADINHO — Arroio, afluente da margem direita do rio Ijuí. (M. de São Luiz Gonzaga).
- SOBRADINHO (EX-JACUÍ) — Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Sobradinho, pertencente à comarca de Candelária. Na região central do município, à margem esquerda do arroio Carijinho).
- SOBRADO — Lugarejo, ao norte do povoado Angico. (M. de Cruz Alta).
- SOBRADO — Morro (do), a este da foz do arroio Batinga no Bom Jardim. (M. de Montenegro).
- SOBRADO — Povoado, ao sul do morro do Sobrado. (M. de Montenegro).
- SOBRADO — Arroio, afluente da margem direita do rio da Várzea. (M. de Sarandí).
- SOCAVÃO — Arroio, afluente da margem direita do rio Toropí. (M. de Júlio de Castilhos).

- SOCIEDADE — Arroio, afluente da margem, direita do Passinho. (M. de Itaqui).
- SOCIEDADE — Lugarejo, à margem do arroio Sociedade, com estação da E. F. Itaqui a São Borja. (M. de Itaqui).
- SOCIEDADE — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Ibirabuitã. (M. de Livramento).
- SOCIEDADE — Lugarejo, na região ocidental, na margem direita do rio Ibirapuitã. (M. de Rosário).
- SOCORRO — Arroio, afluente do Portão. (M. de Cai).
- SOCORRO — Povoado, à margem esquerda do arroio Boa Vista. (M. de Cai).
- SOCORRO — Lugarejo, a sudeste do município. (M. de Cruz Alta).
- SOCORRO — Arroio, afluente da margem direita do Sapata. (M. de São Lourenço).
- SOCORRO — Rio, afluente da margem esquerda do Pelotas. (M. de Vacaria).
- SOCORRO — Serra (do), entre os rios Ibitibira e Socorro. (M. de Vacaria).
- SOLEDADE — Cidade, sede do distrito, do município, do termo e comarca de igual nome. Na região central do município, entre cabeceiras do Pontão, afluente do Jacuí e do Fão.
- SOLIDÃO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Piratini, na divisa do município Cangussú. (M. de Piratini).
- SOLIDÃO — Lugarejo, nas nascentes do arroio Pau Furado. (M. de São José do Norte).
- SOLITARIA — Arroio, afluente da margem direita do rio Paranhana. (M. de Taquara).
- SONDA — Arroio (da), afluente da margem direita do rio dos Sincos. (M. de Taquara).
- SOSSÊGO — Arroio, afluente da margem direita do Quiririm. (M. de São Jerônimo).
- SOTEIA — Lugarejo, entre as sangas do Bento e da Cria. (M. de Santa Maria).
- SOTURNO — Arroio, nasce na região central do município e segue para o de Cachoeira, onde desemboca no rio Jacuí, pela margem direita. (M. de Júlio de Castilhos).
- SOUSAS (RINCÃO DOS) — Lugarejo, à margem direita do arroio Chunizinho. (M. de Santo Ângelo).
- STORCH — Arroio, nasce nas imediações do morro Dois Irmãos, e segue para o município de Novo Hamburgo, onde desemboca no rio dos Sinos, pela margem direita, com o nome de arroio Pampa. (M. de São Leopoldo).
- SUASSUPARA — Arroio, afluente da margem direita do rio Jacuizinho. (M. de Soledade).

SUBTERRANEO — Lugarejo, à margem esquerda do arroio Caverá. (M. de Rosário).

SUE — Arroio, afluente da margem direita do Igaçaba. (M. de Caçapava).

SUGOI — Sanga, afluente da margem esquerda do arroio Inhatium. (M. de São Gabriel).

SUJA — Lagoa, tributária do Saco de Tapes. (M. de Tapes).

SUJO — Arroio, tributário da Lagoa dos Patos. (M. de Pelotas).

SUJO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Uruguai. (M. de Uruguaiana).

SUMÉ — Arroio, afluente da margem esquerda do Porongos. (M. de Soledade).

SUMIDOR — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Pardo. (M. de Santa Cruz).

SUMIDOURO — Arroio, veja Canhima. (M. de Cruz Alta).

SUMIDOURO — Arroio, afluente da margem direita do rio Rolante, na divisa do município de Taquara. (M. de São Francisco de Paula).

SUMIDOURO — Lagoa (do), ligada à dos Patos. (M. de São José do Norte).

SURUGUÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Butiá. (M. de Soledade).

SUSPIRO — Vila e sede do distrito de Suspiro, que pertence ao município, termo e comarca de São Gabriel. Na região meridional do município, entre tributários do Indio, afluente do Pirajacá, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Cacequi a Rio Grande.

SUSSUARANA — Rio, afluente da margem esquerda do Pelotas. (M. de Vacaria).

SUTIL — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Camaquã, na divisa do município do mesmo nome. (M. de Encruzilhada).

SUTIL — Arroio, afluente da margem direita do Tapichí. (M. de São Jerônimo).

SUTILZINHO — Arroio, afluente da margem esquerda do Sutil. (M. de São Jerônimo).

TABARÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Antunes. (M. de Pinheiro Machado).

TABATINGAÍ — Arroio, afluente da margem direita do rio Jacuí. (M. de Rio Pardo).

TABIRA — Arroio, afluente da margem direita do rio das Antas (M. de Antônio Prado).

TABOÃO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Cachoeira).

TABOÃO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Conceição. (M. de Cruz Alta).

- TABOÃO — Arroio, afluente da margem esquerda do Cravo. (M. de Getúlio Vargas).
- TABOÃO — Arroio, afluente da margem direita do Vacacaí Mirim. (M. de Santa Maria).
- TABOÃO — Arroio, afluente do rio Ijuizinho, na divisa do município de Tupanciretã. (M. de Santo Ângelo).
- TABOLEIRO — Serro, a nordeste do Vigia. (M. de Encruzilhada).
- TABOLEIRO — Serro, à margem esquerda do arroio Ibicuí da Faxina. (M. de Livramento).
- TACÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Belo. (M. de Caxias).
- TACÁ — Povoado, direita do rio do mesmo nome. (M. de Caxias).
- TACAF — Arroio, afluente da margem esquerda do Silva. (M. de Taquari).
- TACAMBIRA — Arroio, afluente da margem direita do Garamana. (M. de Cangussú).
- TACANGAVA (EX-LAGOA GRANDE) — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Guaporé. (M. de Guaporé).
- TACARÍ — Arroio, afluente da margem direita do rio Piaí. (M. de Caxias).
- TACIBA — Arroio, afluente da margem esquerda do arroio dos Ratos. (M. de São Jerônimo).
- TAGUÁ — Sanga, afluente da margem direita do arroio Inhacuré. (M. de São Gabriel).
- TAGUÁ — Arroio, afluente da margem direita do Engenho Velho. (M. de Soledade).
- TAQUARÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Guarita. (M. de Palmeira).
- TAIÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Pardo. (M. de Soledade).
- TAIASSÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Caá Iari. (M. de Palmeira).
- TAICUM — Ilha, formada pelas lagoas Lessa, Sangradouro, Pingueta, Palmital e outras. (M. de Osório).
- TAIM — Vila e sede do distrito de Taim, que pertence ao município, termo e comarca de Rio Grande. A beira da lagoa Mirim.
- TAIMBÉ — Povoado, ao norte do morro dos Bois. (M. de Novo Hamburgo).
- TAINHAS — Rio, afluente da margem esquerda do rio das Antas. (M. de São Francisco de Paula).
- TAINHAS — Vila e sede do distrito de Tainhas, pertencentes ao município e termo de São Francisco de Paula, que faz parte da comarca de Taquara. Na região sul-oriental do município, à margem esquerda do rio Tainhas.

- TAIPA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Caxambú. (M. de Cruz Alta).
- TAIPA — Arroio (da), afluente da margem direita do rio Turvo. (M. de Lagoa Vermelha).
- TAIPA — Arroio, afluente da margem direita do Abajú. (M. de Palmeira).
- TAIPA — Arroio, afluente da margem direita do rio Ijuí. (M. de Santo Ângelo).
- TAIPA — Arroio (da), afluente da margem direita do Forqueta. (M. de Soledade).
- TAIPAS — Cachoeira, formada pelo rio Uruguai, a jusante do arroio Prado. (M. de Iraí).
- TAIPINHA — Arroio, afluente da margem direita do Fão. (M. de Soledade).
- TAIPINHA — Povoado, à margem esquerda do arroio do mesmo nome. (M. de Soledade).
- TAIPUCA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Puitã. (M. de Carazinho).
- TAJURO — Serro, a sudoeste, entre os vales do Ibicuí e Jaguarí. (M. de São Vicente).
- TALAS — Arroio (das), afluente da margem direita do Cardoso. (M. de Rosario).
- TAMANADÚ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Passo Fundo. (M. de Sarandí).
- TAMANDAIBÍ — Arroio, afluente da margem direita do Erval. (M. de Erval).
- TAMANDARÉ — Vila e sede do distrito de Tamandaré, que pertence ao município, termo e comarca de Carazinho. Na região setentrional do município, à margem de um tributário do rio Atiassú.
- TAMARUPARÁ (EX-PESSEQUEIRO) — Arroio, afluente da margem direita do rio Comandá. (M. de Santa Rosa).
- TAMANDUÁ — Morro (do), entre os arroios da Perdida e dos Negros. (M. de Tôres).
- TAMANDUÁ — Arroio, afluente da margem direita do Jaquirana. (M. de Sobradinho).
- TAMANDUÁ — Arroio, afluente da margem direita do rio Pratos. (M. de Santa Rosa).
- TAMANDUÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Santo Maria ou Basílio. (M. de Piratini).
- TAMANDUÁ — Povoado, à margem direita do arroio Forqueta. (M. de Lajeado).
- TAMANDUÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio dos Touros. (M. de Bom Jesús).
- TAMANDARÉ — Povoado, a nordeste do município, com estação da Via

- ção Férrea do R. G. do Sul, do ramal de Carlos Barbosa a Bento Gonçalves. (M. de Garibaldi).
- TAMBORETÃ — Arroio, afluente da margem direita do Sampaio. (M. de Tupanciretã).
- TANANGÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Nonoai. (M. de Sarandí).
- TANIMBÓ — Arroio, afluente da margem direita do rio Piaí. (M. de Caxias).
- TANNEMWAL — Povoado, à margem direita de um tributário do arroio Marcondes ou Tapera. (M. de São Leopoldo).
- TAPADO — Arroio, liga a Lagoa dos Patos a Pequena. (M. de Pelotas).
- TAPEJARA — Arroio, formador do rio Tapejara nasce a nordeste da vila Campo do Meio. (M. de Passo Fundo).
- TAPEJARA — Rio, afluente da margem direita do Pirassucê. (M. de Passo Fundo).
- TAPERA — Arroio (da), afluente da margem direita do rio dos Touros. (M. de Bom Jesús).
- TAPERA — Vila e sede do distrito de Tapera, que pertence ao município, termo e comarca de Carazinho. Na região meridional do município, banhada por um tributário do rio Puitã.
- TAPERA — Lagoa (da), prolongamento da Xarqueada. (M. de Osório).
- TAPERA — Arroio, afluente da margem direita do rio Pirassucê. (M. de Passo Fundo).
- TAPERA — Morro (da), a sudoeste do Agudo. (M. de Pôrto Alegre).
- TAPERA — Arroio, afluente da margem esquerda da sanga da Várzea. (M. de Santa Maria).
- TAPERA — Lagoa, ligada à Xarqueada. (M. de São José do Norte).
- TAPERA DE MARCONDES — Arroio, veja Marcondes ou Tapera. (M. de São Leopoldo).
- TAPERA — Sanga, afluente da margem direita do rio Vacacai. (M. de São Sepé).
- TAPERA — Arroio, nasce nas cercanias da vila de Gramado, e segue para São Leopoldo, onde desemboca no rio Cadeia, pela margem direita. (M. de Taquara).
- TAPEREÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Iruí, na divisa do município de Cachoeira. (M. de Encruzilhada).
- TAPES — Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Tapes, pertencente à comarca de Camaquã. Na região oriental, entre a sanga Xarqueada, o arroio João Teixeira e o Saco de Tapes.
- TAPES — Ponta, na extremidade meridional da restinga compreendida entre o Saco de Tapes e a Lagoa dos Patos. (M. de Tapes).
- TAPICHI — Arroio, na parte meridional do município, seguindo para o de Camaquã. (M. de São Jerônimo).
- TAPICOSSÓ — Arroio, afluente da margem direita do rio Quaraí. (M. de Uruguaiana).

- TAPIRAPÉ — Arroio, afluente da margem direita do Forquetinha. (M. de Lajeado).
- TAPIRÍ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Pardo. (M. da Soledade).
- TAPIXAVA — Arroio, afluente da margem esquerda do Poço das Antas. (M. de Montenegro).
- TAPSIRINHA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Tainhas. (M. de São Francisco de Paula).
- TAPUIRÍ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jaguarí. (M. de Tupanciretã).
- TAPUJÁ — Arroio, formador do Jaquirana. (M. de Sobradinho).
- TAQUARA — Arroio, afluente da margem direita do rio Gravataí. (M. de Gravataí).
- TAQUARA — Arroio, afluente da margem direita do rio Carreiro. (M. de Guaporé).
- TAQUARA — Arroio, afluente da margem direita do Cadena. (M. de Santa Maria).
- TAQUARA — Arroio, afluente da margem esquerda do Tuparendi. (M. de Santa Rosa).
- TAQUARA — Arroio, afluente da margem esquerda do Piratini. (M. de São Luiz Gonzaga).
- TAQUARA — Arroio, afluente da margem direita do rio Ibicuí Mirim. (M. de São Pedro).
- TAQUARA — Arroio, afluente da margem esquerda do Paranhana. (M. de Taquara).
- TAQUARA — Cidade, sede do distrito, do município, do termo e comarca de igual nome. Na região sul-oriental do município, entre o rio dos Sinos e o seu afluente Paranhana, com estação da V. F. do R. G. do Sul, ramal do Rio dos Sinos a Taquara.
- TAQUARA — Arroio, corre para o município de Pôrto Alegre. (M. de Viamão).
- TAQUARAL — Arroio, afluente da margem esquerda do Marupiara. (M. de Passo Fundo).
- TAQUARANCHIM — Vila e sede do distrito de Taquaranchim, que pertence ao município, termo e comarca de Jaguarí. Na fronteira sul-oriental, à margem do arroio Taquaranchim, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.
- TAQUARANCHIM — Arroio, afluente da margem esquerda do Guaracapá. (M. de São Luiz Gonzaga).
- TAQUARANCHIM — Arroio, afluente da margem direita do rio Toropí. (M. de São Vicente).
- TAQUARANCHIM — Arroio, afluente da margem direita do rio Toropí. (M. de Tupanciretã).
- TAQUARAS — Ilha (das), formada pelo rio Uruguai. (M. de Itaqui).

- TAQUAREMBÓ — Arroio, afluente da margem direita do rio Santa Maria, na divisa do município de Lavras. (M. de Dom Pedrito).
- TAQUAREMBÓ — Lugarejo, entre nascentes do arroio Ivorá, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Santa Maria a Marcelino Ramos. (M. de Júlio de Castilhos).
- TAQUAREMBÓ — Rio, afluente da margem esquerda do Guassupí, a nordeste do município. (M. de Santa Maria).
- TAQUAREMBÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do Icamaquã. (M. de Santiago).
- TAQUAREMBÓ CHICO OU SANTANINHA — Arroio, afluente da margem direita do rio Santa Maria. (M. de Dom Pedrito).
- TAQUAREMBOZINHO — Arroio, afluente da margem esquerda do Taquarembó. (M. de Dom Pedrito).
- TAQUARÍ — Rio, formado pela junção do Carreiro e rio das Antas, separa o município, e também os de Estrêla, Taquarí, Triunfo, à esquerda, dos de Guaporé, Encantado, arroio do Meio, Lajeado, Venâncio Aires e General Câmara, à direita, até desaguar no rio Jacuí, pela margem esquerda. (M. de Bento Gonçalves).
- TAQUARÍ — Rio, a sudeste do município, na divisa de Estrêla. (M. de Encantado).
- TAQUARÍ — Cidade, sede do distrito, do município. do termo e comarca de igual nome. Na região meridional do município, à margem esquerda do rio Taquarí e do arroio Tinguité.
- TAQUARIANO — Arroio, afluente da margem direita do rio Jacuí. (M. de Júlio de Castilhos).
- TAQUARÍ MIRIM — Rio, nasce na região oriental do município, e corre para leste, entre Venâncio Aires, pela margem setentrional, e Rio Pardo e General Câmara pela meridional, até desaguar no rio Taquarí, pela direita. (M. de Santa Cruz).
- TAQUARIZINHO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jaguarí. (M. de Tupanciretã).
- TAQUARUSSÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do Caranguejo. (M. de Candelária).
- TAQUARUSSÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Pratos. (M. de Santa Rosa).
- TAQUARUSSÓ — Arroio, afluente da margem direita do rio Tuparendí. (M. de Santa Rosa).
- TAQUARUSSÓ — Arroio, afluente da margem direita do rio Amandaú. (M. de Santa Rosa).
- TAQUARUSSÓ — Arroio, afluente da margem direita do rio da Várzea. (M. de Sarandí).
- TAQUATÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Turvo. (M. de Palmeira).
- TARABA — Canal, liga as lagoas Itapeva e dos Quadros. (M. de Osório).

- TARARÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Taquari. (M. de Taquari).
- TARIMBA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Guaporé. (M. de Guaporé).
- TAROBÁ — Arroio, afluente da margem direita do Sutil. (M. de Encruzilhada).
- TAROUCOS — Arroio, afluente da margem esquerda do Gusmão. (M. de Dom Pedrito).
- TARUMÁ — Arroio, afluente da margem direita do rio Ibicuí da Armada. (M. de Rosário).
- TARUMÁ — Sanga, afluente da margem direita do arroio da Laranjeira. (M. de Santa Maria).
- TARUMÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Tigre. (M. de Santa Rosa).
- TARUMÁ — Arroio, afluente da margem direita do rio Santo Cristo. (M. de Santa Rosa).
- TARUMÁ — Arroio, afluente da margem direita do Piquiri, na fronteira do município de Santiago. (M. de São Francisco de Assis).
- TATAPUINHA — Arroio, afluente da margem esquerda do Cambará, na divisa do município de Caçapava. (M. de Cachoeira).
- TATINGA — Arroio, na divisa de Santiago do Boqueirão. (M. de Tupanciretã).
- TATÓ — Arroio, afluente da margem direita do Jaçaruaba. (M. de Santa Rosa).
- TATUIM — Arroio, afluente da margem esquerda do Poço das Antes. (M. de Montenegro).
- TATUVÍ — Arroio, afluente da margem direita do rio Burricá. (M. de Palmeira).
- TAVARES — Lugarejo, a sudoeste de Mostardas. (M. de São José do Norte).
- TAVARES — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Soledade).
- TAÚ — Arroio, afluente da margem esquerda do Caruxá. (M. de Osório).
- TAÚ — Arroio, afluente da margem esquerda do Ogaraití. (M. de Santa Rosa).
- TAÇA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuí Mirim. (M. de Cruz Alta).
- TEAPUÍ — Arroio, afluente da margem direita do arroio Grande, na divisa do município de Erval. (M. de Arroio Grande).
- TECABA — Arroio, afluente da margem direita do rio Santa Maria. (M. de São Gabriel).
- TEIXEIRA — Arroio, corre para o município de Passo Fundo. (M. de Getúlio Vargas).
- TEIXEIRA (EX-SEDE TEIXEIRA — Vila e sede do distrito de Teixeira, que pertence ao município, termo e comarca de Passo Fundo. Na

- região setentrional do município, entre cabeceiras do arroio Bonita, afluente do rio Tapejara.
- TEIXEIRA — Arroio, tributário da margem ocidental da lagoa Mangueira. (M. de Santa Vitória do Palmar).
- TEIXEIRA — Sanga, afluente da margem esquerda do rio Toropí. (M. de São Pedro).
- TEJÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jaguarí, na divisa do município de São Vicente. (M. de Jaguarí).
- TÊLHA — Arroio, afluente da margem direita do rio Ligiero, na fronteira do município de Passo Fundo. (M. de Lagoa Vermelha).
- TÊLHA — Rio (da), afluente da margem esquerda do Humatã. (M. de Vacaria).
- TELHEIRO — Arroio (do), afluente da margem direita do Forquilha. (M. de Lagoa Vermelha).
- TELHEIRO — Serro (do), a sudoeste, entre os vales do Ibicuí e Jaguarí. (M. de São Vicente).
- TELHO — Arroio, nasce na região meridional do município, e corre para o Jaguarão, onde desemboca no rio dêste nome, pela margem esquerda. (M. de Erval).
- TEMBETÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Jacuizinho. (M. de Soledade).
- TEMBIÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Piratini. (M. de Cangussú).
- TENENTE — Arroio, afluente da margem esquerda do Amêndoa. (M. de Cangussú).
- TEODORO — Sanga, afluente da margem direita do arroio Curuçu. (M. de Jaguarí).
- TEODORO — Sanga, afluente da margem direita do arroio Curuçu. (M. de Santiago).
- TERENCIO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Machado. (M. de Santa Rosa).
- TERESA (EX-VILA TERESA) — Vila e sede do distrito de Teresa, que pertence ao município, termo e comarca de Santa Cruz. Na região meridional do município, à margem esquerda do arroio Wolfran, tributário do rio Pardinho.
- TERESÓPOLIS — Morro, a oeste do Cascata. (M. de Porto Alegre).
- TERRA DURA — Arroio, afluente da margem direita do Ibacurú. (M. de Guaíba).
- TERRAS — Arroio, afluente da margem esquerda do Telho. (M. de Jaguarão).
- TESOURAS — Vila e sede do distrito de Tesouras, que pertence ao município, termo e comarca de Palmeira. A sudeste de Palmeira, e à esquerda do rio Várzea.
- TESOUREIRO — Lagoa (do), ao norte da cidade de São José do Norte. (M. de São José do Norte).

- TEUTÔNIA (EX-BOA VISTA DA TEUTÔNIA) — Vila e sede do distrito de Teutônia, pertencente ao município e termo de Estrêla, que faz parte da comarca de Lajeado. Na região central, à margem direita do arroio Harmonia.
- THIESE OU PEÃO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio dos Sinos. (M. de São Leopoldo).
- TIA BENTA — Sanga, afluente da margem esquerda do arroio Inhacundá. (M. de São Francisco de Assis).
- TIAPIRA — Arroio, formador do rio Guassupí. (M. de Júlio de Castilhos).
- TIARAJÓ — Vila e sede do distrito de Tiarajó, que pertence ao município, termo e comarca de São Gabriel. Na região central do município, entre tributários do arroio das Três Divinas e São Gabriel, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Cacequi a Rio Grande.
- TIATÁ — Arroio, afluente da margem direita do Castelhana. (M. de Santa Cruz).
- TIBIRÍ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Botucará. (M. de Candelária).
- TICUPI — Arroio, afluente da margem direita do Basílio. (M. de Erval).
- TIÊ — Arroio, afluente da margem direita do Catucuxá. (M. de Caxias).
- TIGRE — Lugarejo, à margem direita do arroio São João, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, linha de Porto Alegre a Uruguaiana. (M. de Alegrete).
- TIGRE — Arroio (do), afluente da margem direita do Candiota. (M. de Bagé).
- TIGRE — Arroio, afluente da margem direita do riacho Camaquã Chico. (M. de Bagé).
- TIGRE — Arroio, afluente da margem esquerda do Sutil. (M. de Camaquã).
- TIGRE — Arroio, afluente da margem direita do rio Lagoão. (M. de Cruz Alta).
- TIGRE — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Guaporé. (M. de Guaporé).
- TIGRE — Arroio (do), afluente da margem direita do rio Ijuizinho. (M. de Ijuí).
- TIGRE — Arroio, afluente da margem direita do rio Jaguarí. (M. de Jaguarí).
- TIGRE — Arroio (do), afluente da margem direita do Reserva. (M. de Júlio de Castilhos).
- TIGRE — Arroio (do), afluente da margem esquerda do rio Forquilha. (M. de Lagoa Vermelha).
- TIGRE — Arroio (do), afluente da margem esquerda do Inhupacá. (M. de Passo Fundo).
- TIGRE — Sanga (do), afluente da margem esquerda do arroio Pai Passo. (M. de Quaraí).

- TIGRE — Serro, a nordeste do serro do Leão. (M. de Quarai).
- TIGRE — Arroio (do), afluente da margem esquerda do rio Ibicuí. (M. de Santa Maria).
- TIGRE — Arroio, afluente da margem direita do rio Santo Cristo. (M. de Santa Rosa).
- TIGRE — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Santa Rosa. (M. de Santa Rosa).
- TIGRE — Arroio, afluente da margem direita do rio Santa Rosa. (M. de Santa Rosa).
- TIGRE — Cachoeira (do), no rio Passo Fundo, abaixo da confluência do Cervo, com 3.742 H. P. (M. de Sarandí).
- TIGRE — Arroio, afluente da margem esquerda do Jaquirana. (M. de Sobradinho).
- TIGRE — Arroio (do), afluente da margem esquerda do Jetica. (M. de Taquara).
- TIGRE — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Taquari. (M. de Taquari).
- TIGRE — Rio, formador do Mengue. (M. de Tôres).
- TIGREIRO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Soledade).
- TIGRINHO — Povoado, a nordeste da vila de Tiradentes. (M. de Arroio do Meio).
- TIGRINHO — Arroio, afluente da margem esquerda do Maráu, na divisa do município de Passo Fundo. (M. de Guaporé).
- TIGRINHO — Povoado, à margem direita do arroio Forqueta. (M. de Lajeado).
- TIJOLO — Arroio, afluente da margem direita do rio Atí. (M. de Sarandí).
- TIJUCO — Lugarejo, à margem esquerda do Pirassucê. (M. de Passo Fundo).
- TIJUCO PRETO — Sanga (do), afluente da margem esquerda do rio Socorro. (M. de Vacaria).
- TIJUPÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Soledade).
- TIMBAUVA — Povoado, a sudoeste da cidade de Montenegro. (M. de Montenegro).
- TIMBAUVA — Lugarejo, à margem esquerda do arroio da Lavagem. (M. de Santa Maria).
- TIMBAUVA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Amandaú. (M. de Santa Rosa).
- TIMBAUVA (RINCÃO DO) — Lugarejo, à margem esquerda do arroio Cascavel. (M. de Santo Ângelo).
- TIMBAUVA — Serro, entre os arroios Santa Bárbara e São Jerônimo. (M. de Santo Ângelo).

- TIMBURÍ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio das Antas, na divisa do município de São Francisco de Paula. (M. de Caxias).
- TINGARÃ — Arroio, afluente da margem direita do Toriba. (M. de Pinheiro Machado).
- TINGATÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Capigui. (M. de Passo Fundo).
- TINGUASSÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do Caturetê. (M. de Sarandí).
- TINGUI — Arroio, afluente da margem direita do Basílio. (M. de Arroio Grande).
- TINGUITÉ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Taquari. (M. de Taquari).
- TIPIAIA — Arroio, nasce na parte norte-oriental do município, e segue para o de Júlio de Castilhos, onde desemboca no rio Ivaí, pela margem direita. (M. de Tupanciretã).
- TÍPICA — Arroio, afluente da margem direita do Irapuazinho. (M. de Caçapava).
- TIPIÓ — Arroio, afluente da margem direita do rio dos Sinos. (M. de Santo Antônio).
- TIPIQUÁ — Sanga, afluente da margem direita do rio Jaguarí Grande. (M. de São Francisco de Assis).
- TIPITÍ — Sanga, afluente da margem direita do arroio São Sepé. (M. de São Sepé).
- TIPOI — Arroio, afluente da margem direita do Torrinhas. (M. de Pinheiro Machado).
- TIQUÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Triunfo).
- TIQUÍ — Sanga, formadora do arroio Telho, na divisa do município de Erval. (M. de Jaguarão).
- TIRADENTES (EX-NOVA BRESCIA) — Vila e sede do distrito de Tiradentes, pertencente ao município e termo de Arroio do Meio, que faz parte da comarca de Lajeado. Na região setentrional do município, à margem direita do arroio das Pedras.
- TIRIBÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Forqueta. (M. de Soledade).
- TIRIRICA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio dos Sinos. (M. de Novo Hamburgo).
- TIRIRICA — Sanga, afluente da margem direita do arroio São Sepé. (M. de São Sepé).
- TIRIRICA — Arroio, afluente da margem direita do Caracol. (M. de Taquara).
- TOBAPINA — Arroio, afluente da margem direita do Delardino. (M. de Caxias).
- TOCAS — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuí Mirim. (M. de Carazinho).

- TOCAS — Arroio, afluente da margem direita do rio Fão. (M. de Lajeado).
- TOCAS — Povoado, à margem direita do arroio Tocás. (M. de Lajeado).
- TOCAS — Arroio (das), afluente da margem esquerda do arroio dos Cachões. (M. de Soledade).
- TODOS OS SANTOS — Povoado, a leste de Nossa Senhora do Caravaggio. (M. de Farroupilha).
- TOLDO — Arroio, corre para o município de José Bonifácio. (M. de Getúlio Vargas).
- TOLDO — Povoado, à margem direita do arroio do mesmo nome. (M. de Getúlio Vargas).
- TOLDO — Lugarejo, à margem direita do arroio Bugre. (M. de Passo Fundo).
- TOLEDO — Arroio, afluente da margem direita do Teixeira. (M. de Getúlio Vargas).
- TOMBADOR — Arroio, formador do Marau. (M. de Passo Fundo).
- TOMBADOR — Povoado, à margem esquerda do arroio Marau. (M. de Passo Fundo).
- TOMÉ — Rio, afluente da margem direita do Lajeado Bururi. (M. de São Francisco de Paula).
- TONIOLO — Povoado, na parte central do município, entre o arroio da Taquara e o do Raimundo. (M. de Santa Maria).
- TOPADOR — Serro, nas nascentes do arroio Sociedade. (M. de Livramento).
- TOPE — Povoado, ao sul do município, entre cabeceiras do arroio Estivinha. (M. de Passo Fundo).
- TORDILHAS — Lugarejo, entre tributários do Lajeado Pelado. (M. de Cruz Alta).
- TORDILHOS (RINCÃO DOS) — Lugarejo, a sudeste da cidade de Rosário. (M. de Rosário).
- TORÍ — Arroio, afluente da margem direita do Butiá. (M. de Soledade).
- TORIBA — Arroio, afluente da margem direita do rio Piratini. (M. de Pinheiro Machado).
- TOROPÍ — Rio, nasce nas imediações da sede do município, e seguindo para oeste, separa-lhe a extremidade sul-ocidental, como também os territórios de Tupanciretã e S. Vicente, dos de Santa Maria e São Pedro, até unir-se com o Ibicuí-Mirim, pela margem direita, para formarem, juntos, o Ibicuí. (M. de Júlio de Castilhos).
- TOROPÍ — Vila e sede do distrito de Toropí, pertencente ao município e termo de Tupanciretã, que faz parte da comarca de Cruz Alta. Na extremidade meridional do município, à margem do arroio Taquarichim, afluente do Toropí.
- TOROPÍ MIRIM — Rio, afluente da margem direita do Toropí, na divisa do município de Tupanciretã. (M. de Júlio de Castilhos).
- TOROQUÁ (EX-VILA FARROUPILHA) — Vila e sede do distrito de To-

- roquá, pertencente ao município e termo de São Francisco de Assis, que faz parte da comarca de Alegrete. Na região oriental do município, à margem esquerda do arroio Inhandijú.
- TOROTAMA — Ilha (da), a nordeste do município. (M. de Rio Grande).
- TOROTAMA — Povoado, na ilha do mesmo nome. (M. de Rio Grande).
- TORRES — Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Tôrres, pertencente à comarca de Santo Antônio. Na extremidade norte oriental do município, entre o rio Mampituba e o Atlântico.
- TORRINHAS — Arroio, afluente da margem direita do Camaquã, na divisa ocidental do município. (M. de Pinheiro Machado).
- TORTO — Serro, a sudoeste entre os vales do Ibicuí e Jaguarí. (M. de São Vicente).
- TOSTADO (RINCÃO) — Lugarejo à margem direita do rio Vacacaf. (M. de São Sepé).
- TOURINHOS — Arroio, afluente da margem esquerda do rio dos Touros. (M. de Bom Jesús).
- TOURO — Arroio (do), afluente da margem direita do Turussú, ex-Arroio Grande. (M. de Pelotas).
- TOURO PASSO — Arroio, afluente da margem direita do Caverá. (M. de Rosário).
- TOURO PASSO — Lugarejo, à margem direita do rio de igual nome com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, linha de Pôrto Alegre a Uruguaiana. (M. de Uruguaiana).
- TOURO PASSO — Rio, afluente da margem esquerda do Uruguai. (M. de Uruguaiana).
- TOUROS — Rio (dos), afluente da margem esquerda do Pelotas. (M. de Bom Jesús).
- TOUROS — Arroio, afluente da margem direita do rio Santa Rosa. (M. de Santa Rosa).
- TRABUCO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio da Têlha. (M. de Vacaria).
- TRAÍRAS — Arroio (das), afluentes da margem esquerda do Palmas. (M. de Bagé).
- TRAÍRAS — Arroio (das), afluente da margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Pôrto Alegre).
- TRAJANO — Arroio, afluente da margem direita do rio Carreiro. (M. de Guaporé).
- TRAMANDAÍ — Barra, pela qual se comunica a lagoa de igual nome com o Oceano. (M. de Osório).
- TRAMANDAÍ — Lagoa, a leste do município, comunicando com o Oceano Atlântico. (M. de Osório).
- TRAMANDAÍ — Rio, na região oriental do município, ligando a lagoa das Pombas com a do Tramandaí. (M. de Osório).
- TRAMANDAÍ — Vila e sede do distrito de Tramandaí, pertencente ao mu-

- nício e termo de Osório, que faz parte da comarca de Santo Antônio. À margem do rio homônimo, na região oriental do município.
- TRANCOSO — Sanga, afluente da margem esquerda do arroio Tupanci. (M. de São Sepé).
- TRANQUEIRA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Botucaraí. (M. de Candelária).
- TRAVERSADO — Serro, nas nascentes orientais do arroio Ibacatú. (M. de Caçapava).
- TRAVERSÃO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuizinho. (M. de Sobradinho).
- TRAVERSEIRO — Arroio, afluente da margem esquerda do Forqueta. (M. de Arroio do Meio).
- TRAVERSEIRO — Povoado, à margem direita do arroio do mesmo nome. (M. de Arroio do Meio).
- TRÊS BARRAS — Rio (das), canal ocidental do delta do Camaquã. (M. de Camaquã).
- TRÊS BARRAS — Arroio, afluente da margem direita do rio Chimarrão. (M. de Lagoa Vermelha).
- TRÊS BARRAS — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Carreiro. (M. de Lagoa Vermelha).
- TRÊS BARRAS — Lugarejo, à margem esquerda do arroio Vacacaí Mirim. (M. de Santa Maria).
- TRÊS BOCAS — Ilha, no delta do Camaquã. (M. de Camaquã).
- TRÊS CACHOEIRAS — Morro (das), à margem direita do rio Cardoso. (M. de Tôrres).
- TRÊS CANTOS — Povoado, a sudoeste de São Miguel. (M. de Carazinho).
- TRÊS CAPÕES — Lugarejo, à margem esquerda do rio Itapeví. (M. de Cruz Alta).
- TRÊS CAPÕES OU SANTO ANDRÉ — Arroio, afluente da margem esquerda do Itacurubí. (M. de Santiago).
- TRÊS DE MAIO — Vila e sede do distrito de Três de Maio, pertencente ao município e termo de Santa Rosa, que faz parte da comarca de Santo Ângelo. Na região meridional do município, entre cabeceiras dos arroios Cachoeira e Morangueira.
- TRÊS DIVISAS — Arroio (das), afluente da margem direita do Inhatium. (M. de São Gabriel).
- TRÊS DIVISAS — Povoado, à margem direita do arroio de igual nome, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Cacequi a Rio Grande. (M. de São Gabriel).
- TRÊS ESTRADAS — Lugarejo, na região meridional do município, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Cacequi a Rio Grande. (M. de Lavras).
- TRÊS FORQUILHAS — Rio, tributário da lagoa Itapeva, na divisa do município de Tôrres. (M. de Osório).
- TRÊS FORQUILHAS — Vila, veja Itapeva. (M. de Osório).

- TRÊS FORQUILHAS — Morro, ao sul do Três Irmãos. (M. de Tórres).
- TRÊS FORQUILHAS — Vila, veja Três Irmãos. (M. de Tórres).
- TRÊS IRMÃOS — Ilha (dos), formada pelo Rio Jacuí. (M. de General Câmara).
- TRÊS IRMÃOS — Serro, à margem esquerda do arroio Pinhalzinho. (M. de Santa Cruz).
- TRÊS IRMÃOS — Arroio, afluente da margem direita do rio da Ilha. (M. de Taquara).
- TRÊS IRMÃOS — Morro (dos), à margem esquerda do rio Retiro. (M. de Tórres).
- TRÊS IRMÃOS (EX-TRÊS FORQUILHAS) — Vila e sede do distrito de Três Irmãos, pertencente ao município e termo de Tórres, que faz parte da comarca de Santo Antônio. Na região ocidental do município, entre o rio Josaphat e o do Pinto.
- TRÊS LAGOAS — Arroio, afluente da margem direita do Rio Fão. (M. de Lajeado).
- TRÊS LAJEADOS — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Santo Cristo. (M. de Santa Rosa).
- TRÊS MARES — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Caí. (M. de Caí).
- TRÊS PASSOS — Arroio, afluente da margem esquerda do Ventoso. (M. de Farroupilha).
- TRÊS PASSOS — Vila e sede do distrito de Três Passos, que pertence ao município, termo e comarca de Palmeira. Na região ocidental do município, entre o rio Turvo e o Caá-Iari.
- TRÊS PASSOS — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Passo Fundo).
- TRÊS PASSOS — Povoado, à margem esquerda do arroio Três Passos. (M. de Passo Fundo).
- TRÊS PASSOS — Lugarejo, nas nascentes do arroio de igual nome. (M. de Rosário).
- TRÊS PASSOS — Sanga, afluente da margem direita do rio Ibicuí da Armada. (M. de São Gabriel).
- TRÊS PASSOS (PRIMEIRO) — Arroio, afluente da margem esquerda da sanga Turumã. (M. de São Sepé).
- TRÊS PASSOS (SEGUNDO) — Arroio, afluente da margem esquerda da sanga Turumã. (M. de São Sepé).
- TRÊS PASSOS (TERCEIRO) — Arroio, afluente da margem direita do Vacacaí. (M. de São Sepé).
- TRÊS PASSOS OU CURRAL ALTO — Arroio, afluente da margem direita do rio Ibicuí da Armada, na divisa do município de São Gabriel. (M. de Rosário).
- TRÊS PASSOS OU CURRAL ALTO — Lagoa, tributária do arroio Três Passos. (M. de Rosário).

- TRÊS PEDRAS — Arroio, afluente da margem esquerda do Forqueta, na divisa do Arroio do Meio. (M. de Encantado).
- TRÊS PEDRAS — Arroio, afluente da margem direita do rio Santa Rosa. (M. de Santa Rosa).
- TRÊS PINHEIROS — Povoado, nas vertentes do arroio Passo Ruim. (M. de Lagoa Vermelha).
- TRÊS PORTOS — Povoado, à margem esquerda do rio dos Sinos. (M. de São Leopoldo).
- TRÊS SALTOS — Arroio, afluente da margem esquerda do Forqueta. (M. de Arroio do Meio).
- TRÊS SALTOS — Povoado, à margem direita do arroio do mesmo nome. (M. de Arroio do Meio).
- TRÊS SERROS — Córrego (dos), afluente da margem direita do ribeirão Facão. (M. de José Bonifácio).
- TRÊS SERROS — Serro, à margem direita do arroio Andrade, na região setentrional do município. (M. de Pelotas).
- TRÊS SÊRROS — Serro, à margem esquerda do arroio dos Escuros. (M. de Rosário).
- TRÊS VENDAS — Povoado, nas nascentes do arroio do Bosque. (M. de Cachoeira).
- TRÊS VENDAS — Arroio, afluente da margem esquerda de Santa Bárbara. (M. de Pelotas).
- TRÊS VENDAS — Povoado, na nascente do arroio Restinga Séca. (M. de Santo Ângelo).
- TREZE COLÔNIAS — Povoado, ao norte do município, entre tributários do arroio Isabel. (M. de São Leopoldo).
- TREZE DE JANEIRO — Povoado, próximo a nascente do arroio Anguera. (M. de São Borja).
- TREZE DE MAIO — Vila, veja Princesa Isabel. (M. de José Bonifácio).
- TRICI — Sanga, afluente da margem esquerda do rio Sussuarana. (M. de Vacaria).
- TRINDADE — Serro, entre a nascente do arroio Espinilho. (M. de Livramento).
- TRINDADE — Serro, na nascente de um tributário do arroio Ibicuí da Faxina. (M. de Livramento).
- TRINTA E CINCO — Povoado, nas nascentes do arroio das Pedras. (M. de Passo Fundo).
- TRISTE — Arroio, afluente da margem esquerda do Duro. (M. de Camaquã).
- TRIUNFO — Lugarejo, à margem direita do arroio Campestre. (M. de Pelotas).
- TRIUNFO — Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Triunfo, pertencente à comarca de São Jerônimo. Na região meridional, no pontal formado pelo Jacuí e seu afluente Taquari.

- TROMBUDO — Serrô, na parte meridional do município. (M. de Júlio de Castilhos).
- TROMBUDO — Vila e sede do distrito de Trombudo, que pertence ao município, têrmo e comarca de Santa Cruz. Na região ocidental do município, entre o arroio Passa Sete e seu tributário setentrional.
- TROMBUDO — Arroio, afluente da margem direita do rio Santana. (M. de São Francisco de Paula).
- TRONCO — Arroio (do), afluente da margem esquerda do rio Turvo. (M. de Lagoa Vermelha).
- TRONCO — Arroio, afluente da margem direita do Cachoeira. (M. de Passo Fundo).
- TRONCO — Arroio (do), afluente da margem direita do rio Refugiado. (M. de Vacaria).
- TRONQUEIRAS — Lugarejo, cortado pela sanga da Areia. (M. de Santa Maria).
- TROPAS — Arroio (das), afluente da margem esquerda do Cadena. (M. de Santa Maria).
- TUBANGÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Grande. (M. de Eral).
- TUCANOS — Arroio, afluente da margem direita do rio dos Sinos. (M. de Taquara).
- TUCUNDUVA — Arroio, afluente da margem direita do rio Santa Rosa. (M. de Santa Rosa).
- TUCUNDUVA — Vila e sede do distrito de Tucunduva, pertencente ao município e têrmo de Santa Rosa, que faz parte da comarca de Santo Ângelo. Na região central do município, entre tributários do rio Santa Rosa e arroio Pratos.
- TUCURA — Sanga, afluente da margem esquerda do arroio Cambará, na divisa do município de Santiago. (M. de Jaguarí).
- TUIUQUÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Piracupia. (M. de Vacaria).
- TUIUTÍ — Povoado, na região setentrional do município. (M. de Bento Gonçalves).
- TUJÁ — Arroio, afluente da margem direita do Itacurubí. (M. de São Borja).
- TUNA — Sanga (da), afluente da margem direita do arroio Garupá. (M. de Quarai).
- TUNA — Sanga (da), afluente da margem esquerda de Mata Olho. (M. de Quarai).
- TUNA — Serro (da), a noroeste do município, entre tributários do arroios Santo Eustáquio e Caverá. (M. de Rosário).
- TUNAS — Lugarejo, a sudoeste de Roseira e próximo as nascentes do arroio das Trairas. (M. de Bagé).
- TUNAS (RINCÃO DAS) — Lugarejo, à margem esquerda do rio Ivai. (M. de Cruz Alta).

- TUNAS — Arroio, afluente da margem direita do rio Pratos. (M. de Santa Rosa).
- TUNAS (RINCÃO DAS) — Lugarejo, próximo ao arroio Tuninhas. (M. de Santo Ângelo).
- TUNAS — Arroio (das), afluente da margem esquerda do arroio dos Cachões. (M. de Soledade).
- TUNAS — Povoado, à margem esquerda do arroio dos Cachões. (M. de Soledade).
- TUNINHAS — Arroio, afluente da margem esquerda do Santa Rosa. (M. de Santo Ângelo).
- TUPÃ — Rio, afluente da margem esquerda do rio Segrêdo, na divisa do município de Antônio Prado. (M. de Vacaria).
- TUPABARI — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Cachoeira).
- TUPAMBAÍ — Arroio, afluente da margem esquerda do Acangupá. (M. de Caçapava).
- TUPANCÍ — Arroio, afluente da margem direita do rio Vacacaí. (M. de São Sepé).
- TUPANCIRETÃ — Sanga, afluente da margem esquerda do Caranguejo. (M. de Santa Maria).
- TUPANCIRETÃ — Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Tupanciretã, pertencente à comarca de Cruz Alta. Na região oriental do município, entre o arroio Caixa d'Água, afluente do rio Ivaí e Caneleira, tributário do Guaicá. Possui estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Santa Maria a Marcelino Ramos.
- TUPARAI — Povoado, na nascente do arroio do Meio, com estação da E. F. Itaquí a São Borja. (M. de Itaquí).
- TUPARENDÍ (EX-LAJE GRANDE) — Rio, afluente da margem direita do rio Santo Cristo. (M. de Santa Rosa).
- TUPARENDÍ (EX-CINCOENTENÁRIO OU BELO CENTRO) — Vila e sede do distrito de Tuparendí, pertencente ao município e termo de Santa Rosa, que faz parte da comarca de Santo Ângelo. Na região central do município, entre cabeceiras dos arroios Minas e Tuparendí. (M. de Santa Rosa).
- TUPARÓCA (EX-BOA VISTA) — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Camaquã. (M. de Caçapava).
- TUPÉ — Arroio, afluente da margem esquerda do Castelhana. (M. de Lajeado).
- TUPÍ SILVEIRA — Povoado, à margem esquerda do arroio Jaguarão. (M. de Bagé).
- TURPIN — Lugarejo, a sudoeste de Bojuru. (M. de São José do Norte).
- TURUMÃ — Sanga, afluente da margem direita do rio Vacacaí. (M. de São Sepé).
- TURUSSÓ — Arroio, a leste, corre para o município de São Lourenço, que

- separa do de Pelotas, até desaguar na Lagoa dos Patos. (M. de Can-
gussú).
- TURVINHO — Arroio, afluente da margem direita do rio Turvo. (M. de
Palmeira).
- TURVO — Povoado, à margem direita do rio Turvo. (M. de Lagoa Ver-
melha).
- TURVO — Rio, nasce na coxilha Grande e segue para o sul, entre os mu-
nicípios de Vacaria, à esquerda, e Prata, à direita, até desaguar no
rio dêste nome. (M. de Lagoa Vermelha).
- TURVO — Arroio, formador do rio Turvo. (M. de Palmeira).
- TURVO — Rio, afluente da margem esquerda do Uruguai, nasce na re-
gião meridional do município. (M. de Palmeira).
- TURVO — Arroio, afluente da margem esquerda do Jaquirana. (M. de
Sobradinho).
- TUTINGA — Arroio, formador do rio Inhacapedum. (M. de Santiago).
- TUXAVA — Arroio, afluente da margem direita do Dornelles. (M. de
Viamão).
- UMBÚ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Várzea, na divisa
do município de Palmeira. (M. de Carazinho).
- UMBÚ — Córrego, afluente da margem esquerda do rio Carreiro. (M. de
Lagoa Vermelha).
- UMBÚ — Arroio, formador do arroio del Rei. (M. de Santa Vitória do
Palmar).
- UMBÚ — Arroio, desemboca no pôrto da Canoa, na lagoa Mirim. (M. de
Santa Vitória do Palmar).
- UMBÚ — Arroio (do), afluente da margem esquerda do rio Ibicuí. (M.
de São Vicente).
- UMBÚ — Vila e sede do distrito de Umbú, pertencente ao município e
térmo de São Vicente, que faz parte da comarca de Jaguarí. À mar-
gem esquerda do rio Umbú, com estação da Viação Férrea do Rio
Grande do Sul, linha tronco.
- UMBUÍ — Arroio, afluente da margem esquerda do Acangupá. (M. de
Caçapava).
- UNIÃO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Uruguai. (M. de
Santa Rosa).
- UNISTALDA — Povoado, e estação da V. F. R. G. do Sul, na linha de
Santa Maria a São Borja. (M. de Santiago).
- UPACARAÍ — Arroio, formador do rio Ibicuí. (M. de Dom Pedrito).
- UPAMARUTÍ — Rio, afluente da margem esquerda do Ibicuí da Armada,
na divisa do município de Dom Pedrito. (M. de Livramento).
- UPAREÁ — Lagoa, a oeste da Feliciano. (M. de Osório).
- URTICA — Arroio, afluente da margem direita do rio Ligeiro. (M. de
Lagoa Vermelha).
- URÚ — Arroio, afluente da margem direita do rio Santa Rosa. (M. de
Santa Rosa).

- URUBUCARÚ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Ijuí, na divisa de Santo Ângelo. (M. de São Luiz Gonzaga).
- URUBUCARÚ — Serra, à margem esquerda do arroio de igual nome, na região oriental do município. (M. de São Luiz Gonzaga).
- URUBUCARUZINHO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Urubucarú. (M. de Santo Ângelo).
- URUCÁ — Arroio, afluente da margem direita do Caraça. (M. de Encruzilhada).
- URUCATAÍ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Uruguai. (M. de São Borja).
- URUGUAI — Serra, nas vertentes do arroio Tóldo. (M. de Getúlio Vargas).
- URUGUAI — Rio, denominado Pelotas, a montante da Lagoa Vermelha, separa de Santa Catarina, ao norte, e República Argentina, a oeste, o território do Rio Grande do Sul, nos municípios de José Bonifácio, Sarandí, Iraí, Palmeira, Santa Rosa, São Luiz Gonzaga, São Borja, Itaqui e Uruguaiana. (M. de José Bonifácio).
- URUGUAI — Arroio, afluente da margem esquerda do arroio Carazinho. (M. de Vacaria).
- URUGUAIANA — Cidade, sede do distrito, do município, do termo e comarca de igual nome. Na fronteira ocidental, à margem esquerda do rio Uruguai, onde se entroncam as linhas férreas de Quaraí a São Borja e de Porto Alegre a Uruguaiana.
- URUPÉ — Sanga, afluente da margem esquerda do arroio Maricá. (M. de Caçapava).
- URUPÚ — Povoado, à margem esquerda de um tributário do rio de igual nome, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Santa Maria a Marcelino Ramos. (M. de Cruz Alta).
- URUPÚ — Arroio, afluente da margem direita do rio Ijuizinho, na divisa do município de Cruz Alta. (M. de Tupanciretã).
- URUPÚ MIRIM — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Urupú, na divisa do município de Tupanciretã. (M. de Cruz Alta).
- URUPUZINHO — Arroio, afluente do rio Urupú Mirim, na divisa do Tupanciretã. (M. de Cruz Alta).
- URUQUÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Ijuí. (M. de São Luiz Gonzaga).
- URUTAÍ — Arroio, na região ocidental do município, corre para o de São Leopoldo. (M. de Taquara).
- UVAS — Ilha (das), formada pelo rio Piratini. (M. de Arroio Grande).
- V. XAVIER — Povoado, a nordeste da vila do Estreito. (M. de São José do Norte).
- VACACAÍ — Arroio, afluente da margem direita do Ibirocaí. (M. de Alegrete).

- VACACAÍ — Rio, nasce na região meridional do município e segue para nordeste, a separar o território de São Sepé, à direita, dos de Santa Maria e Cachoeira, à esquerda, até desembocar no rio Jacuí, pela margem direita. (M. de São Gabriel).
- VACACAÍ — Vila e sede do distrito de Vacacaí, pertencente ao município, termo e comarca de São Gabriel. Na região central do município, à margem direita do rio Vacacaí, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Cacequi a Rio Grande.
- VACACAÍ MIRIM — Rio, nasce a nordeste da cidade de Santa Maria e segue para o município de Cachoeira a leste, onde desemboca no rio Jacuí, pela margem direita. (M. de Santa Maria).
- VACAIQUÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Upacaraí. (M. de Dom Pedrito).
- VACAQUÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Ibicuí da Armada, na divisa do município de Rosário. (M. de Livramento).
- VACAQUÁ — Serro, na nascente de um tributário do arroio de igual nome. (M. de Rosário).
- VACARAÍ — Arroio, afluente da margem direita do Velhaco, servindo de divisa ao município de Tapes. (M. de Camaquã).
- VACARIA — Cidade, sede do distrito, do município, do termo e comarca de igual nome. Na região central do município, entre o Carazinho e seu afluente, Uruguai.
- VAÍ — Arroio, afluente da margem direita do Piratini. (M. de São Luiz Gonzaga).
- VAL DE SERRA — Povoado, a nordeste do município, servido pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, linha de Santa Maria a Marcelino Ramos na divisa de Júlio de Castilhos. (M. de Santa Maria).
- VAL FELTRINA — Lugarejo, ao sul do São Roque. (M. de Santa Maria).
- VALADA MORTA — Sanga, atravessa parte da cidade de Pôrto Alegre e desemboca no rio Guaíba. (M. de Pôrto Alegre).
- VALE — Arroio, afluente da margem direita do rio Cai. (M. de Cai).
- VALE REAL — Povoado, à margem direita do rio Cai. (M. de Cai).
- VALE VELHO — Lugarejo, à margem esquerda do rio Comandá. (M. de Santo Ângelo).
- VALENÇA — Arroio, afluente da margem esquerda do Arenal. (M. de Santa Maria).
- VALENTIM (RINCÃO DO) — Lugarejo, próximo ao arroio Cadena, margem esquerda. (M. de Santa Maria).
- VALENTINS — Arroio (dos), afluente da margem direita do rio Toropí. (M. de Júlio de Castilhos).
- VALIN — Povoado, a nordeste da vila de Mostardas. (M. de São José do Norte).
- VALO NOVO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Sarandí. (M. de Sarandí).

- VALOS (RINCÃO DOS) — Lugarejo, ao sul da vila de Santa Clara. (M. de Cruz Alta).
- VANINI — Povoado, à margem esquerda do arroio São Domingos. (M. de Guaporé).
- VAPOR VELHO — Povoado, à margem direita do arroio Paredão. (M. de Montenegro).
- VAQUEIROS — Lagoa (dos), prolongamento da lagoa do Junco. (M. de Osório).
- VAQUEIROS — Arroio (dos), afluente da margem direita do rio Ibicuí da Armada na divisa do município de Dom Pedrito. (M. de São Gabriel).
- VARAME — Arroio, afluente da margem esquerda do Jacuizinho. (M. de Soledade).
- VAREJÃO — Arroio, afluente da margem esquerda do Pantanoso. (M. de Cangussú).
- VAREJÃO — Arroio, afluente da margem direita do Potiribú. (M. de Cruz Alta).
- VAREJÃO — Arroio, afluente da margem direita do rio Ijuí. (M. de Ijuí).
- VAREJÃO — Arroio, afluente da margem direita do rio Turvo. (M. de Lagoa Vermelha).
- VAREJÃO — Arroio, afluente da margem do rio Jacuí Mirim. (M. de Palmeira).
- VAREJÃO — Arroio, afluente da margem esquerda do Cascavel. (M. de Santo Ângelo).
- VARETA — Arroio, afluente da margem direita do rio Santana. (M. de São Francisco de Paula).
- VARGAS — Arroio (dos), afluente da margem esquerda do rio Camaquã, na divisa do município de Caçapava. (M. de Encruzilhada).
- VARGAS — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Pratos. (M. de Santa Rosa).
- VARGAS — Ilha, formada pelo rio Uruguai. (M. de São Borja).
- VARGEM — Povoado, à margem esquerda de um tributário do rio Jacuí. (M. de Júlio de Castilhos).
- VARIANTE — Sanga (da), afluente da margem direita do arroio Arenal. (M. de Santa Maria).
- VÁRZEA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Camaquã. (M. de Caçapava).
- VÁRZEA — Arroio (da), nasce na região ocidental do município, e separa, adiante, os municípios de Carazinho e Palmeira, à esquerda, dos de Sarandi e Iraí, em cujo território desemboca no rio Uruguai. (M. de Passo Fundo).
- VÁRZEA (RINCÃO DA) — Lugarejo, entre o arroio Molha Bunda e a sanga da Variante. (M. de Santa Maria).
- VÁRZEA — Sanga, afluente da margem esquerda do rio Vacacaí. (M. de Santa Maria).

- VÁRZEA — Arroio, afluente da margem esquerda do Passo Fundo. (M. de Santo Ângelo).
- VÁRZEA — Lugarejo, a nordeste de Areias Gordas. (M. de São José do Norte).
- VÁRZEA DE SÃO JOÃO — Povoado, a sudoeste da vila de Tainhas. (M. de São Francisco de Paula).
- VÁRZEA DO CEDRO — Povoado, entre cabeceiras do arroio Dizimeiro. (M. de São Francisco de Paula).
- VÁRZEA DO PARECÍ — Povoado, ao norte da vila de Parecí Novo. (M. de Montenegro).
- VÁRZEA GRANDE — Lugarejo, à margem direita do arroio Moleque, com estação da V. F. do R. G. do Sul, ramal de Taquara a Canela. (M. de Taquara).
- VASCO ALVES — Lugarejo, próprio à nascente do arroio Capivari, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Alegrete a Quaraí. (M. de Alegrete).
- VASCONCELOS (EX-DÔRES DE CAMAQUÃ) — Vila e sede do distrito de Vasconcelos, pertencente ao município e termo de Tapes, que faz parte da comarca de Camaquã. Na região central do município, entre o arroio João Teixeira e seu afluente Beira do Campo.
- VASCONCELOS JARDIM — Povoado, a nordeste do Morretes. (M. de Canoas).
- VASSOURAS — Arroio (das), afluente da margem esquerda do rio Pelotas. (M. de Bom Jesus).
- VATAPÓ — Arroio, afluente da margem esquerda do Manuará. (M. de Sarandí).
- VATEIRO — Arroio, afluente da margem direita do Cascavel. (M. de Santo Ângelo).
- VAU — Cachoeira, no rio Passo Fundo, próxima à barra do rio Piruá, com 1.777 H. P. (M. de Sarandí).
- VAUTHIER — Povoado, à margem esquerda da sanga das Minas, tendo estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de São Sebastião a Dom Pedrito. (M. de Dom Pedrito).
- VAZULMIRO DUTRA — Vila e sede do distrito de Vazulmiro Dutra, que pertence ao município, termo e comarca de Lagoa Vermelha. Na região central do município, à margem esquerda do arroio Carazinho.
- VEADINHO — Arroio, formador do rio Gravataí. (M. de Santo Antônio).
- VEADO — Arroio, afluente da margem direita do rio Taquari. (M. de Guaporé).
- VEADO — Córrego (do), afluente da margem direita do ribeirão Facão. (M. de José Bonifácio).
- VEADO — Arroio, afluente da margem direita do rio Ligeiro. (M. de Lagoa Vermelha).
- VEADO — Arroio, afluente da margem direita do Forquetinha. (M. de Lajeado).

- VEADO — Arroio, afluente da margem esquerda do Vacacaí Mirim. (M. de Santa Maria).
- VEADO — Arroio, afluente da margem esquerda do Cadeia. (M. de São Leopoldo).
- VEADO — Rio (do), afluente da margem esquerda do Toropí. (M. de São Pedro).
- VEADO PARDO — Arroio, afluente da margem direita do rio Guaporé. (M. de Passo Fundo).
- VEADOS — Lagoa (dos), ligada à das Pombas. (M. de Osório).
- VEADOS (RINCÃO DOS) — Lugarejo, à margem direita de um tributário do arroio Saicã. (M. de Rosário).
- VEIGA — Arroio, na margem esquerda do Bandeirinhas. (M. de Bom Jesus).
- VELHA FLOR — Arroio, formador do Xarqueada. (M. de Montenegro).
- VELHACO — Arroio, nasce na região oriental do município e corre para o norte, na divisa de Pinheiro Machado, onde toma o nome de Torrinhas, com que desemboca no rio Camaquã, pela margem direita. (M. de Bagé).
- VELHACO — Arroio, nasce na região ocidental do município, e segue pela divisa do município de Camaquã, à direita, e Tapes, à esquerda, até desaguar na Lagoa dos Patos. (M. de São Jerônimo).
- VELHACO DO NORTE — Arroio, formador do Velhaco. (M. de Camaquã).
- VELHACO DO SUL — Arroio, formador do Velhaco. (M. de Camaquã).
- VELHAQUINHO — Arroio, formador do Velhaco do Sul. (M. de Camaquã).
- VENÂNCIO AIRES — Cidade, sede do distrito, do município e do termo de Venâncio Aires, pertencente à comarca de Santa Cruz. Na região central do município entre a sanga dos Angicos e o arroio Castelhano.
- VENDA — Povoado, entre os arroios Contenda e Porteirinha. (M. de Cachoeira).
- VENDA — Serro (da), próximo ao banhado do Chanota. (M. de Rosário).
- VENDINHA — Lugarejo, entre o rio Apuaé e o arroio das Pedras. (M. de Passo Fundo).
- VÊNETO — Povoado, a noroeste, na fronteira do município de Santa Maria. (M. de Cachoeira).
- VENTO — Serro (do), entre o arroio da Caneleira e o rio Camaquã. (M. de Encruzilhada).
- VENTOSO — Arroio, ao sul, corre para o município de Montenegro, onde desemboca no Forromeco, pela margem direita. (M. de Farroupilha).
- VENTURA — Povoado, a sudoeste de Bonfim. (M. de Lajeado).
- VENTURA — Arroio, afluente da margem esquerda do Marupiara. (M. de Passo Fundo).
- VENTURA (RINCÃO DO) — Lugarejo, à margem esquerda do arroio Vacacaí Mirim. (M. de Santa Maria).

- VERDE OU VIGIA — Serro, na nascente do arroio Passo da Cruz. (M. de Livramento).
- VERDE — Lagoa, a sudoeste do saco da Mangueira. (M. de Rio Grande).
- VERDE — Coxilha, na parte ocidental do município, entre as sangas Turumã e Cambica. (M. de São Sepé).
- VERDE — Rio, na divisa de Santa Catarina, também denominado Glória, a montante e Mampituba a jusante. (M. de Tôrres).
- VEREDA — Serra (da), na parte central do município entre os arroios Candiottinha e Corisco. (M. de Pinheiro Machado).
- VERTENTES — Arroio, afluente da margem direita do rio Quaraí. (M. de Uruguaiana).
- VESPASIANO CORREIA — Vila e sede do distrito de Vespasiano Correia, que pertence ao município, termo e comarca de Guaporé. Na região meridional do município, próximo às cabeceiras do arroio da Braba.
- VIADUTOS — Vila e sede do distrito de Viadutos, que pertence ao município, termo e comarca de José Bonifácio. Nas cabeceiras do arroio Anta Mansa, servida por estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, linha de Santa Maria a Marcelino Ramos.
- VIAMÃO — Cidade, sede do distrito, do município, do termo e comarca de igual nome. Na região ocidental do município, entre cabeceiras do arroio Feijó e da Fiuza.
- VIANA — Arroio, afluente da margem direita do Vacaiquá. (M. de Dom Pedrito).
- VIANA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Refugiado. (M. de Vacaria).
- VIANEZ — Ilha, na parte ocidental do delta do rio Camaquã. (M. de Camaquã).
- VICENTES — Arroio, afluente da margem direita do arroio dos Ladrões. (M. de Encruzilhada).
- VICENTES — Arroio, afluente da margem esquerda do Choró. (M. de Júlio de Castilhos).
- VICENZA VELHA — Povoado, à margem esquerda do arroio Alencastro. (M. de Farroupilha).
- VIDA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Gravataí. (M. de Santo Antônio).
- VIDAL — Arroio, afluente da margem esquerda do arroio do Meio. (M. de Cruz Alta).
- VIDOTI — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Santo Cristo. (M. de Santa Rosa).
- VIEIRA — Rio, afluente da margem direita do rio das Antas. (M. de Antônio Prado).
- VIEIRA — Povoado, à margem ocidental do saco da Mangueira, com estação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, ramal de Casino. (M. de Rio Grande).

- VIEIRA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Amandaú. (M. de Santa Rosa).
- VIEIRA — Arroio, afluente da margem esquerda do Bugre. (M. de Santa Rosa).
- VIEIRA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Ijuizinho. (M. de Tupanciretã).
- VIEIRA — Rio, afluente da margem direita do rio das Antas. (M. de Vacaria).
- VIEIRA — Serra, na parte meridional do município. (M. de Vacaria).
- VIEIRAS — Arroio (dos), afluente da margem esquerda do rio da Várzea. (M. de Palmeira).
- VIEIRAS — Arroio (dos), afluente da margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Soledade).
- VIGÁRIO — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Gravataí. (M. de Viamão).
- VIGIA — Serro (do), a oeste das nascentes do arroio Caldeirão. (M. de Caçapava).
- VIGIA — Serro (da), nas nascentes do arroio Tapereá. (M. de Cachoeira).
- VIGIA — Arroio, afluente da margem direita do Cadeia. (M. de Caí).
- VIGIA — Morro, entre os vales dos arroios Escadinhas e Sepultura. (M. de Caí).
- VIGIA — Povoado, banhado pelo arroio Vigia. (M. de Caí).
- VIGIA — Serro, a leste da cidade de Encruzilhada. (M. de Encruzilhada).
- VIGIA — Serro, a sudoeste do Corcunda. (M. de Livramento).
- VIGIA OU VERDE — Serro, veja Verde ou Vigia. (M. de Livramento).
- VIGIA — Serro (do), na região ocidental do município. (M. de Rosário).
- VIGIA — Morro, à margem esquerda do arroio Quipá. (M. de Soledade).
- VIGIA — Morro, próximo ao arroio Capão Alto. (M. de Vacaria).
- VILA ALEGRE — Povoado, à margem direita do arroio Cotovêlo. (M. de Carazinho).
- VILA ETELVINA — Povoado, ao norte de Santa Maria, servido pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, linha de Santa Maria a Marcelino Ramos. (M. de Santa Maria).
- VILA FARROUPILHA — Vila, veja Toroquá. (M. de São Francisco de Assis).
- VILA FLORES — Vila, veja Florida. (M. de Santiago).
- VILA NOVA — Povoado, ao sul da vila Não Me Toque. (M. de Carazinho).
- VILA NOVA — Povoado, fica entre os arroios Taquara e Grande. (M. de Gravataí).
- VILA NOVA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuí. (M. de Soledade).
- VILA RICA — Povoado, ao norte da cidade de Caí. (M. de Caí).
- VILA RICA — Povoado, ao sul da cidade de Prata. (M. de Prata).
- VILA RITA — Arroio, afluente da margem esquerda do Jaçaruaba. (M. de Santa Rosa).

- VILA TERESA — Vila, veja Teresa. (M. de Santa Cruz).
- VILABELA — Povoado, à margem direita do arroio Forqueta. (M. de Lajeado).
- VILINHA — Arroio, afluente da margem esquerda do rio da Ilha. (M. de Taquara).
- VIMES — Sanga (dos), ao sul da vila Rio Negro, afluente da margem esquerda do Jaguarão. (M. de Bagé).
- VINTE — Arroio, afluente da margem esquerda do Uruguai. (M. de Iraí).
- VINTE CINCO DE SETEMBRO — Povoado, entre o arroio da Braba e o Colossi. (M. de Guaporé).
- VINTE PINHEIROS — Lugarejo, a noroeste de Santiago, com estação da V. F. R. G. do Sul, linha de Santa Maria a São Borja. (M. de Santiago).
- VINTE TIROS — Arroio, afluente da margem esquerda do Igaretá. (M. de Tupanciretã).
- VINTE TIROS — Lugarejo, à margem do arroio de igual nome. (M. de Tupanciretã).
- VINTE TRÊS DE JULHO — Povoado, nas nascentes do arroio Fundador. (M. de Santa Rosa).
- VINTE UM DE ABRIL — Povoado, a nordeste da vila Inconfidência. (M. de Tupanciretã).
- VINTE UM DE ABRIL — Vila, veja Inconfidência. (M. de Tupanciretã).
- VIOLETAS — Arroio (das), afluente da margem direita do rio Jaguarã. (M. de Vacaria).
- VIRA CARRETA — Arroio, formador do rio Santa Rosa. (M. de Santo Ângelo).
- VIRA MACHADO — Lugarejo, ao norte do serro Quebra Cangalha. (M. de Gravataí).
- VIRADOR — Arroio, afluente da margem esquerda do Maria Santa. (M. de Encruzilhada).
- VIRADOR — Serro, fica entre os arroios Maria Santa e Pedras. (M. de Encruzilhada).
- VIRADOR — Arroio, afluente da margem esquerda do Carrapicho. (M. de Rosário).
- VIRARIPÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Ogaratim. (M. de Palmeira).
- VIRIATO (RINCÃO DO) — Lugarejo, à margem esquerda do rio Piratini. (M. de Santo Ângelo).
- VISTA ALEGRE — Povoado, à margem direita do arroio Rio Branco. (M. de Cruz Alta).
- VISTA ALEGRE — Povoado, a sudoeste da Estação Getúlio Vargas. (M. de Getúlio Vargas).
- VISTA ALEGRE — Vila, veja Augusto Severo. (M. de Prata).
- VISTA ALEGRE — Lugarejo, à margem esquerda do rio Vacacaí. (M. de Santa Maria).

- VISTA ALEGRE — Vila, veja Chapéu. (M. de São Francisco de Paula).
- VISTA ALEGRE — Vila, veja Entre Rios. (M. de Vacaria).
- VITAL — Arroio, afluente da margem esquerda do Gravataí, na fronteira do município de Santo Antônio. (M. de Viamão).
- VITÓRIA — Sanga, afluente da margem direita do arroio do Ipê. (M. de Antônio Prado).
- VITÓRIA — Lugarejo, à margem direita do arroio Poço d'Anta. (M. de Garibaldi).
- VITÓRIA — Lugarejo, próximo ao rio Maratá, com estação da V. F. R. G. do Sul, ramal de Montenegro a Caxias. (M. de Montenegro).
- VITÓRIA — Vila, veja Maurício Cardoso. (M. de Soledade).
- VITÓRIA — Sanga, afluente da margem direita do arroio Ipê. (M. de Vacaria).
- VOLTA — Arroio (da), afluente da margem esquerda do rio Ibicuí. (M. de Santa Maria).
- VOLTA — Sanga (da), afluente da margem esquerda do rio Toropí. (M. de São Pedro).
- VOLTA ALEGRE — Povoado, entre cabeceiras do arroio Torí. (M. de Soledade).
- VOLTA GRANDE — Lugarejo, à margem esquerda do rio Cai. (M. de Canôas).
- VOLUNTÁRIA — Arroio, afluente da margem direita do rio Paranhana. (M. de Taquara).
- VOLUNTÁRIA — Morro (da), a sudoeste do da Ceroula. (M. de Taquara).
- VOTOURO — Povoado, à margem esquerda de um tributário do rio Grande. (M. de José Bonifácio).
- WAGNER — Arroio, afluente da margem esquerda do rio Jacuizinho. (M. de Sobradinho).
- WALACHEI — Arroio, afluente da margem esquerda do Cadeia. (M. de São Leopoldo).
- WALACHEI — Povoado, à margem esquerda do arroio do mesmo nome. (M. de São Leopoldo).
- WASEM — Lagoa, à margem direita do rio dos Sinos, no qual desagua. (M. de Novo Hamburgo).
- WINTHOF — Povoado, à margem direita do arroio Marcondes ou Tapera. (M. de São Leopoldo).
- WOLF — Arroio, afluente da margem direita do Cadena. (M. de Santa Maria).
- XADREZ — Arroio, afluente da margem direita do Boicí. (M. de Pinheiro Machado).
- XADREZ — Arroio, afluente da margem direita do rio da Várzea, na divisa do município de Carazinho. (M. de Passo Fundo).
- XADREZ — Arroio, afluente da margem direita do arroio Grande. (M. de Piratini).

- XARÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do Ipopó. (M. de Caçapava).
- XARÁ — Arroio, afluente da margem esquerda do arroio dos Ferreiros. (M. de Gravataí).
- XAVIER — Arroio, afluente da margem direita do Sutil. (M. de Encruzilhada).
- XAVIER — Arroio, a sudoeste do município. (M. de São Jerônimo).
- XINIQUA — Rio, afluente da margem esquerda do Veado. (M. de São Pedro).
- XAXIM — Povoado, a noroeste de Canudos. (M. de Lajeado).
- XAXIM — Arroio, afluente da margem esquerda do Três Passos. (M. de Passo Fundo).
- XAXIM — Arroio, afluente da margem direita do Tarumã. (M. de Santa Rosa).
- XIMBUÇÓ — Arroio, afluente da margem direita do rio Piratini. (M. de São Luiz Gonzaga).
- XINGÓ — Arroio, afluente da margem direita do rio da Várzea. (M. de Sarandi).
- XIRISCAL — Arroio, afluente da margem esquerda do Vaqueiros. (M. de Dom Pedrito).
- XIX — Arroio (dos), afluente da margem esquerda do Três Passos. (M. de Passo Fundo).
- ZAINOS — Arroio, afluente da margem esquerda do Piramiritá. (M. de Palmeira).
- ZAVAGNA — Lugarejo, à margem esquerda do arroio do Inglês. (M. de Cruz Alta).
- ZEFERINO — Arroio, afluente da margem direita do Guaporé. (M. de Encantado).
- ZEFERINO — Povoado, à margem direita do arroio Guaporé. (M. de Encantado).
- ZEFERINO MAURA (PASSO DO CENTURIÃO) — Povoado, à margem esquerda do rio Jaguarão. (M. de Eral).
- ZEZIMO PAZ — Arroio (do), afluente da margem esquerda do rio dos Sinos. (M. de Taquara).
- ZIGANA — Rio, formador do Bernardo José. (M. de Lagoa Vermelha).
- ZORILHO — Arroio, afluente da margem esquerda do Camargo. (M. de Piratini).

Através da imprensa

A População branca no Brasil

PIERRE DEFFONTAINES

Nos países tropicais existem regiões que figuram entre as menos povoadas da terra, como o Norte Australiano, os "Manos" venezuelinos, as florestas amazonenses; e há zonas em que a densidade vai a cifras mais elevadas: Java, o delta do Ganges, o delta do Tonquim. Em relação às condições climáticas dos países tropicais, a humanidade não adotou uma atitude uniforme; êsses países não se nos apresentam como zonas de hostilidade contínua ou de facilidade habitual para o fenómeno humano em geral. No entanto, parece que certos tipos de homem se adaptam mais ou menos a essas zonas: as raças de cores negras ou amarelas têm, ao que parece, o seu domínio de densidade máxima nos países tropicais. E' até aí que se encontram os mais antigos testemunhos dessas raças que ficaram fósseis, de Java, das Siwakiks, das Broken Hill, da Lagoa Santa. Os trópicos constituem como que um domínio "optimum" para a humanidade de

côr. A raça branca, ao contrário, ali encontra condições menos favoráveis. As suas densidades máximas se verificam nas zonas temperadas; e é aí que ela atinge o seu melhor desenvolvimento físico e intelectual. Haverá, pois, dois tipos de humanidade: um, dos trópicos, favorável às raças de côr, outro, das regiões temperadas, em que a maioria dos brancos estão concentrados?

Com efeito, as instalações dos brancos em zona tropical são, em geral, simples ilhotas, ínfimas minorias de caráter instável, de fraca progressão do efetivo.

O Brasil constitue um caso inteiramente especial: é o único país tropical em que os brancos estão em maioria e elaboram um tipo de humanidade em plena progressão de número e em plena expansão de trabalho. Merece, pois, dêsse ponto de vista atento estudo.

As raças de côr estavam aqui, a princípio, pouco representadas. E' impossível darem-se algarismos exatos; parece, porém, que os

índios não deviam passar de 3 ou 4 milhões. Viram-se, portanto, os brancos diante dum caso de fraca ocupação primordial: havia imenso lugar disponível, o que se não dava com a maior parte dos outros países tropicais onde os europeus chegavam como excedentes, como dominadores e não como população encarregada dum povoamento.

Os primeiros ocupantes foram, todavia, como, alhures os conquistadores, instalados em alguns pequenos postos fortificados, escalas de vias marítimas, pontos de contacto com as civilizações indígenas; é, porém, aqui que se nos depara um caso particular. Havia uma civilização índia, ou até diversas, mas sem elementos de produção permutável. Compunham-se de vários modos de vida, quase sempre simples colheitas, com generalizado nomadismo, dividindo o tempo em estações de pesca, de caça e de frutas; e esses modos de vida indígena não eram proveitosos para os primeiros colonizadores. O país só se podia valorizar criando-se um novo regime de explorações; nada lembrava aqui as civilizações agrícolas ou mineiras dos planaltos andinos. Os brancos foram muito cedo levados a desenvolver a sua própria região de exploração, daí a ancianidade das plantações. O único valor que elles puderam tirar dos índios, foi o valor do próprio homem, como mão de obra; esta mesma, porém, se revelou muito ruim. Não se obtém rendimento de trabalho útil de populações habituadas exclusivamente às

colheitas. As "razzias" de mão de obra e a sua instalação nos trabalhos agrícolas determinaram as hecatombes que nós sabemos. Não se pôde operar a mudança do gênero de vida e os índios responderam com uma greve de morte.

A instalação mesma da raça branca esteve comprometida em razão do desaparecimento das populações locais. Foi então que começou o tráfico dos negros; ao mesmo tempo, porém, mandou-se vir, em grande quantidade, arraia miúda da mãe pátria, das montanhas do Norte e do Centro de Portugal, já super-povoados no século XVII e com um standard de vida muito baixo; levou-se gente também dos Açores, cuja população extraordinariamente prolífica e errante se espalhou por tôdas as margens do Oceano Índico e do Atlântico Sul. Os Angicos, de Angra, principal centro de emissão dessas populações, constituíram o principal contingente de arraia miúda, base de toda a colonização. Sem dúvida, a adaptação ao clima dos Açores tinha já dado a esse tipo uma ductilidade ou maleabilidade especial. O seu baixo nível de vida, devido em parte à clemência do clima do arquipélago, permitiu-lhe todos os contactos, tôdas as assimilações. Isso se verificou sobretudo no caso das colonizações em Moçambique ou nas índias, ao redor de Goa e Diu.

No Brasil essa gente se misturou sem dificuldade com as populações de escravos negros ou de índios; aqui, porém, era muito menos de reear a absorção pelas populações de côr; a despropor-

ção do número entre brancos e homens de côr era muitíssimo menor; em certas colônias litorais, sobretudo em certas ilhas, Ilha Grande, perto de Santos, Ilha de Santa Catarina, no Sul, a absorção se fez, em muitos casos, no sentido inverso; os brancos conservaram um potencial de assimilação mais elevado que o das outras raças e em muitos pontos se assistiu a um progressivo “embranquecimento” da população. Esta transformação se operou principalmente nos lugares de intensa proliferação. Houve também lugares que constituíram centros de emissão de povoamento e onde a dominante branca se manteve ascensional. Apareceram novos tipos humanos, quase brancos, pelo aspecto somático ou de se aproximando cada vez mais.

Entre as mais curiosas dessas variedades humanas, adaptadas a meios locais, cumpre notar os cearenses, raça espantosamente robusta, que vive nessas singulares regiões de secas terríveis, verdadeiro saará, por eclipse, instalado quase em zona equatorial, a cerca de 1.000 quilômetros da linha. Este cabo que o Brasil do Nordeste desenha ao meio do Atlântico deveria ser o canto mais oceânico do país; mas, ao contrário, apresenta os aspectos mais continentais, flanqueado ao Norte e ao Sul por duas zonas, uma amazônica, outra litoral, de feição nitidamente equatorial, como se o Equador houvesse decomposto em duas faixas, encerrando um bloco de seca, exemplo único no mundo e difícil de explicar.

Estes Cearenses, periodicamente escorraçados pelas crises de seca e há muito tempo numerosos demais para a magreza da terra que habitam, enxamearam nas regiões de umidade quente que os cercam. Foram eles que asseguraram o começo da ocupação da bacia amazônica; e assim essa região, a mais larga zona equatorial do mundo, aquela em que as características do clima equatorial mais se fazem notar e parecem mais hostis ao desenvolvimento de qualquer humanidade, foi colonizada por um tipo de homens de fundo branco predominante, procedente de regiões de estepes desertas. Manaus é uma bela cidade de aspecto europeu em cuja população a dominante branca está fortemente caracterizada.

Para o Sul o planalto de S. Paulo favoreceu o nascimento doutros tipos de homem particularmente prolíficos, robustos e aventureiros e que enxamearam através de todo o centro do Brasil. Foram eles que, com as suas “bandeiras”, forneceram os primeiros elementos de povoamento das imensas regiões dos planaltos e savanas de Mato-Grosso, Goiás, Minas e até do rebordo meridional da bacia amazônica, onde se encontraram com os Nordestinos. Tinham um fundo de população mais extremamente branco e português que a gente do Nordeste; e é a ele que a parte central do Brasil deve as contribuições brancas. Foram também grandes manejaadores de raças; efetuaram as principais “razzias” de índios; grandes pesquisadores de metais

preciosos, introduziram em pleno centro do Brasil as colônias de operários mineiros em que eram numerosos os negros africanos.

Assim se formou, em pleno centro brasileiro, nos planaltos elevados e nas montanhas outro tipo de homem, os "Mineiros" ou gente de Minas, espécie de montanheses, mais sedentários que a gente do Nordeste ou de S. Paulo. Acabaram êles por constituir, após a exaustação das jazidas minéreas, uma espécie de população campônia e sedentária, econômica ao extremo, bastante pobre mas sem grandes necessidades, mais misturada, como elementos étnicos, mas na qual o fundo branco continua predominante e progressivo.

Far-se-á êsse "embranquecimento" geral do Brasil acompanhar duma correspondente mudança dos gêneros de vida? Aqui as transformações são menos rápidas que na ordem somática. São frequentes os casos dêsses, em que populações de origem branca adotaram hábitos e modos de vida aproximados dos das populações de côr; a vida agrícola principalmente se inspirou no primitivo sistema da devastação da floresta pelo fogo, da "queimada", que já os índios empregavam; a demarcação entre campos e florestas é imprecisa; muitos bananais são quase bravos e muitas colheitas se reduzem à extrema simplicidade.

O clima favorece a vida dia a dia, sem horário e sem trabalho regular. Em tal regime, desaparecem as qualidades de esforço e de energia, e o tipo se abastarda.

O vestuário e a morada se simplificam; modifica-se a alimentação. Menos necessidade, mas menos trabalho. A linguagem brasileira possui um termo especial para designar êsse personagem que constitui a transição entre o selvagem primitivo e o colono: é o "caboclo". As antigas fazendas em decadência ao longo do litoral abrigam numerosa população dêsses caboclos, para cujo abaixamento contribuem as febres e a verminose. Essa "caboclisção" é, em certos casos, bastante rápida; antigos colonos alemães do Espírito Santo e até do Estado de S. Paulo retrocederam em algumas décadas a um estado quase selvagem. Foi empreendida uma verdadeira campanha sanitária para diminuir êsses perigos de caboclisção e reagir contra êsse abaixamento do potencial da raça.

Assim o Brasil representa um caso singular de zona tropical em via de "embranquecimento". Só talvez a zona da Baía, para onde os escravos africanos foram levados em massa mais compacta, resolve mais lentamente a sua população de côr.

Êste embranquecimento acentuou-se no correr do século XIX com as contribuições de novos colonos europeus que se instalaram principalmente nas regiões meridionais e menos tropicais: Rio Grande, Santa Catarina, Paraná, onde se fixou uma colonização livre, de pequenos agricultores, alemães, espanhóis e ainda poloneses ou russos.

A abolição da escravatura na segunda metade do século XIX e

o rápido crescimento das plantações de café no Estado de S. Paulo provocaram a vinda de gente pobre européia, italianos principalmente para os grandes domínios ou "fazendas". Eram verdadeiros proletários rurais, imprópriamente chamados "colonos".

Atualmente conta o Brasil 47 milhões de habitantes cuja composição étnica é aproximadamente a seguinte: sem dúvida menos de 2 milhões de índios, mas neste ponto os cálculos são especialmente duvidosos; 6 a 7 milhões de negros quase puros; restariam, portanto, 37 a 38 milhões de população de composição mais ou menos branca. Aqui é impossível precisar as demarcações. Nem por isso se torna menos evidente ser hoje o Brasil o mais importante país tropical de população na sua maioria branca.

As duas cidades principais, Rio e S. Paulo, são as maiores cidades brancas dos trópicos. S. Paulo, no seu total de 1.200.000 habitantes, possui, pelo menos, 1 milhão de brancos; e a cidade é justamente atravessada pelo trópico. O Rio de Janeiro, com Nicterói, conta 2 milhões de habitantes, dos quais

milhão e meio, pelo menos, são brancos. Assim o Brasil possui as duas únicas aglomerações tropicais em que os brancos vão além de 1 milhão. As outras grandes cidades da zona tropical, como Singapura, Calcutá, Cantão, Hong-Kong, Manilha, têm composição étnica absolutamente diversa.

Eis uma das originalidades do Brasil: ser o exemplo mais típico da conquista, pelo povoamento branco, duma zona nitidamente tropical.

Já não se trata aqui de possibilidade da raça branca em zona tropical e sim de resultados.

BIBLIOGRAFIA:

Oliveira Viana — *Raça e assimilação*: São Paulo, 1932.

Do mesmo: *Populações meridionais do Brasil* — São Paulo, 1934.

Do mesmo: *Evolução do povo brasileiro* — 1936.

Alfredo Ellis Júnior: *Populações paulistas* — 1934.

Nina Rodrigues: *Os Africanos no Brasil* — 1931.*

Estêvão Pinto: *Os indígenas do Nordeste* — 1930.

(Extraído do "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro)

A Nau Catarineta

MÁRIO DE ANDRADE

O romance português, a que se dá geralmente o nome de "A Nau Catarineta", é sem dúvida de todos os romances de origem ibérica, o que persiste até agora com maior frequência e em seu texto integral, na memória popular brasileira. Isto se deve especialmente a ter êle tomado forma dramática entre nós, incluído como episódio final de um dos nossos bailados, a Chegança dos Marujos. Ora esta chegança, já agora com outros nomes também, ora chamada "Barca", ora "Fandango", ainda é frequentemente dansada por todo o Nordeste nas festividades de fim e de começo de ano. Isso permitiu a conservação muito viva da Nau Catarineta, enquanto os outros romances portugueses já desde o século passado rapidamente se obliteravam no Brasil e fugiam da nossa tradição popular.

A "Nau Catarineta" é um dos casos curiosos da literatura de língua portuguesa. O nome da nau, a probabilidade do assunto, a data de origem do romance são outros tantos problemas que jamais ficaram perfeitamente esclarecidos.

Qual a data de origem do roman-

ce?... Foi Garret, em 1851, quem primeiro recolheu algumas versões da "Nau Catarineta" e a estudou. Conforme o sentimento do tempo, Garret não apresentou o romance nos textos tirados do natural, mas compôs uma versão dêle, erudita, alimpada de deficiências, embora o mais honestamente aproxima da das versões populares que conhecia. Segundo a opinião de Garret (1, vol. II p. 56) o romance data do fim do século XV, ou é quinhentista. Que eu saiba, ninguém nunca se lembrou de discutir esta afirmativa, dentre os que estudaram o romance. Se referindo à descrição do naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho, na qual desde Garret se julga ver a probabilidade histórica da "Nau Catarineta", Luiz Chaves (2, vol. XXX, p. 174 e ss.) comenta que "esta narrativa da *História Trágico-Marítima* é posterior a 1565, ano em que o caso se deu. Não quero dizer que fôsse esta nau a do romance, nem que êste possa ser anterior a esta data; justifica-se a origem e limita-se a data"... Não compreendo bem esta frase escrita em português de Portugal, ou provavelmente ela

será obscura mesmo aos Lusitanos... Quererá Luiz Chaves afirmar que “a Nau Catarineta” é garantidamente posterior a 1656?... Por que? se o romance, no parecer do próprio Luiz Chaves, não se inspira diretamente no naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho?...

Aliás, poderíamos afirmar com garantia absoluta de verdade, que a “Nau Catarineta” é um “romance velho”, pelos menos nas versões que conhecemos atualmente?... Se de muitos outros romances velhos possuíssimos o texto em pliegos sueltos datados do século XVI (3); se alguns outros estão em manuscritos desse e do século anterior; se cronistas e autores dramáticos, Gil Vicente, Antônio Prestes, nomeiam títulos, citam versos ou se referem a muitos romances velhos; não sei de ninguém, de absolutamente ninguém que tenha coligido nenhuma versão, nem descoberto nenhuma referência antiga a este romance da Nau Catarineta. E isso é espantoso, se tratando dum poema tão profundamente português, tão generalizado na península ibérica e nas colônias portuguesas. Um cronista português, o autor da *Última Nau Portuguesa* publicada em 1891, Teodoro José da Silva (apud 4, p. 17) falando da primeira metade do século XIX e da polca que então entrara em moda e fizera os Portugueses esquecerem o “Pirolito”, a “Maria Cachucha”, o “Beijo à Saloia”, o “Rei chegou”, e o “Passarinho Trigueiro”, avança este comentário curioso: “Creio mesmo que só então deixou de cantar-se a antiga e popular romança “A Nau Catarineta”, uma espécie de — pa-

pão, vai-te embora — com que os avós, desde o princípio do século, vinham entretendo os serões e acalentando os netos”. E’ probabilíssimo que o “desde o princípio do século” seja data escorregada por leviandade da pena do autor, tanto mais que êle se refere a avós cantando; mas em verdade, pelo que eu sei, a versão mais antiga existente da “Nau Catarineta” é a de Garret, dos meados do século XIX. E a tradição histórica mais conhecida, que se possa comparar ao romance, mas em prosa e não em verso é a que está na antologia de Bernardo Gomes de Brito, a *História Trágico-Marítima*, que data de 1736. E’ certo que o antologista se utilizou de documentos mais antigos ou tradições orais, mas também é verdade que nada autoriza a afirmar que o romance da Nau Catarineta provenha diretamente do naufrágio de Jorge Albuquerque Coelho.

Afonso de Taunay (5, p. 36) descobriu uma fonte nova importantíssima, anterior a tudo isso, e que é de admirar seja ignorada de quantos estudaram a questão. Lendo a enciclopédia de Churchill, *A Collection of Voyages and Travels*, não escapou à atilada curiosidade do erudito historiador que os capuchinhos Miguel Ângelo de Gattina e Dionísio Carli de Piacenza colhiam em 1666 uma versão do caso da nau Catarineta “absolutamente diversa das que geralmente conhecemos”. Tive a felicidade de perseguir a lebre opima, levantada por Afonso de Taunay, no original italiano de 1687, que é *Il Moro Transportato* de Dionísio Carli de Piacenza (6, p. 19 e ss.).

E' uma documentação tão importante que me sinto no dever de popularizar o que jaz oculto em livro rarissimo:

“Costumano li Portoghesi in questo passaggio dell'Equinotiale far la loro festa, da essi detta Galliofa (em itálico no texto), per impetrar da Dio l'uscita felice da un varco tanto funesto. Quelli, che mai più nauigarono sotto la Linea, sono astretti à pagare, ò denari, ò cosa mangiatua, ò qualche altra sorte di merce, non escludendo alcuno, etiamdio Capitano, ò Capuccino, pigliando da noi Corone, Agnus Dei, Medaglie, e simili; il che tutto messo all'incanto, di quel denaro si celebrano poi tante Messe per l'anime del Purgatorio. Frà questi se v'è qualche stretto di borsa, che voglia litigare il tributo, li Marinari vestiti da Birri conducono questo legato dauanti al tribunale, oue siede un Marinaro tutto togato, il quale fà da Giudice, che costituendo, interrogando, e decretando, sententia il Reo ad'essere trè volte gettato al Mare, in tal modo. Stà appesa ad un pennone dell'alberto Trinchetto una girella di legno con dentro una corda, alla quale legato, i sospeso il Reo, lo lasciano cadere à piombo sotto acqua per trè volte, rileuandolo però subito in aria; e pure v'è sempre qualche stitico, e disgratiato, à cui tocca le beffe; lo stesso pur si costuma al capo di Buona Speranza, al Stretto di Magaglianes, & in altri luoghi di simili difficoltà. Nel vallicare poi della Linea, ci spirò sempre un'aura felicissima à tutta pienezza di vele, che al certo non ci voleua meno, per la terribile corente d'acqua, che incontram-

mo, che si pose di bel nuouo in stato tale, che fummo in pericolo di perderci.

Poscia alquanto auansatisi, col mancare il vento, ci mancò ogni refrigerio, per il che di nuouo restammo afflittissimi, sì per la vehemenza del calore, che per anche non era cessato, come per la mancanza de viuere, ch'era vicina, e massime *fatti oculati* (os itálicos são meus) dal sfortunato successo, che interuene pur nel medemo luogo *poch'anni sono* all'infelice Vascello detto Cattarineta. Questo carico de pretiosissimo tesoro, partito da Mari di Goa, con una calma assitita da tutte le gratie, fece scale al Brasil; di doue partito con prospero vento, spiegò le vele verso Lisbona; nel passare della Linea, sorpreso da grand'incendio, morì il Piloto, e poco più auanti morirono tutti gl'officiali, e persone più pratiche, quasi dissi abbruggiati in quelle acque, a segno, che rimanendo il Vascello come Poledro sbrigliato, in libertà di vagare al capriccio dell'onde, *errò miseramente sette mesi* per questi Mari infidi, per lo che consumati i viuere, uccisi i Gatti, i Cani, & Sorci, e fattili viuanda, *mangiate fino le scarpe*, tranguggiata ogni più schifosa immondeza, mancato affatto il vitto, mancò parimenti la vita, non vi restando di 400 uonimi che erano, che cinque persone. Frà questi viuendo il Capitano aggitato dalle furie di quei pensieri, che importano la Morte, considerò il tal urgenza, che perdendo la vita, perdeua ancora la riputatione; imaginandosi, che la fama mentitrice propalarebbe una marca infame di fuga, impretiosita in Paesi stranieri, col trasporto di

tanto tesoro; per il che propose alli Compagni la sorte de chi doueua morire, per soccorrere il cibo necessitoso al viuere delli quattro sopra viuuti: all'horrida proposta non fù chi contradicesse (vedendo tutti il caso disperato) mà ben si con viue espressioni procurarono escludere il loro Capitano dal colpo di questa sorte inhumana; *doppo varie proposte, e risposte, & alternate contese*, giurò il Capitano di no voler sottrahersi dalla Morte, sì gli fosse toccata, tanto più ragioneuole, quanto più necessitosa. Gettato da tutti finalmente il dado, assortì distrattamente la morte all'infelice Capitano, quale da gl'itri deplorato, e compatito, mentre raccomandaua l'anima sua à Dio, determinarono essere da Cattolico ben sì il morir tutti, mà da Barbaro l'insanguinarsi del Compagno; al che Iddio concorrendo, *inspirò ad uno d'ascendere sopra la gabbia dell'albero maestro*, doue egli guardando, scorse un non sò che d'oscuro; del che auuisione il Capitano, anch'esso salito sopra l'albero, conobbe col Cannochiale quella vista esser di terra ferma, alla quale al meglio che puotero, voltarono la prora; & iui arriuati, viddero esser una Città posseduta dalla loro natione; sbarcati, si portarono subito dal Governatore, al quale fecero un fedel racconto de loro sfortunati accidenti; furono da questi humanamente accolti, e gratiosamente di tutto il bisognueole ristorati. Mentre colà dimorarono, per ordine de Medice furono necessitati, *per meglio della loro salute, fare una buona purga*; nel progresso della quale, due de più estenuati, e derelitti dalla natura, re-

sero l'anima al creatore; gl'altri trè, per la sangolarità de remedii, e medicamenti, si fecero sani. Doppo che resi à S. D. M. le debite gratie, e complimenti al Governatore, risarcito il Vascello, s'incaminarono verso Lisbona; nel porto della peruenuti, uno delli trè, che per la natura non ben consolidata (era già ricaduto nella Nauigatione) se ne morì. Finalmente sbarcarono il Capitano, & il Marinaro frà tanti rimasti, quali subito si portarono all'udienza del Rè, auanti al quale esposero la flebile narratiua de loro auenimenti funesti. Quella Maestà compatendo, e consolando, faceli regalare di doni considerabili; dichiarò il Capitano Almirante della Flotta, & il Marinaro Capitano d'un Vascello durante la loro vita".

E' talvez arrôjo decidir se a prosa de Dionísio Carli é já reduzida do próprio romance e escutado de alguém que o sabia de cor, ou se de leitura de algum livro em prosa ou fôlha volante. Dionísio Carli era ótimo observador. Todo o livro dêle demonstra um espírito curioso, esperto, paciente, destinado a etnógrafo. Se é certo que também reporta, como era costume na incênca do tempo, carapetões da marca maior, v. g. os homens marinhos que enxergou (mas à distância de quatro milhas...) no mar etiópico, não chega propriamente nunca à mentira conciente e de iniciativa próprio. As pêtas que reproduz, são lhe contadas por outrem e provadas sempre a quatro milhas de lonjura. Porém quando se trata de descrever, Dionísio Carli o faz com uma clareza e uma pormenorização de etnógrafo

predestinado, a que só faltou o espírito científico atual para ter se tornado um dos melhores reportistas do tempo. Assim, a gente percebe da extrema minuciosidade com que o frade descreve os sucessos da nau Catarineta, que êle está sintetizando período por período, o que vai lendo, ou então escutando de alguém que recita ou canta de-cor. Frases como "doppo varie proposte, e riposte, & alternate contese", ou, "da gl'altri deplorato, e compatito, mentre raccomandaua l'anima sua à Dio, determinarono essere da Cattolico ben sì il morir tutti, mà da Barbaro l'insanguinar-se del Compagno": provam, creio que decisoriamente, o viajante estar reduzindo a descrição mais curta, diálogos e frases, longas de discurso. Ora justo os romances, especialmente os romances velhos, e exatamente o atual romance da Nau Catarineta, são de construção dialogada, sem descrições que, como já falei alhures, são sempre evitadas o mais possível pelo criador popular. Mas esta argumentação não prova definitivamente que o capuchinho esteja reduzindo a prosa italiana um romance em verso português. Esta é no entanto a minha opinião. Gritei no texto italiano algumas frases que coincidem diretamente com o texto atual da "Nau Catarineta". Poderão me redarguir que essas poucas de frases são insuficientes para determinar se trate do romance, e escutada? Neste caso qual a data da relação?... Ou já seria a que a um espírito paciente e pormenorizador como o de frei Dionísio Carli, não teria esquecido indicar expressamente se tratar duma poesia cantada, ou

mesmo lida... Sim, mas é também possível contradizer esta observação, lembrando que o freire deixou de mencionar expressamente o romance, ouvido durante a "Galhofa" porque faz uma evocação dêle ao relatar suas próprias reflexões apreensivas pela calmaria sobrevinda logo após a passagem do Equador. E' fácil de analisar a associação de idéias que levou o cronista à fatal omissão de indicar tratar-se dum romance cantado: Frei Dionísio Carli se dispôs a descrever as diversas cerimônias festivas que faziam parte da tal "Galhofa" portuguesa. Contou pois primeiramente, como era de razão, que os Portugueses imploravam de Deus a "uscita felice da um varco tanto funesto". Continua depois na descrição doutra cerimônia, o batismo dos que ainda não passaram a linha, e o seu próprio desejo de pormenorizar, o leva a uma digressão contando que essas brincadeiras são ainda usadas noutras passagens agourentas do mar, o cabo da Boa Esperança, o estreito de Magalhães e "in altri luoghi di simili difficoltà". Essa consideração esclarecedora o levou a uma nova consideração esclarecedora, que ainda conduziu para mais longe da Galhofa, quem naquele tempo não tinha absolutamente razão nenhuma para se conservar rijamente na descrição duma para êle de nenhuma importância, brincadeira de mar. E foi que, ao denunciar os lugares difíceis, considerou porém que apesar da dificuldade da passagem do Equador, esta se fez para êles relativamente com facilidade pelos ventos que sopraram e permitiram ao navio vencer as correntes

marinhas. E logo veio a nova coisa importante a contar: Sim, passamos a linha sem dificuldade, porém ficamos logo em enorme aflição porque veio a calmaria, o calor bateu veemente, o navio parou e vimos se aproximar o momento em que faltariam viveres a bordo.

E neste momento da sua crônica é que o cronista, por nova associação de imagens, se recorda do caso da nau Catarineta, que escutara durante a Galhofa, ainda viva na sua lembrança, e que estava descrevendo no parágrafo anterior da sua escrita. Por tôdas estas proximidades, e com o desleixo da escritura do tempo, recountou o escutado, chamando certamente para junto de si o cantador do romance. Cantador ou representador?... O malvado do freire deixou de fato escapar uma frase terrível, que é de suma importância histórico-folclórica para a nossa *Chegança dos Marujos*.

Eu venho sustentando que esta Chegança não me parece uma obra que nasceu do seu próprio assunto, mas é uma rapsódia de assuntos ajuntados, celebrando os trabalhos do mar português. Acrescentei mesmo que a representação do romance da Nau Catarineta, não me parece a causa originária da *Chegança dos Marujos*. Pereira da Costa (7 p. 248) sem dar suas razões, afirma peremptoriamente que a *Chegança dos Marujos* "vem, não há dúvida, do episódio do romance da Nau Catarineta". Mas pelo seu "não há dúvida" se percebe que êle discutiu dentro consigo a possibilidade de outras origens ao bailado brasileiro. Nin-

guém mais, creio, sequer se lembrou de estudar essa questão. Só Teófilo Braga (3, vol I, p. 437) especificou bem claro que em Portugal a "Nau Catarineta" permaneceu exclusivamente cantada como romance, só no Brasil tomando forma teatral. Ora Dionísio Carli deixa escapar uma frase muito sintomática, que parece indicar que já nos meados do século XVII o romance tinha forma teatral e era representado pelos marujos portugueses à passagem do Equador. E' quando, enumerando as razões pelas quais "restammo afflittissimi" (creio que êle se refere só aos capuchos de bordo, pois o resto da maruja de-certo não se queixaria do calorão, nem se acovardava ante a primeira calmaria que caísse; e muito menos a oficialidade...) com a parada do navio, diz: "e massime fatti oculati dal sfortunato successo, che interuene pur nel medemo luogo poch'anni sono all'infelice Vascello detto Cattarineta". Parece indiscutível que êle quer dizer que os capuchinhos assitiram à representação (fatti oculati, feitos testemunhas oculares) do drama da Nau Catarineta, e foi principalmente a lembrança do drama que os acovardou assim, aflitíssimos. O detalhe da purga coletiva, idéia popularmente cômica, frequente no teatro popular, que sobrevive em muitas versões do Bumba-meu-Boi, parece corroborar a idéia de que houve teatro. Aceita esta minha interpretação das meticolosas palavras do frade, se concluirá que pelo menos desde o século XVII, o romance da Nau Catarineta se convertera em dansa-dramática que

os marujos das naus portuguesas representavam em certas ocasiões perigosas de viagens, em que carecia tirar as apreensões do espírito. Quem canta seu mal espanta. Era pois um brinquedo exclusivamente marítimo, representado sôbre o mar. Mas aportou no Brasil e aquí se resguardou em terra firme, com os marinheiros que trocavam terra nova por tradição.

Ainda tem um detalhe na crônica de frei Dionísio Carli, curioso de observar. Diz o frade que o desastre da nau Catarineta se deu "poch'anni sono". Que valor poderá ter uma informação destas, santo Deus!... Teriam lhe dito isso, com a mesma leviandade com que lhe mostraram a quatro milhas de distância uma... coisa informe, se mexendo na viração do mar, o tal de homem-marinho indiscriminável à vista e "côr de del-fim"?... Estaria acaso êsse detalhe cronológico indicado na relação impressa ou data deduzida pelo próprio freire de alguma frase de início, também identificável ao início do romance atual. "Faz sete anos e um dia", que é apenas mais um exemplo da tradição universal do número sete?... Em todo caso, e é mais uma prova de que já se tratava do romance em verso, pouco depois frei Dionísio Carli emprega expressamente o número folclórico tradicional, para nos contar que o navio fantasma "errò miseramente sette mesi per questi mari infidi". Êste detalhe parece mesmo dar mais veracidade à indicação mais vaga "poucos anos antes", que não indica número no cuidadoso escritor...

O nome da nau do romance é ou-

tro problema não resolvido até agora. Terá havido alguma nau denominada "Catarineta" na primeira metade do século XVII português? Não se sabe documentadamente da existência de algum barco português chamado Catarineta, Caterineta ou Catrineta, como nomeiam a nau do romance. No entanto Pedro A. d'Azavedo (2, n.º X, p. 326) assinala a existência em 1520 duma galé francesa do Mediterrâneo, chamada Catharinette. Isto já nos avança muito: o nome existiu de fato, pelo menos em França, e os marujos sempre foram classe praticamente internacional. Talvez êste dado possa aproveitar aos que ligam a origem do romance da Nau Catarineta ao naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho, pois que êste foi preso por corsários franceses. Talvez daí proviesse a idéia de dar o nome duma nau francesa ao barco desarvorado.... A mim me parece porém que o nome da nau fantasma, oriundo ou não do dessa nau francesa, é mais propriamente um designativo impessoal, um nome-símbolo, sem função histórica nenhuma. E assim ficou. Na mesma *Chegança dos Marujos*, que recolhi, se vê a nau Catarineta nomeada fora do episódio que dramatiza o romance. Neste caso ainda poderão argumentar que isso derivou da proximidade do romance e é sempre uma referência à nau dêste, porém Pedro Fernandes Tomaz (8, p. 164) colheu uma canção velhusca, possivelmente do século XVIII, que fala em nau Catrineta, sem nenhuma referência ao romance, usado bem como nome-símbolo, numa quadra solta duma cantiga de levantar ferro:

*A grande nau Catrineta
Tem os seus mastros de pinho;
Olé, olé, olé,
Marujinho, bate o pé!*

E' bem a impessoalidade lendária do nome símbolo.

Há também o caso interessante da palavra "catarina" ou "catrina", que além de termo de relojoaria e da gíria dos pedreiros lisboetas, é voz marítima, para nomear uma roldana grande que está dependurada na cámbrea. Serve para içar cargas de muito peso. Nem o Moraes clássico, nem Figueiredo lhe designam este sentido marítimo. J. G. Daupias (9, n.º VII, p. 47), de quem colhi estas informações, acha que "catarina" ou "catrina" é deturpação faceta de "cadernal", "roldana grande, de vários gornes". Sou incapaz de decidir por mim até que ponto Daupias terá razão, mas tenho uma espécie de sentimento de que o termo técnico, na sua acepção marítima, teria se originado das acepções similares terrestres, por associação, grata aos marujos, com o nome-símbolo da nau Catarineta...

Foi o próprio Garret quem inventou a boa suposição de que a Catrineta do romance teria vindo do "nome popular de algum navio favorito; diminutivo de afeição, pôsto na Ribeira-das-Naus a algum galeão Santa Caterina, ou cousa que o valha". Teófilo Braga, o que mais exhaustivamente e com maior insistência estudou o romance, baseando-se na idéia de Garret, lembra que era comum as naus terem alcunha, além do nome. E como provável fonte de nomeação do navio fantas-

ma, recorda o galeão quinhentista Santa Caterina do Monte Sinai, de beleza e luxo muito particulares, eternizado em gravuras do tempo (V. "Lusitânia", VIII, 1925), celebrada por Gil Vicente nas *Côrtes de Júpiter*. Pereira da Costa (7, p. 251) no seu afã de provar que o romance é inspirado no naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho, aventa sobre esta hipótese, mais outra hipótese: por uma versão açoriana do romance nomear a nau de "Santa Catarina" em vez de "Caterineta", e por causa da nau Santa Catarina (do Monte Sinai?) (10, vol. III, p. 323) ter a alcunha de Zambuco, acha que Zambuco deve ser corruptela de Pernambuco, e que portanto a nau Catarineta do romance, nome dado para despistar pelo poeta criador, era mesmo o navio do naufrágio de 1565!...

E' certo que em tudo isto há muito boa vontade e boa dose de imaginação. A nau que levou Jorge de Albuquerque Coelho se chamava Santo Antônio, "huma nau nova de duzentos tonéis por nome Santo Antônio, que estava carregando no porto da Vila de Olinda para fazer viagem a esta Cidade de Lisboa; de que era Mestre André Rodrigues, e Piloto Alvaro Marinho", conta a *História Trágico-Marítima* (11, p. 10). Portanto a nau não tinha a alcunha de Zambuco, que era dado à nau Santa Catarina que nunca esteve em Pernambuco, e que se já tinha o apelido popular de Zambuco, é mais que provável não tivesse um segundo, de Caterineta. Além disto, para destruir enormemente a ligação do caso geral, contado pelo romance,

com o naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho, o barco dêste era uma nau nova (quem sabe mesmo se saída dos próprios estaleiros pernambucanos?...) que estava carregando em Olinda, ao passo que na versão mais antiga do caso da nau Catrineta, que é de Dionísio Carli, se tratava duma nau já carregada de tesouros em Goa e fazendo escala no Brasil. Positivamente não me parece se tratar do mesmo barco. Aliás nem mesmo o nome da nau Santa Catarina do Monte Sinai pode-se dizer tenha inspirado de qualquer forma a criação do romance. Santa Catarina é devoção generalizada entre os marítimos de Portugal e Quirino da Fonseca em seu estudo sobre "A Caravela Portuguesa" (Imp. da Universidade, Coimbra, 1934, p. 537 e ss.) recenseia nada menos de cinco caravelas lusas do século XVI, chamadas "Santa Catarina" (mas nenhuma Catarineta). Isto é suficiente para provar pelo devocionário português que se trata bem de um nome-símbolo. Nas quadrinhas de Portugal, Santa Catarina "com seus cabelos louros" é quem vai por mar, às "terras de mouros", junto com os guerreiros lusos...

Ainda há um fato importante a observar. E' que geralmente os romances velhos, saídos da História e dos cronistas, conservam sempre um nome que permite uma tal ou qual identificação. Não creio que o nome do "capitão", de Jorge de Albuquerque Coelho, seria desprezado se se tratasse do jovem herói. Inda mais se fôsse o próprio poeta áulico Bento Teixeira Pinto o versejador do romance, como na infelicíssi-

ma hipótese de Pereira da Costa. Despistar por que? O costume do tempo era justamente o contrário, nomear, nomear desabaladamente. E de resto não há por onde ligar o verso mesquinho da *Prosopopéia* à simplicidade e comoção da "Nau Catarineta". Não é crível que apenas um século depois, Dionísio Carli não reportasse o nome ilustre, ao sintetizar a narrativa. O povo gosta de dar nome aos bois, muito embora em seguida deforme à vontade êsses nomes. Porque o que lhe interessa não é propriamente celebrar o indivíduo Fulano de Tal, mas a síntese de sentimentos e heroísmos humanos que êle simboliza. Porém como não pode, na sua mentalidade, agarrar bem os símbolos abstratos, covardia, coragem, pureza, amor conjugal: o nome deformado ou não, como que corporifica o símbolo num ser que se pode amar, venerar, repudiar. Creio mesmo que essa é a principal razão pela qual o teatro é de tôdas as formas de arte a mais dogmática e a mais moralmente eficaz nas massas populares, porque nele as idéias normativas e as paixões tomam a forma humana dos personagens.

No romance da nau Catarineta, o navio é que é o próprio herói, êle é o símbolo. E já estava assim concebido desde o freire italiano, "infelice Vascello detto Catarinetta". O Capitão, o Gageiro-Diabo convite à perdição da alma, a tormenta, a fome, o salvamento, são consequências do heroísmo social que o navio simboliza, e foi o maior trabalho português. Por isso lhe deram nome à nau, como se fôsse o Conde Claros, o Bernal Francês, a Dona Ausenda

ou Santa Izabel. Se é certo que alguns romances velhos não trazem nome do herói-símbolo, e mesmo os romancinhos franceses e espanhóis (Conf. 12, p. 174 e ss.; 10, III, p. 328 e ss.) aparentáveis ao romance português da Nau Catarineta, não nomeia sequer o navio, e ainda por esta mesma última razão: tenho a impressão de que a "Nau Catarineta" não deriva de nenhum fato histórico, mas é simplesmente uma tradição internacional, convertida pelos Portugueses na sua criação popular mais perfeita.

E de fato nada autoriza a afirmar que os romancinhos franceses e espanhóis, assimiláveis ao romance português, sejam versões saídas deste. Cantam geralmente o caso de fome a bordo e do tirar a sorte sobre o homem a ser comido, que Teófilo Braga acertadamente lembrou (10, III, p. 314) ser tradição marítima antiga, referida por Tácito na *Vida de Agrícola*.

Luiz Chaves (2, XXX, p. 174 e ss.) que, melhor que os outros, analisou o processo rapsódico, eminentemente popular, de construção do romance, distinguiu nele três temas agrupados: a) A viagem de regresso duma nau, e suas consequências catastróficas; b) O incidente demoníaco do Gageiro-Diabo; e "o romance cruzado de Santa Catarina".

A ligação do episódio do Gageiro-Diabo ao episódio do regresso desastroso da nau, é incontestável; Luiz Chaves prova mais, que se a viagem de regresso, no caso, é de direita inspiração portuguesa (como também já o indicara J. J. Nunes, 13, II, p. 275), o incidente demoníaco é de origem tradicional peninsular, remon-

tando às Gestas e Linhagens medievais. Não sei onde Garret teria se baseado, para afirmar que o maravilhoso do Diabo não era elemento tradicional ibérico!

Onde a argumentação de Luiz Chaves fraqueja um bocado mais, apesar de habilíssima, foi no ligar à "Nau Catarineta" o romance de Santa Catalina, "atualmente espanhol", só para justificar o nome da nau. Na verdade o romance de Santa Catarina que êle reproduz na versão de Oña (Burgos), é uma obra visivelmente espúria, mesmo considerada sob o ponto-de-vista popular, pois que o seu final foi continuado pelo contexto do romancinho asturiano de "El Marinero del Agua", que é justamente o segundo tema entrado na rapsódia da "Nau Catarineta", isto é, o incidente demoníaco.

O romance de "El Marinero del Agua", ou "El Marinerito", ou "O Marinheiro" ou ainda "A Marinhiera", como o chamam por aí além, está divulgadíssimo pela península ibérica e países hispanoamericanos. E' curioso e talvez seja distração minha, mas não me lembro de já ter encontrado alguma versão brasileira dêle. Em Portugal o romancinho parece ter fixado residência em Trás-os-Montes. Teófilo Braga, no seu estudo sobre a "Nau Catarineta", não deixou de o lembrar, dando duas versões dêle, ambas dessa região, e ainda mais outra da mesma terra no seu *Cancioneiro* (14, I p. 526). Ainda de Trás-os-Montes, colheu-se mais duas versões, publicadas na "Revista Luisitana" (2, IX, p. 281 e 319).

Para que se compare e se compreenda em seguida a argumentação

de Luiz Chaves, eis duas versões do "Marinheiro". Esta, espanhola, foi colhida na Argentina (9, p. 33):

*Entre San Pedro y San Joan
Hicieron un barco nuevo,
El barco era de oro
Y sua anclas de acero.
Una nocha muy oscura,
Cayó un marinero al agua,
Y se presentó el Demonio
Diciéndole estas palabras:
— Marinero, qué me das
Si yo te saco del agua?
— Te doy todos mis navíos
Cargados con oro y plata.
— Yo no quiero tus navíos
Ni tu oro, ni tu plata,
Yo quiero que cuando mueras,
A mi me entregues el alma.
— Mi alma la entrego a Dios,
Mi cuerpo al agua salada.*

Eis uma versão portuguesa de Magores (2, IX, p. 281), curiosa pela mudança de sexo do marinheiro, coisa que não sucede nunca nas versões espanholas, e que se liga ao ciclo do "Sequestro da Dona Ausente":

*Gritos dava a marinheira,
Gritos que se afundava,
O Diabo le respondeu
Dum cabeça donde estava:
— Quanto deras marinheira,
Quem das águas te tirara?
— Dava-te um navio d'ouro,
E outro de prata lavrada.
— Não quero teu navio d'ouro,
Nem o de prata lavrada;
Quero à hora da tua morte
Escritura da tua alma!*

*— Oh maldito seas tu
Mai-la tua palavra!
Minha alma é de Deus,
Mais da Virge' Sagrada;
Meu corpo é dos peixes,
Mais da água salgada.*

Ora, existe um romance espanhol de Santa Catalina muito apreciado das crianças dos países hispânicos, de que eis a versão íntegra, dada pela Biblioteca de las Tradiciones Populares Españolas (15, II, p. 63):

*En Cadiz hay una niña
Que Catalina se llama;
Su padre es cazador de perros,
Su madre una renegada.
Todos los dias de fiesta
Su madre la castigaba,
Porque no quería hacer
Lo que su padre mandaba.
Un día la mandó hacer
Una rueda de navajas.
La rueda ya estaba hecha,
Catalina arrodillada!
Y bajó un ángel del cielo
Con la corona y la palma:
— Sube, sube, Catalina,
Que Dios del cielo te llama!*

Esse é realmente o romance completo de Santa Catarina, de que também Ramón A. Laval (apud 16, IV, p. 77) colheu versão bem diferente em Carahué, no Chile:

*La Santa Catalina
Era hija de um rey
Um día en la plegaria
Su padre la encontró.
Su padre era pagano,*

*Su madre no lo era.
— Yo mato a Catalina
Porque no me obedece.
Traedme mi cuchillo,
Mi hacha y mi puñal!
Traen al rey sus armas
Y mata a Catalina.
Los ángeles bajaron
Cantándole la gloria.*

Ora no romanceiro infantil, por curiosa associação (e aliás é vêzo mesmo infantil, reunir peças musicais curtas e diversas, principalmente nas rodas...) êste romancinho de Santa Catalina foi continuado pela dialogação do "Marinheiro". Ficou assim uma rapsódia de bastante absurdo, que em geral (Argentina, Cuba, 16, III, p. 62) se confina ao domínio infantil. Eis a versão de Catamarca, na Argentina (17, p. 32):

*En Galicia hay una niña,
Catalina se llamaba,
Todos los días de fiesta
Su padre la castigaba.
Su padre era um perro moro,
Su madre una renegada;
Mandan hacer una rueda
De cuchillas y navajas,
La rueda ya estaba hecha,
Catalina arrodillada.
Y bajó un ángel del cielo
Con su corona y su espada:
— Catalina, sube, sube,
Que el Rey del cielo te llama!
Y mientras iba subiendo
Cayó un marinero al agua.
— Que me das tu, marinero,
Si yo te saco del agua?
— Te doy todos mis navíos
Cargados con oro y plata.*

*— Yo no quiero nada de eso,
Lo que yo quiero es tu alma.
— El alma la entrego a Dios
Y el cuerpo al agua salada.*

Me parece incontestável que êste romance de Santa Catarina nada tem que ver com a constituição técnica nem ideativa da "Nau Catarineta". Mas Luiz Chaves se aproveita da fusão dos romancinhos de "Santa Catarina" e do "Marinheiro" para argumentar que "o romance teria sido conhecido em Portugal"... De fato o é. Há pelo menos uma versão dos dois romances fundidos, recolhida na Beira Baixa (Conf. 2, XIV, p. 16). Mas Luiz Chaves continua: "O conhecimento que o menestrel da "Nau Catarineta" tinha dêste romance e do sucesso de uma outra cena como a do canibalismo da nau de Jorge de Albuquerque Coelho, cruzaria as gestas e daria origem ao único romance português integral, da época dos Descobrimentos e das grandes navegações. O nome provirá talvez: 1.º — Da associação de nome entre o romance de Santa Catarina e o nome da nau visada, ou apenas da associação de assunto; 2.º — Da vulgarização do romance, do que adviria a familiaridade do diminutivo à Santa em alguma das suas invocações". Mas Dionísio Carli veio invalidar tôda esta argumentação. Já no século XVII o caso da nau Catarineta era conhecido, com êste mesmo nome de nau, sem que estivesse ligado a nenhum romance de Santa Catarina que por sua vez estivesse já fundido ao do "Marinheiro".

O que concluir de tôdas estas con-

siderações ajuntadas?... Minha opinião de observador de estudos alheios é que o romance rapsodiado atual da Nau Catarineta é obra anônima, relativamente moderna, provavelmente completada, na sua integridade contemporânea, durante o século XVIII. Deriva dum romance velho, do século XVI, que foi a grande época de constituição dos romances tradicionais. A mais antiga versão conhecida é a de Dionísio de Carli, que muito provavelmente ainda guarda o assunto primitivo integral. Cantava o regresso das Colônias, duma nau chamada Catarineta que, surpreendida pela tempestade, desarvorada, navegou errabunda pelo oceano, teve fome a bordo, os sobreviventes chegando mesmo a cuidar de se alimentarem de carne humana tirada por sorte. Nisto se descobriu terra, a nau se salvou e o seu Capitão foi recompensado.

Não é possível de forma alguma decidir que este romance velho celebre particularmente o naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho, muito embora, como reconhecem os autores desde Garret, de todas as histórias trágico-marítimas de Portugal, só o naufrágio de 1565 se aproxime bastante do caso da nau Catarineta. Mas por outro lado, o naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho, além de ter episódios próprios só dele, os quais não estão no romance, no em que coincide com este, coincide também com uma tradição internacional folclórica, vinda pelo menos da Antiguidade clássica, e que conta do navio errabundo que tem fome a bordo e dramas de antropofagia. O naufrágio de 1565 seria quando muito

o reavivador duma tradição pelo menos latina, na memória portuguesa salgada de tanto mar.

Assim, o nome da nau Catrineta, Caterineta ou Catarineta, não designa uma nau histórica. Foi um nome como outro qualquer, dado apenas pela precisão de objetivar o símbolo, lhe dar uma imagem, um corpo. Esse romance velho foi, provavelmente duma vez só, e por um novo refazer da história tradicional, recomposto, ou melhor continuado rapsodicamente, por associação de situações dramáticas, com outro tema também tradicional, o do marinheiro se afogando, a quem o Diabo se propõe salvar e pede a alma em paga do salvamento. Outra idéia tradicional ajuntada é a do "Reconhecimento" do seu passado pelo herói de torna-viagem. No caso: o Capitão reconhece suas três filhas, nas meninas da praia, avistadas pelo Gageiro. Teófilo Braga (10, III, p. 322) considera esta idéia "de origem puramente cristã", mais outra malícia do Gageiro-Diabo para engambelar o Capitão. Não é difícil de aceitar que haja com efeito uma tal ou qual cristianização da idéia, pela presença do Diabo tentador, mas a mim me parece que essa idéia seja antes uma transformação de tema mais universal, eternizado no episódio de Penélope, da mulher que reconhece o marido de torna-viagem. Este último tema frequente bastante o romancelheiro ibérico. A idéia do "Reconhecimento" foi transformada por consequência da ação: em vez de ser a mulher lá da praia que reconhece o marido, é este, ainda do mar, que reconhece, nas mocinhas, suas próprias filhas.

Bibliografia

- 1 — ALMEIDA GARRET — *Romanceiro* — Lisboa. Empresa da História de Portugal. 1904.
 - 2 — REVISTA LUSITANA.
 - 3 — TEÓFILO BRAGA — *História da poesia popular* — 3.^a edição. Lisboa, 1902, (vol. II, p. 119 e ss.; V. principalmente p. 200 e 208).
 - 4 — ALBERTO PIMENTEL — *A triste canção do Sul* — Lisboa. Livraria Central. 1904.
 - 5 — AFONSO DE E. TAUNAY — *Non ducor, duco* — S. Paulo. Tip. Ideal, 1924.
 - 6 — DIONÍSIO CARLI DA PIACENZA — *Il moro trasportato* — 1687.
 - 7 — F. A. PEREIRA DA COSTA — *Folclore pernambucano* — Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, LXX, II.^a parte. 1908.
 - 8 — PEDRO FERNANDES TOMAZ — *Velhas canções e romances populares portugueses* — Coimbra. Ed. França Amado, 1913.
 - 9 — REVISTA DE FILOLOGIA PORTUGUESA — S. Paulo.
 - 10 — TEÓFILO BRAGA — *Romanceiro geral português* — Lisboa. Ed. Manuel Gomes. 3 vol. 2.^a edição. 1906.
 - 11 — BERNARDO GOMES DE BRITO — *História trágico-marítima* — 1736.
 - 12 — COMTE DE PUYMAIGRE — *Choix de vieux chants portugais* Paris. Ed. Ernest Leroux. 1881.
 - 13 — X. X. — *História da literatura portuguesa*, sob a direção de Albino Forjaz de Sampaio. — Lisboa. Aillaud e Bertrand. 1929 a 1932.
 - 14 — TEÓFILO BRAGA — *Cancioneiro popular português* — 2.^a edição. Lisboa. Ed. J. A. Rodrigues e Cia. 1911.
 - 15 — *Bibliotecas de las tradiciones populares españolas*, dirigida por Ant. Machado y Alvarez. Madrid. 1884.
 - 16 — *Archivo del folklore cubano*, dirigidos por Fernando Ortiz. Havana, Cuba.
 - 17 — JUAN ALFONSO CARRIZO — *Antiguos cantos populares argentinos* — Buenos Aires. Imp. Silla Hermanos. 1926.
- (Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo — Vol. LXXIII)

Primeiro documento importante, jurídico-moral, escrito no Brasil (1567), por Manoel da Nóbrega

PADRE SERAFIM LEITE, S. J.

Além da prioridade, este documento possui outra qualidade: a de ser um brado veemente e sentido a favor da liberdade humana em geral e dos índios do Brasil em particular. E' inédito. Pelo menos nas nossas minuciosas pesquisas não achamos vestígios do contrário. Utilizámo-lo já transcrevendo-o parcialmente, no II Tomo da nossa "História da Companhia de Jesús no Brasil". Capítulo consagrado à "Liberdade dos índios". Mas publica-se agora na íntegra. Copiámo-lo do apógrafo existente na Biblioteca Pública de Évora. Deve ter sido visto por outros antes de nós. A caligrafia, difficilima, assustaria de-certo os nossos predecessores. E uma ou outra citação latina, abreviada, os faria desistir definitivamente.

Trata-se de interpretar uma ordem da "Mesa da Consciência" de Lisboa, a cuja alçada pertencia a questão da liberdade dos índios. Quirício Caxa é favorável à tese de que, em extrema necessidade,

o pai pode vender o filho, e que um homem, maior de vinte anos, no mesmo caso, se pode vender a si mesmo. Nóbrega refuta-o e desenvolve metodicamente os pontos de que trata. Do seu trabalho profundo saiu um breve, mas verdadeiro tratado, que poderá servir, um dia, de ponto de partida para a história das idéias jurídico-morais do Brasil.

E' com prazer que o oferecemos, assim, em primeira mão, aos leitores do grande diário brasileiro, "Jornal do Comércio".

Lisboa-Roma.

Serafim Leite

**SE O PAI PODE VENDER a SEU
F.º E SE HU SE PODE VENDER
A SIMESMO**

[Resposta do] P. Quirício Caxa.

Quanto a primeira digo que o pai pode vender o filho estando em extrema necessidade conforme a lei 2.ª "C. de patribus". E pois a razão da lei é acudir a necessi-

dade do pai, razão parece estender a lei a outra qualquer necessidade extrema, como Saliceto sobre a dita lei a estendeu á necessidade de resgatar dos que injustamente lhe querem tirar a vida; e pois este Doctor se atreveu a alargar a outra necessidade fora da lei, por a regra que diz "*casus exceptus a regula extenditur ad similem, et ubi eadem est ratio idem debet esse jus*", não é muito que o Príncipe alargue o direito comum nisso como em outras cousas faz a que proceda havendo necessidade grande, como fizeram os senhores da Mesa da Consciência com autoridade real, pois isso não parece ser contra direito natural.

A 2.^a proposição é que um maior de vinte anos se pode vender a si mesmo. Para provar esta pressupponho duas cousas: A 1.^a é que o homem livre é senhor de sua liberdade, por que não ha ninguém que diga o contrário e porque se o não fora, em nenhum caso fora lícito aliená-la nem para salvar a vida, como consta da vida na fama, nos que têm que o homem não é senhora dela, como Caitano, que nem por tormentos nem outro modo diz que é lícito infamar-se a si-mesmo, como ele diz, verbo "*detractio*". Isto é falso porque "*saltem*" com necessidade extrema pode como consta de Joseph que comprou a liberdade dos Egipcios (sic) "*estando eles em necessidade extrema*". A 2.^a cousa é que aquella bocardico (sic) "*non bene pro toto libertas venditur auro*" não se deve de entender de maneira que a liberdade não seja es-

timavel a dinheiro porque isso ser falso consta das vendas lícitas que dela se podem fazer e porque o mesmo diz o sabio "*de bono vomine*" que é a fama e porem vemos que se recompensa com dinheiro [...] Destes pressupostos provados se segue claramente que um se pode vender a si mesmo porque cada um é senhor de sua liberdade e ela é estimavel e não lhe está vedado por nenhum direito: logo pode-a alienar e vender [...]

RESPOSTAS AO SOBREDITO, DO PADRE NOBREGA [1567]

Tratando da questão "*quid juris*" porei as palavras da lei 2.^a ("*qui filios distraxerunt*", que parece ser o fundamento da maior parte de tudo o que ha de dizer e diz assim: "*Si quis propter nimiam paupertatem egestatemque, victus causa, filium, filiamve sanguinolentus vendiderit, venditione, in hoc tantummodo casu valente, emptor obtinendi ejus servitii habeat facultatem, liceat aut ipsi qui vendidit liceat qui alienatusque est, aut cuilibet alii ad ingenuitatem eum propter repetere, modo si aut pretium offerat quod potest valere au[t] mancipium pro hujusmodi praestet*".

Na qual lei não achará dizer extrema necessidade, mas somente grande pobreza e necessidade de comer, e todavia todos communmente a entendem falar da extrema necessidade, porque qualquer outra que não seja extrema não basta, segundo a mente, a meu parecer, de quantos escrevem, o

que podem coligir de Soto (“de Just. et Jure, lib. 4.º q. 2 ibi vendi tantum pro vita fas est, est.”) e Acúrsio sobre a mesma lei diz “non tamen id patri licebit ob aliam utcumque similem causam, dist. bus in reg. in arg. de reg. juris in 6.º Mercat. de post alios in lib. 2, de Rh. (?) significat. col. 48 ex asseverans non liceret patri etiam principi filium invitum obsidem hosti dare etiam ut se redimet. Ita Acursio [?] Variarum resolu.”, o qual sobre a lei “invitum” (cf. de “contrahenda empt.” f. 229).

E considerando na razão sobre que tudo se deve fundar, occorre-me haver ouvido e lido que quando concorrem duas leis naturaes uma contrária da outra a que tem mais fôrça prevalece. Manda a lei natural e divina não furtar, mas quando a necessidade é extrema a lei e obrigação natural de conservar a vida faz tudo comum, o que parece da mente de S. Tomaz, 2ª, 2ae, q. 66 ar. 7. E esta prevalece. Bem permite a lei natural que para um conservar sua vida perca sua liberdade, mas que um perca sua liberdade para outra pessoa não perder a vida, somente a equidade da lei 2ª o achou na necessidade extrema do pai e ainda se me antolha ver trabalho nos doutores pela defenderem, que não contradiga a verdadeira e recta justiça. Lícito é furtar com extrema necessidade como tenho dito, mas como desce daí, ainda que seja grande necessidade, peca e lhe manda o capitulo “si quis per necessitatem de fur”, dar penitencia e o que se

diz que “propter” nimiam necessitatem é lícito furtar entende-se da extrema (Panor in cap. “Quoniam de simonia”, et Sylvester com os mais que êle alega n. v. “furtum”, q. 5. Da mesma maneira posto que a nossa lei 2ª não diga mais senão “siquis propter nimiam paupertatem” etc, declara-se de extrema, porque como passa daí logo é pecado e injustiça.

Desta confusão assim declarada, rudamente tiro os corolários seguintes:

O 1.º. que os senhores da consciencia no caso sobredito em dizerem que o pai constrangido de “grande” necessidade possa vender o filho fala pelos mesmos termos da lei 2ª. E assim como a lei recebe interpretação que fala em “extrema” sómente, a mesma recebeu seus casos, sive grande, sive extrema. E desta mesma fala Soto, donde êles o tiram á letra no lugar acima declarado e sua mente bem se vê em dizer “vendi tantum pro vita fas es, quasi dicat” por outra alguma necessidade não; e pela regra que se alega também que “casus exceptus firmat regulam in contrarium”. E não me parece haver aqui lugar a outra regra que diz que “casus exceptus a regula extenditur ad similem” ubi est eadem ratio, porque nem Saliceto, que se alega, sai fora da extrema necessidade da comprovação da vida do pai, mas é conclusão tirada da mesma equidade da lei. E deste 1.º. corolário se segue não ser intenção dos senhores da consciencia fazerem lei nova com a

autoridade do príncipe que tem. Porque além de não haver palavra por onde tal cousa se presume, se elles ordenassem que abastasse qualquer outra necessidade e matéria por lei injusta por não ter as condições da boa lei que diz o Cap. 4º “*dist. erit autem lex justa et possibilis secundum naturam et secundum consuetudinem, patriae, loco, temporisque conveniens, necessaria et utilis nullo privato commodo, sed pro communi civium utilitate conscripta*”, outrem poderá achar [boa] a tal lei e dizer que concorrem as sobreditas causas. Mas eu de todas não vejo outra senão dizer que é fazer [sic, mas talvez no original estivesse “a favor”, que é de-facto o sentido] dos portuguezes e a eles proveitosa, com total destruição da gente natural destas partes.

Do qual se torna a seguir que quem se encosta aos senhores da mesa da consciência entendendo o seu caso como V.^a R.^a o quer entender, não tem bom encosto, pois elles somente declararam o direito comum e não fazem lei nova. E falam pelas mesmas palavras que a lei 2.^a sobredita fala. Nem faz a nosso propósito dizer que quem segue a opinião dalgum doutor famoso é capaz de absolvição, pois neste caso nem os senhores da consciência nem outro nenhum famoso doutor o diz.

— O 2º corolário que se tiro é a declaração do que se disse falando umas vezes por extrema outras por grande, porque extrema e grande tudo entendo extrema, por

pressupor que nesta matéria o que as leis e doutores chamam grande não se pode entender senão de extrema, “*ut dictum est*”.

— O 3º que tiro é que me espanto de ouvir que poder o pai vender ao filho fora de extrema necessidade não é ir contra a lei natural com tão pouco fundamento como o dizer que Noé fez a seu filho Cam escravo de seus irmãos pois está visto que a causa porque todos entendem a sobredita lei segundo somente falar na extrema necessidade, a principal é por não prejudicar a lei natural “*et contra naturam est homines hominibus dominari*” como S. Gregório; e todas as mais leis que Soto alega e podia alegar no sobredito lugar o provam manifestamente. E não é dado á patria potestade por lei natural nem humana podê-lo fazer. E o texto do Genesis assi do cap. 9 como do 27 em que Noé fez escravo a Cam de seus irmãos e Isac a Esaú de seu irmão Jacob não fala desta maneira de escravos de que tratamos, mas declara em espirito de profecia a sujeição que uma geração terá a outra por via de benção que lança; porque grande absurdo seria dizer ser toda a geração de Cam escravos das outras gerações “*jure perpetuo*”, como fora se dos tais escravos fallara, maiormente que em vida deles nunca de tal sujeição e servidão estiveram de posse, antes Esaú foi mais poderoso em sua vida e mais rico que Jacob e nunca o serviu antes fugia dele Jacob como aí aponta a glosa. E ainda

que tal falara Noé não prova V.^a R.^a. seu intento, porque todos dizem que por culpa e delito se pode perder a liberdade como cometeu Cam contra seu pai e que o podia castigar como pai e príncipe e rei que era sobre toda a geração sua, que era toda a gente que naquele tempo havia no mundo.

— O 4.^o corolário é que a determinação do Senhor Bispo e do Senhor Governador e Provedor-mor e do Padre Luiz da Grã, provincial, que neste caso tomaram, a qual, segundo pelas palavras da monitoria que se passou se vê, são as seguintes:

o pai pode vender seu filho com grande necessidade etc se hão de entender de extrema e outra de nenhuma não, conforme ao que está dito, porque a entenderem de outra grande necessidade, que não chegue a extrema seria mui perigosa e contra o que a mesma monitoria acima diz que todos os letrados que Sua Alteza mandou ajuntar sobre estes casos e sobre as informações que os moradores da Baía e toda a costa lá mandaram responderam que nas cousas que eram do direito natural, divino e canônico não podia haver alteração alguma, da qual determinação do Sr. Bispo com os mais, mal entendida pelos confessores e gente do Brasil se abriu a porta a muitas desordens que nisto são feitas.

E porque minha intenção neste negócio não é tratar mais que o que pertence aos casos que pela costa se praticam pera manifestação da verdade e segurança das

consciências dos penitentes virei agora a tratar da questão "quid facti":

— O 5.^o corolário que tiro é que os escravos que eu vi trazer dos Potiguares o ano de 50 que eu fui á Capitania de Pernambuco segundo minha lembrança os quais com pura fome sem intervir outra cousa alguma, os pais vendiam os filhos e da mesma maneira me dizem ser este ano passado nos mesmos Potiguares, os tais podem ser legítimos escravos. E da mesma maneira se em alguma outra parte por esta extrema necessidade o vendem.

— O 6.^o que todos os que na Baía e por toda a costa dizem vender os pais (se pai algum vendeu filho verdadeiro) desde o ano de sessenta em que esta desventura mais reinou até esta de 67 mui poucos podem ser escravos porque é notório a todos poucas vezes terem fomes nem necessidade extrema pera venderem seus filhos; em todo este tempo nem me satisfaz dizer que a necessidade do resgate com que fazem seus mantimentos é grande pois esse pode eles haver, sem venderem os filhos como sempre houveram com servirem certo tempo, ou suas criações de seus mantimentos e por grande necessidade que tinham raramente chega em extrema, como seria necessario pera a venda valer.

Disse: se pai algum vendeu filho, porque como bem se sabe com nome de pai chamam eles a todos seus parentes assim ascendentes como colateraes e até ago-

ra não tenho visto pai verdadeiro vender filho seu nem filha por sua livre vontade se alguns na Baía os vendem creio é forçosamente com mêdo ou engano ou outros injustos modos que costumam de praticar as linguas e gente desta costa.

Deste corolario se segue que seria necessario aos officiais de Sua Alteza quando trazem os tais escravos ao registo examinarem bem quando disser um que seu pai o vendeu se era pai verdadeiro e se foi a necessidade com que o vendeu, extrema, porque doutra maneira não vejo como a salve na consciencia, e muito melhor seria ordenar-se, e mais conforme a lei natural divina e humana tirar-se totalmente o tal resgate do pai vender o filho, ou ao menos declarar-se bem, assim por evitar muitos males e peccados que os linguas com este pretexto fazem, porque como é notório, quando vêm ao registro dizer a um índio, com medo, tudo o que querer e faz a seu propósito. E assim tambem porque todos confessam que na policia cristã não está em uso pai vender filho ainda que seja com extrema necessidade. E pois Sua Alteza pretende converter o Brasil de seus horrores e faze-lo politico nos costumes, não vejo razão para se dever introduzir antre eles costume que nunca eles, sendo tão bárbaros como são, a lei natural do amor que tem aos filhos, lhe permitiu praticar, senão depois que a perversa cobiça entrou na terra. Muito ajudam a isto as palavras da auth. ("ut nullus ju-

dicum", tomo 9º. § "quia vero" colat. 9ª,) as quais são estas: "quia vero et hujusmodi iniquitatem in deversis locis nostrae resp. Cognovimus admitti quia creditores filios debitorum praesumunt retinere auctori pinus aut in servile ministerium aut in conductionem ob modis omnibus perhibemus", contra a qual lei e a razão natural sobre que se funda se pratica agora nesta terra depois que o gentio se começou de sujeitar.

2ª PROPOSITIO

Na outra proposição, se um se pode vender a si mesmo, sendo maior de vinte anos, irei falando sobre o que se aponta e depois resolverei as conclusões e ilações, que fazem a nosso propósito, que agora estão "incontingentia facti" em todo o Brasil.

Ao pressuposto, que o homem livre é senhor de sua liberdade, respondo que ora seja senhor de sua liberdade ou não, todos os textos e doutores, todos contrariam a maneira como se vendem os da Baía a si-mesmos, depois que foram sujeitos e é uma das maiores sem-justiças que no mundo se fez; e não se apegue tanto a dizer que diz Navarro (no cap. 17 n. 88) que as leis que mandam não se poder vender homem livre, se entendam que não seja compelido mas por sua livre vontade que poderá, porque, além de só Navarro o dizer, esta livre vontade não se acha no nosso caso, nem Navarro se pode entender senão no caso de que vem falan-

do, e segundo as allegações que alega, como tudo abaixo se verá; e se um é senhor de sua liberdade nem por isso a pode, sem causa, perder.

Achará V^a. R^a. que todos os textos e doutores e glossas falam indistintamente sem porem exceição nem limitação de quando por sua vontade ou contra vontade se vendem, porque, claro está, que quem se vende ou consente vender-se por sua vontade é, e todavia as leis não o permitem.

Et liberi hominis St. de contrahenda emptione diz Et liberi hominis Et loci sacri & religiosi qui haberi non pot emptio intelligor si ab ignorante emit' nota qui haberi non pót. Item as palavras da auth. "ut nullus", acima allegadae "ibi hoc modis omnibus perhibemus". Item, aquele que consente venderem-no pera participar do preço não vale a venda, se o comprador sabe ser ele livre, como também a grossa do capt. "per latum" aponta naquellas palavras "et ut emptor ignoret ei. [ejusque?] conditionem" que V^a. R^a. não viu bem. E, está claro, que fala do que por sua vontade se consente vender, e todavia a lei, em tal caso, não consente ser escravo. A grossa com tudo o mais que ela e Panormitano aí alegam no cap. "ex rescripto de jure jurando", indistintamente falam; a qual V^a. R^a. não deve reprovar tão facilmente pois a mais comum é com ela, nem Navarro, no comento de "usuras" que V^a. R^a. alega, diz tão claramente que é lícito vender-se um a outro por escravo,

temporal ou perpétuo, mas somente diz que ainda que tivessemos que um se pode vender e fazer-se escravo temporal ou perpétuo de outro, por ser lícito, segundo direito natural e não estar vedado pelo divino nem humano, porém, nem por isso, seria lícito constituir direito de censo sobre si ficando livre; antes se ha-de entender o que aqui diz Navarro, conforme ao que tinha dito no sobredito cap. 17, no qual não fala que um tão levemente possa vender sua liberdade, mas ha se de entender quando um, por não poder pagar o que deve se vende. E o que diz abaixo que na Etiopia se vendem muitos, aí alegando a Soto, ha-se de entender em o caso em que Soto fala, o qual, se bem se ponderar, fala em caso de salvar a vida com perda da liberdade, e forçadamente se hade entender assim o que diz Navarro, por não dizermos que se contradiz no cap. 23, n.º 25 e no cap. 24 n.º 9, porque querer fazer differença do que se vende ao que permite ser vendido, sem pôr razão de difersidade, não me parece bem, pois a não ha, nem nenhum doutor a põe; antes todos fazem disso uma mesma cousa; e o mesmo Navarro ajunta tudo no sobredito cap. 17, dizendo que se vendem a si mesmos ou com seu consentimento; e Soto, pera provar que um se pode vender, alega o texto que fala do que consente ser vendido por participar do preço sendo maior de vinte anos, como por ele se verá; e a grossa do cap. "perlatum" onde diz "maxime cum quinque requirant ut

venditio liberi hominis teneat” não faz nenhuma distincção do que por si se vende ou consente vender, antes, tratando aquele texto do que se vendeu “*divertii causa*” ela pelo contrario alega o que as leis dizem do que consente ser vendido, por participar do preço, e os senhores de consciencia, em seu capitulo, falando pelos termos em que falam as leis dos que consentem ser vendidos por outrem, alegam textos do Exodo e Levítico que tratam dos que se vendem a si-mesmos, misturando tudo, por ser uma mesma cousa e ter uma mesma razão. E, portanto, tenho averiguado querer Navarro, somente restringir as leis e doutores que falam que um homem livre não possa ser escravo, se entenda, salvo havendo aí causa justa, como pagar o que deve, ou outra justa causa de necessidade extrema, porque entonce, consentindo, não prejudica tanto a lei natural e razão, que manda conservar a liberdade.

Diz mais V.^a. R.^a. que se um não fosse senhor de sua liberdade, nem em caso de extrema necessidade de vida a podia alienar. Dizia eu que quando concorrem duas leis naturais em contrario prevalece a que tem mais vigor; assim a lei natural que manda conservar a vida prevalece, por ser de mais altos quilates a outra lei natural de conservar a liberdade, como acima, tratando da venda do filho, já aponteí, e se pode bem provar, por modos semelhantes, que por brevidade não digo. Nem a resposta que [dá] da regra do direito tirada do direito natural

“*non bene pro toto*” etc. é sufficiente, por dizer que ha vendas que, segundo eu digo, são lícitas, porque sómente por salvar a vida, que vale mais que todo o ouro, ou por outra justa causa, ou quando por pena de culpa, se perdesse, ou por guerra justa, nos quais casos tambem a vida se pode perder e não é perder-se a liberdade por preço. E a interpretação, dada á regra, que se entende que é tão excelente a liberdade, que os homens, por nenhuma cousa, a haviam de dar etc., por ventura se podia melhor dizer que, porque a servidão repugna ao poder (*sic*) que naturalmente se tanto estima, como cousa tão natural, e que não tem preço, não é razão que sem grande causa se perca, e parece mais conforme ao de S. Tho., que V.^a. R.^a. alega, o que faz pouco a seu propósito.

Diz mais que o lugar do Levítico 25 “*si necessitate compulsus*” não prova ser necessário necessidade extrema para se vender. Assim esta autoridade, como tôdas as mais, não se espante entendê-la de extrema, ainda que em todo Aristóteles não haja tal consequência, pois da mesma maneira, no caso da lei 2.^a “*qui filios distrazerunt*”, não falando a lei por extrema, todos, forçados da razão, e lei natural, a entendem dela, e da mesma maneira, que dizendo com grande necessidade se pode furtar, declara-se que ha de ser extrema, como acima fica dito; da mesma maneira se pode[m] entender as tais leis pois ha a mesma razão. Diz mais que não ha direito natural que tal tolha,

de que me espanto; e parece fazer diferença antre direito natural, aquele a que a natureza inclina, do outro modo, "quia natura non inducit contrarium" como S. Tho. que V^a. R^a. alega diz se entende, que por isso o tal direito natural não obriga, dever-se-ia melhor declarar. S. Tho. diz que "communis omnium possessio et omnium una libertas esse de jure naturali; distinctio vero possessionum et servitus non sunt inducta a natura sed per hominum rationem ad utilitatem humanae vitae" o que parece não ajudar nada a esse propósito antes faz contra êle, pois se prova que a liberdade é de direito natural e que a razão dos homens pela proveito da vida humana, pode distinguir os bens temporais e causar servidão; do qual, ao menos, tenhamos que, quando a razão, pera proveito da vida humana falta, não se pôde perder a liberdade e prejudicar a lei natural.

As autoridades que V^a. R^a. alega me parecem fracas, porque se Rúbem se fazia escravo para livrar a Benjamim era digno de louvor e tinha causas e obrigação para isso, assim por a consolação do pai e conservação de sua vida, o qual tinha dito se lho não traziam "deducetis (inquit) canos meos cum merore ad inferos", como pela promessa que disso tinham feita a seu pai. Isto ser lícito, pelo acima dito se vê claramente.

A autoridade do Exodo 21 e Deut. 15, já que não contenta a resposta dos outros apontamentos, em que dizia que era pena, por-

que diz que não é liberal senão moral entendimento; se assi fora pusera Nicolau de Lira distinto junto com o moral, mas já que o põe onde trata do literal, se deve ter, e se isto não satisfaz, digo que a força do amor da mulher e dos filhos, que também é de direito natural, juntamente com Deus o mandar, e permitir, é causa justa e suficiente para um poder perder e dar sua liberdade, quanto mais que tôdas estas autoridades fazem pouco ao caso, pois não falam própria e inteiramente dos escravos, de que nós falamos, como o diz S. Tho. 1, 2^a, q. 105, ar 4, e Navarro na sobredita repetição de Usuras, n^o 92, quanto mais sendo leis judiciais, que como V^a. R^a. bem sabe, não tem vigor na lei da graça, senão as tornam a renovar os que para isso têm poder. S. Tho. 1^a. 2^a. q. 105 ar^o. arg. 8 et Colibet 4^o art. 13 dicit "sola praecepta legis naturalae, quae moralia appellamus, jam articulis fidei et sacramentis gratiae contineri legem divinam".

Ao cap. "perlatum" 29, q. 2^a respondendo que o intento do texto não é tratar se pode ser escravo ou não, nem é essa a questão que se pergunta mas, já que se fêz escravo, de qualquer maneira que fôsse, por ter razão de se apartar da mulher, se fica ela juntamente escrava, e se é causa para se poder apartar o matrimónio; e bem poderia ser que êle, por ódio que teria á mulher, e desejoso de se apartar dela, buscaria pera ficar escravo, parecendo-lhe que assim se poderia apartar dela; e pois não havia outro modo justo,

que as leis permitissem, senão fazer-se vender por outro, participando do preço, o que podia fazer onde não fôsse conhecido; mas, de qualquer maneira que fôsse, o texto não tem de ver com isso. E assi a ilação que V^a. R^a. tira, com tudo o mais que diz, parece fora do caso do texto, por ficar seu fundamento mui fraco. No qual texto também achará que a grossa pergunta como pode um homem livre fazer-se escravo "cum quinque requirant" etc. e porque não era matéria daquele texto, deixou tudo indeciso.

Quanto ás autoridades dos doutores já disse que Soto e Navarro se hão de entender nos casos sem que falem e não tão livremente como V^a. R^a. quer. De Soto referirei as palavras que achei em Gabr. referidas que é um livro velho, e diz assi: "*tertia servitus si debet esse justa et principatus ejus non tiranicus, oportet id esse, alterorum duorum modorum: aut qui aliquis sponte é libere se sic alteri subjecti, quae foret utique stulta et fatua cum homo libertatem quam habet a natura sic sponte a se abdicat sine demerito; hoc*" nempe videtur quodammodo esse contra naturalem legem, "*atamen licet multae obligationes ab initio temere, stulte et fatue sunt factae (nihilominus bene esse, cum facta sunt exemplum de comprehensio a latrone qui nisi spondeat se daturum censum privatur vita hic injuste angariatur sed juste solvit qui promisis*". Pergunto eu agora se o ladrão pode levar com boa consciência o que faz prometer a um com

mêdo da morte e se disser que sim da mesma maneira dirá que com boa consciência podem os moradores do Brasil levar a liberdade dos índios que assás "*stulte et fatue*" lha dão, já que livremente lha dessem, pois Scoto ambos estes casos compara. E posto que eu não vi outros sentenciários parece que devem todos pouco mais ou menos levar este caminho O que digo pera que V^a. R^a. não tenha tão certas as autoridades que alega no que diz; nem a ilação, que V^a. R^a. quer tirar que não é necessario ser de vinte anos pera um se poder vender mas porque assim vem determinado da Mesa da Consciência, diz que o direito humano defende que se não faça senão desta maneira. No que parece dizer duas cousas: uma que foi lei a tal determinação da consciência e a outra que se esta lei não fora ainda que fora menos de vinte anos se pudera vender; ambas estas me parecem sem fundamento, porque dizer que os Senhores da Consciência quizeram promulgar lei nova nenhuma palavra vejo pera se isso presumir, mas somente falam como Soto, á letra, e todos me parece, "*si fas est dicere*", que se enlearam nas alegações, como já apontei no pressuposto do primeiro apontamento, que também com este torno a mandar a V^a. R^a. A outra conclusão parece-me tal qual o fundamento sobre que se funda. Destruido pois todo o fundamento de V^a. R^a. e, resolvendo a matéria, digo que como a liberdade seja de lei natural não se pode perder senão

quando a razão, fundada em lei natural o permitir; mas quando se presume não haver liberdade de vontade, ou entra modo de tirania, ou não ha causa justa pera se vender, não pode ser escravo, e peca pecado de injustiça e é obrigado a restituir; e todos aqueles, a cujas mãos vem, têm a mesma obrigação porque, como cousa furtada, sempre passa com seu encargo.

Desta conclusão tiro os seguintes corolários "in contingentia facti":

O primeiro, que todos os que se venderam na Baía e na Capitania do Espírito Santo des o ano de 60 por diante, ou se consentiram vender, por seus parentes, não podem ser escravos. Este corolário me convém provar e não irei perguntar ás línguas do Brasil, a quem V^a. R^a. me remete, porque essas são as que têm feito todo o mal, mas preguntá-lo-ei a V^a. R^a. e aos mais Padres e irmãos que também são línguas e viram e vêem polos olhos tudo o que se faz, se as chagas que esta dor causou em seus peitos e se as lágrimas que por seus olhos saíram puderam falar abastaram pera prova sufficientissima já que pera com os homens não ha cousa que abaste, veja Deus, do alto e ponha remédio a tantas desordens.

Bem deve V^a. R^a. saber, pois o sabe tôda a terra que desde o Governador Mem de Sá sujeitou o gentio da comarca da Baía e fez meter em ordem de vida, dando-lhe com tôda moderação o jugo de Christo e desde abaixou a so-

berania do gentio de Paraguassu, começou logo a tirania dos injustos christãos; e como o gentio estava medroso e sujeito tiveram entrada para roubarem e assolarem tôda a terra, depois de lhe haverem primeiro tomado as terras e os haverem lançado dela e começaram, depois de dada a sentença contra os Caetés, a qual, posto que durou pouco tempo, elles a executaram tão bravamente, que destruíram a maior parte da comarca da Baía, fazendo [escravos] a — [os] Caetés, ainda aos que o não eram, os quis eles nem sua geração tinham culpa na morte do Bispo, em cuja vingança se deu a tal sentença, e Deus Nosso Senhor permitiu tão bravo castigo. Depois de acabados os Caetés começaram a roubar e saltar; e pera escaparem á justiça tiveram boa escápula em saberem que se permitia poderem se vender como passassem de 20 anos por participar do preço; e com lhes fazerem dizer por medo uma de duas ou que seus pais os venderam ou elles se venderam de sua vontade, escapavam do registro. Dos quais castigos ficaram todos tão desasosegados que uns fugiram pera seus inimigos e foram muitos mortos, outros pelos matos, outros deixavam-se perecer á fome, não tendo mãos pera fazerem seus mantimentos, donde esta causa os que ficaram em fome tinham os maus liberdade pera usarem com elles de todos seus enganos, á sua vontade porque dantes dêste tempo nunca se viu em tôda a costa um vender-se a si mesmo nem suas necessidades a

isso obrigavam. E depois que se isto praticou na Baía se aceitou também na Capitania do Espírito Santo, principalmente com a geração que chamam dos do Gato por estarem mais sujeitos em os quais se fizeram muitas desumanidades, e fazem neste dia, e o mesmo se pratica onde o gentio que tem qualquer sujeição ou obediência aos cristãos.

Pressuposta esta informação e o mais que se pode tomar, que todos sabem, provo este corolário desta maneira: Todos os resgatados neste tempo se deve presumir serem mal resgatados. Por argumento do que nota Navarro no comento das Usuras, n.º 87 e 88, tratando da presunção da Usura por se pôr censo sobre pessoa livre; e da presunção da usura, quando uma cousa se vende por menos preço, com pacto de retrovendido, se naqueles casos se presume sem justiça: quem não vê haver neste nosso caso mil evidências para se tal presumir, “*scilicet*”, considerando a perseguição passada, o medio e temor do gentio, a qualidade da gente tão barbara, e ver que em nenhuma outra parte onde cessam estas cousas se não vende nenhum a si-mesmo, e ver quantos enganos e modos ensinou a cobiça aos homens do Brasil! E se isto não abasta digam os nossos Padres línguas com quantos toparam em confissões ou fora dela que livremente, sem temor nem outro injusto respeito se hajam vendido; e pois somente em terra, onde o gentio está sujeito, se vendem a si-mesmo, razão é de presumir

ser a tal venda injusta e por tal condenada, maiormente quando não houvesse fome extrema, a tirania não haja dado causa como abaixo se dirá.

Faz mais em favor dêste corolário a razão da lei que manda não valer a venda do que consente por participar do preço sendo menor de vinte anos a qual razão não pode ser outra por se presumir que sendo de menor idade poderá ser fácilmente enganado; e como neste caso se tenha experiência de quão fácis sejam estes gentios, pera se enganarem quando têm sujeição e medo, justamente se deve presumir engano em as tais vendas de si-mesmo. Favorecem também muito as palavras de Escoto, acima alegadas: “*servitus si debet esse justa et principatus ejus non tyranicus etc*” com tudo o mais que acima notávamos de S. Tho. “*scilicet*” que quando a razão pera proveito da vida humana falta não se pode perder a liberdade com tudo o mais acima dito.

E dêste corolário infiro o mesmo se dever dizer da venda que fazem os pais de seus filhos, depois de serem sujeitos por haver a mesma razão e presunção contra as tais vendas.

2.º Corolário — Os que na Baía se venderam por fome ou venderam seus filhos ou consentiram em tais vendas não podem ser escravos se a tal fome foi causada da sem razão sobredita mas os que se venderam nos Pitiguares com fome sem intrevir engano se devem ter por legítimos escravos porque nenhuma razão ha de pre-

sumir engano, pois é notório sua fome de que os cristãos não podiam ser causa por eles não terem sujeição alguma.

3.º Corolário — Os que por fugirem da tal sem razão, se foram pelos matos e eram achados e tomados daqueles que eram seus contrários antes de uns e outros serem sujeitos ao Governador, não podem ser escravos legítimos, assim por terem já paz e sujeição, e se ajuntarem em povoações e igrejas, pera serem ensinados, desistindo uns e outros das guerras que antes tinham, como também pela tirania ser causa de todo o seu mal, e, por conseguinte, todos os que os cristãos haviam induzido aos que antes eram seus contrários que os fossem saltar sem injustiça e sem razão, e não pudessem ser escravos.

4.º Corolário. — Não podem ser escravos os que fugiram das igrejas, ainda depois de cristãos, por fugirem assim por medo vendo que nem os Padres a muitos puderam valer e por fugirem á sujeição da doutrina e quererem viver livres em seus costumes passados nem outrossim podem ser escravos os que por fugirem a tal sujeição da doutrina se fazem escravos dos cristãos por verem que os tais escravos os deixam seus senhores viver em seus costumes passados; nem outrossim os que se fazem escravos dizendo que os escravos são temerosos e tem medo o gentio deles, por serem com seus senhores justamente executores da tirania, e sem re-

zão, passada-presente, porque as tais rezões e tôdas as semelhantes não são justas para um perder sua liberdade e o mesmo digo dos que se vendem movidos do vicio carnal e pecados que com as escravas dos cristãos cometem, as quais servem de anzolo pera prender e cativar os pobres indios.

5.º Corolário — Errarem os confessores que absolvem aos que tais escravos possuem se os não põem em sua liberdade perfecta e lhes pagam seus serviços, [a] arbitrio de bom varão, ainda que eles não sejam os que os mal cativaram, antes lhes custaram seu dinheiro na mão de outros cristãos. Pois, diz Soto e também os senhores da consciencia e todo o direito que sempre vai o mal havido com seu encárrego, nem vejo razão pera excusar os tais confessores com pretexto de ignorancia nem ainda com dizer que o fazem por ordem do seu Prelado, porque em caso que por lei natural e divina é defeso não vejo escusa, ao menos que escusa de tôda a culpa, porque, assim eles como os penitentes devem e são obrigados a saber e examinar bem a maneira como foram feitos escravos os que comprou, pois geralmente os mais são injustamente havidos.

CXVI

[Bibl. Públ. de Évora, Cód. —,]

1-33

ff. 145 152v.

(Do "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro).

Noticiário

ONDE SE RECORDA A HISTÓRIA DE VELHOS TRATADOS DE LIMITES

Entrevista de de Paranhos Antunes

O Brasil procurou sempre resolver as suas questões de limites à luz do direito internacional, recorrendo por mais de uma vez, à arbitragem, afim de que os seus direitos fôsem assegurados de maneira clara e insofismável pelo vereditum de outros. E o paladino da defesa do território brasileiro foi, sem dúvida, o Barão do Rio Branco, considerado por Rui Barbosa como o "Deus terminus de nossas fronteiras". Graças ao segundo Rio Branco, liquidamos quase que todos os nossos problemas de lindes fronteiriças, que havíamos recebido como herança da monarquia, ficando completamente caracterizados os contornos de nossa pátria. Após a obra de Rio Branco, o que restou são pequenos pontos geográficos limítrofes, imprecisos nalgumas

cartas, e que comissões mistas do Brasil e dos países com os quais vizinhamos têm buscado solucionar, harmonicamente, de acôrdo com as velhas tradições de bom entendimento que sempre reinou entre as nações do continente americano.

O repórter sabia que o capitão De Paranhos Antunes havia escrito importante tese sobre a "Ilha Brasileira" da foz do Quaraí, para o Nono Congresso Brasileiro de Geografia e que essa tese não só fôra aprovada em plenário como até louvada, tendo o seu relator, dr. Osvaldo Cabral, do Instituto Histórico de Santa Catarina sugerido fôsse enviada uma cópia da mesma ao Itamarati, por julgar o assunto de grande relevância. Destarte, e afim de esclarecer o caso em tórno da demarcação de limites, procurou o sr. De Paranhos Antunes, visando colher os elementos indispensáveis à consecução de sua tarefa. E, no decorrer da palestra que mantivemos com aquele historia-

dor riograndense, ficámos ao par dos motivos que deram lugar à contestação às reivindicações vindas do Uruguai.

Iniciando sua palestra com o repórter, declarou o entrevistado:

— “Em 1936, um capitão de navio do Uruguai, professor José Aguiar, publicou um livro, “Nuestra frontera con el Brasil”, no qual tentou demonstrar que a posse do Brasil sobre alguns trechos da fronteira com o Uruguai não era “moralmente perfeita em direito”. Os trechos de terra brasileira sobre os quais o capitão Aguiar lançou os olhos são os seguintes: 1) — o quadrilátero Chuí-São Miguel; 2) — as ilhas do Taquarí; 3) — O Rincão de Artigas; 4) — a “Ilha Brasileira” do rio Uruguai.

As pretensões territoriais expostas já foram rebatidas pelo eminente historiador brasileiro general Souza Doca, em livro publicado, em 1939, sob o título “Limites entre o Brasil e o Uruguai”. Na parte referente à “Ilha Brasileira”, porém, desejamos acrescentar outras provas favoráveis aos direitos do Brasil. Para justificar a reivindicação da “Ilha Brasileira” pelo Uruguai, o sr. José Aguiar invocou diversos argumentos de ordem diplomática, geográfica e histórica, tais como: a) o direito de “acessão”, visto a “Ilha Brasileira” ser “uma ilha formada por acessão sobre a costa ou margem inegavelmente do rio Uruguai”; b) porque o marco brasileiro existente na citada ilha foi colocado à revelia do Uruguai, não existindo o contramarco de

seu país; c) porque o tratado de 1851 entre o Brasil e o Uruguai declarou que pertenciam ao Brasil a ilha ou ilhas da foz do Quarai, mas, no seu entender, a “Ilha Brasileira” não está na foz do Quarai e sim no rio Uruguai, razão pela qual não deve pertencer ao Brasil; d) porque, quando o Brasil firmou o tratado de 1898 com a Argentina, declarou nesse tratado que os limites entre os dois países começariam a partir da boca do rio Quarai, no rio Uruguai sem que fizesse referência à ilha em foco; e) porque, finalmente, num mapa deste Estado não aparece a aludida ilha com a coloração indicativa de território brasileiro.

São estes os argumentos do sr. José Aguiar, que procuramos rebater em nossa tese a começar pelo direito de acessão.

Estampa o sr. Aguiar uma carta do general Reys para mostrar que a “Ilha Brasileira” está próxima ao território uruguaio e que, portanto, deve ser invocado pelo seu país o direito de acessão. “Trata-se, diz êle, de uma ilha formada pelo processo de erosão construtiva por acréscimo aluvial, chamada em direito acessão”. Depois de citar o jurista brasileiro Carneiro Leão, o qual doutrina que o direito de acessão é tudo que provém de uma cousa principal ou a ela se liga de um modo permanente, refere-se também ao dr. Bustamonte y Sirvem, que declara: “No tocante às ilhas formadas nos rios e lagos é opinião geral que pertencem ao Estado em cuja zona se encontram”.

O direito por acessão, invocado pelo escritor uruguaio, seria válido se a ilha tivesse se formado após o tratado de 1851. Mas, ela já existia por ocasião desse tratado e o mesmo declarou que ficam pertencendo ao Brasil “a ilha ou ilhas que se acham na desembocadura do dito rio Quaraí, no Uruguai”, sem cogitar se a ilha (ou ilhas) estava perto ou longe do território uruguaio. Vemos, daí, que a ilha ou ilhas que se encontravam na foz do Quaraí foram cedidas “a priori” ao Brasil, quaisquer que fôsem as posições por elas ocupadas

A 1.º de junho de 1861, o ministro das Relações Exteriores, do Uruguai entregou ao nosso representante em Montevideu uma nota em que dizia: “haver chegado ao conhecimento de seu governo que por um empregado brasileiro, e sem intervenção de autoridade alguma nacional, estavam sendo irregularmente colocados os marcos que deviam indicar a linha divisória entre os dois Estados e que, por esse motivo, declarava que o governo oriental considerava ilegal quanto naquele sentido se houvesse feito ou se viesse a fazer por parte do império, sem a concorrência da República”. A essa nota respondeu o nosso representante, com as seguintes razões, em 4 de setembro do mesmo ano: “Que os trabalhos estavam sendo feitos rigorosamente de acordo com as atas de demarcação; que nenhum dos dois governos contraíra obrigação de proceder conjuntamente com o outro na colocação de marcos; que o

governo brasileiro, entretanto, aceitaria, de bom grado, a participação que o da República desejava ter na operação de que se tratava por meio de um agente seu que nela auxiliasse o Brasil.

A essa resposta, como diz o coronel Souza Docca, “o governo uruguaio nenhuma objeção fez às razões apresentadas pelo Brasil e, além disso, nenhuma outra reclamação apresentou sobre o assunto. Muitas outras razões apresento em minha tese que provam ter o Uruguai se desinteressado de acompanhar os trabalhos da comissão brasileira, daí ter sido colocado o marco número 13 da ilha da foz do Quaraí sem contramarca uruguaio.

Diz a parte final do parágrafo segundo o artigo 3.º do tratado de 12 de outubro de 1851 que ficam “pertencendo ao Brasil a ilha ou ilhas que se acham na desembocadura do dito rio Quaraí, no Uruguai”.

Basta olharmos para a posição da “Ilha Brasileira” em relação aos rios Quaraí e Uruguai para vermos que essa ilha começa na foz do Quaraí e que as águas deste correm entre a referida ilha e o território uruguaio. Em minha tese esgoto completamente a matéria, estampando até uma fotografia da referida ilha, tirada “a vol d’oiseau”, onde se vê perfeitamente a posição da mesma e mostrando o que são ilhas deltaicas e ilhas marginais engastadas.

A respeito do Tratado de 1898 com a Argentina, escreveu o sr. Aguiar; “No convênio concertado

no Rio de Janeiro, a 2 de agosto de 1900, em seu artigo 3.º, se diz que "...a demarcação sobre os rios uruguaí... se atenderá ao tratado de 6 de outubro de 1898 a ilha que se encontra **próxima** à boca do Quarai e na qual se acha o último marco dos limites entre o Brasil e a República do Uruguaí"...

O sr. Aguiar escreve que o Brasil admite não estar a "Ilha Brasileira" no Quarai, mas próxima à sua boca. Vejamos o que quer dizer a palavra "próximo". Abramos o dicionário de sinônimos da língua portuguesa de J. I. Roquette e José da Fonseca. Eis os sinônimos de próximo: "chegado, conjunto, pegado-perto, propínquo, vizinho", o que vale dizer que a "Ilha Brasileira" estando próxima está ligada, unida, pegada à boca do Quarai. Onde fica a desembocadura do Quarai, em o rio Uruguaí? E', com certeza, no ponto em que as águas do primeiro se unem às do segundo. A própria palavra **desembocadura** está dizendo o sentido — "**desembocadura**, s. f. ato de desembocar, entrada de um rio noutro". "**Desembocar**, v. a., sair fora de alguma boca, calle, etc.; v. n. sair o navio da foz, da barra, etc.; **desembocar em**, desaguar um rio em outro..." (Dicionário da língua portuguesa, J. I. Roquette).

O sr. Aguiar, queria, pelo que se vê, que a "Ilha Brasileira" estivesse não na desembocadura, nem mesmo na boca, mas nas goelas do Quarai... Só assim ela poderia pertencer ao Brasil. Há ou-

tros trechos deste capítulo que estudo em minha tese e que refutam, de modo concludente, as alegações do ilustre escritor uruguaio sobre o nosso tratado com a Argentina.

No que concerne ao mapa em que a "Ilha Brasileira" não figura com a cor da jurisdição territorial do Brasil, vejamos o que diz o sr. José Aguiar: "O dr. José M. Fernandes Saldanha me proporcionou um exemplar da "Nova carta geográfica do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil", do engenheiro Francisco Brasiense da Cunha Lopes e do agrimensor José Luiz Nunes de Azevedo, impressa em Paris por Erhard Frères, e editada em 1902 por Echenique Irmãos & Cia., das cidades de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. — (formato 0. m., '87) — Nessa importante carta, muito detalhada e precisa, a "Ilha Brasileira" do rio Uruguaí imediata à desembocadura do rio Quarai, aparece claramente desenhada, porém não está incluída como domínio territorial, nem brasileiro nem riograndense, pois não se a representa com a coloração com que está indicada a jurisdição territorial brasileira". Ora, esse lapso já foi há muito corrigido, pois na mesma carta, "reorganizada e impressa em janeiro de 1922 pelo Serviço Geográfico Militar", a ilha figura com o nome de "Ilha do Quarai" e com a coloração igual à que cobre o território gaúcho. Isto também se vê no "mapa do Estado do Rio Grande do Sul — Brasil, organizado por João A. Edler,

começado no ano de 1915. Terminado no de 1925. Litografia da Livraria do Globo. Porto Alegre". Figura com o nome de "Ilha Brasileira" e com a mesma cor do Brasil.

Isto que lhe disse é apenas um resumo muito comprimido daquilo que escrevi como contribuição ao Nono Congresso Brasileiro de Geografia, que se reuniu, há tempos, em Florianópolis. E' lamentável que um escritor do valor e da responsabilidade do sr. José Aguiar,, brilhante oficial de marinha da República amiga, tenha enveredado por um caminho tão ingrato, agitando questões sobre as quais os direitos do Brasil são líquidos e perfeitos".

(Do "Correio do Povo" de 22 de junho).

PRÊMIO GRAÇA ARANHA

A Fundação Graça Aranha conferiu o seu prêmio anual, no valor de 2:000\$000, ao poeta mineiro Alphonsus de Guimaraens Filho, pelo livro "Lume de Estrêlas".

A linhagem intelectual de Alphonsus de Guimarães, o comovido e estranho poeta de "Pastoral aos crentes", continua em dois filhos que são, outros dois belos espíritos: um João Alphonsus, que obteve há pouco o prêmio Machado de Assis, com um esplêndido romance; e outro, Alphonsus de Guimaraens, com o nome do próprio pai, é divulgado, agora, no país através do Prêmio Graça Aranha.

Alphonsus de Guimaraens Filho é um poeta original e de uma esquisita nota pessoal.

JUNTA REGIONAL DE ESTATÍSTICA

A 16 do mês de junho, a Junta Regional de Estatística do Rio Grande do Sul realizou mais uma de suas sessões ordinárias, sob a presidência do dr. Mem de Sá, Diretor do Departamento Estadual de Estatística, e efetuada na Biblioteca Pública, desta capital.

Contou a sessão com a participação dos seguintes membros: Srs. Afonso Jaeger, Januário Prates, Aristóteles Cunha, Remi Gorga, Leônidas Soares Machado, Francisco Arnoldo da Silva, José Guimarães e Luiz Fabrício Gay.

Após a leitura da ata anterior, aprovada, passou-se à hora do expediente, do qual constou o seguinte: officio e telegrama do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, alvitrando o aproveitamento, no D. E. E., de elementos que hajam trabalhando nas tarefas censitárias demonstrando valiosas aptidões técnicas no serviço estatístico; telegrama da mesma procedência, em que eram comunicadas as providências tomadas no sentido de ser conseguido que ou o presidente ou o secretário da Junta Regional de Estatística tome parte na Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística a realizar-se no Rio de Janeiro; telegrama da secretaria do mesmo I. B. G. E., comunicando haver a Junta Central aprovado a prestação de contas relativa à utilização, neste estado, da segunda quota do auxílio Federal; officio do sr. Januário Prates, solicitando, em caráter irre-

vogável, demissão das funções de Secretário da Junta.

Passando-se aos trabalhos propriamente ditos e pôsto este último assunto em discussão, foi aceito o pedido e eleito logo a seguir, para exercer o mesmo cargo, o sr. Remí Gorga, no qual foi imediatamente consignado em ata um voto de louvor ao secretário demissionário, levando-se em conta os significativos serviços pelo mesmo prestados.

O sr. presidente apresenta ao sodalício três projetos de resolução, que deveriam ser enviados à Assembléia Geral acima referida. O primeiro relacionava-se a um auxílio anual que seria concedido aos órgãos regionais encarregados da coleta de dados para as campanhas estatísticas. O segundo dizia respeito à organização de um plano anual de serviços nas repartições regionais do I. B. G. E. O último formulava apêlo no sentido de que outros departamentos da administração dirijam-se sempre aos órgãos do mesmo I. B. G. E., quando quiserem obter dados estatísticos. Considerados de caráter urgente foram ditos assuntos enfeixados em resolução, a qual, aprovada, recebeu o N.º 51.

MONUMENTO A QUINTINO BOCAIUVA

Foi feito, no dia 18 de junho, no Rio de Janeiro, o julgamento das maquetes do monumento a Quintino Bocaiuva, saindo vencedor o trabalho do escultor Leão Veloso. O monumento medirá 12 metros de altura e será feito de

um único bloco de granito brasileiro, devendo ser erguido próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA

O Instituto Brasileiro de Cultura realizou uma sessão solene, para receber o professor Nelson Romero, recentemente eleito para ocupar a cadeira patrocinada por Silvio Romero.

O novo titular, filho do grande crítico sergipano, é figura de destaque nos nossos meios culturais e foi saudado pelo jornalista sr. Mario Hora, ocupante da cadeira de Alcindo Guanabara.

A sessão teve lugar no salão nobre do Liceu Literario Português.

O PRÊMIO NOBEL DE LITERA- TURA PARA A ARGENTINA

Anuncia-se que parece certo será conferido este ano a uma personalidade argentina o Prêmio Nobel de Literatura. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha levou ao conhecimento do Instituto Nobel que a Espanha veria com muita satisfação a concessão do referido prêmio ao famoso escritor argentino Rodriguez Larreta, autor da "Las Glorias de Don Ramiro" e de numerosas outras obras. Espera-se que numerosas instituições espanholas apoiarão o ministro do Exterior.

MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

Inaugurou-se no Rio de Janeiro no Museu Nacional de Belas Artes, a exposição de algumas obras do grande mestre da pin-

tura portuguesa contemporânea Carlos Reis, falecido há pouco menos de um ano, em Coimbra. Vários colecionadores enviaram por solicitação do professor Oswaldo Teixeira, diretor do Museu, telas do mestre. Carlos Reis abordou todos os gêneros, salientando-se no retrato, interior e paisagem.

Compor-se-á de vinte e oito obras esta mostra de arte, na qual o público verá o artista sincero, elegante e aristocrático, cuja influência francesa não fez perder o cunho puramente português de sua origem. Com Columbano e Malhóia, forma Carlos Reis a trindade magnífica da verdadeira pintura de Portugal.

O PRÓXIMO CONGRESSO DE ESCRITORES BRASILEIROS

A Federação das Academias de Letras do Brasil realizou mais uma sessão ordinária em que foi apresentado aos membros da instituição o escritor Coldenas Natal, presidente da Academia Goiana de Letras. No decorrer da sessão, o acadêmico Soares Filho falou sobre a próxima realização do 2.º Congresso de Escritores Brasileiros, a realizar-se no Estado do Rio e foram designados os escritores Souza Doca, João Cabral e Costa Filho para providenciarem a remessa de teses àquele congresso.

DIA DA IMPRENSA

Passará, no próximo dia 10 de Setembro, o "Dia da Imprensa". Foi deliberado pela Associação Riograndense de Imprensa que, este ano, não sejam efetuados fes-

tejos externos. Na sede, será efetuada uma recepção ao mundo jornalístico do Rio Grande do Sul, sendo possível que, no mesmo dia, tenha lugar o lançamento da pedra fundamental da "Casa do Jornalista".

O sr. Arlindo Pasqualini, presidente da A. R. I., tem trabalhado para a realização de brilhante programa comemorativo do dia da imprensa.

NOVA EDIÇÃO DA CARTA GEOGRÁFICA DO BRASIL AO MILIONÉSIMO

Procedente da Capital Federal esteve entre nós o Prof. Artur Duarte Ribeiro, o qual na qualidade de Delegado Especial do Conselho Nacional de Geografia, trouxe a incumbência de coletar neste Estado dados geográficos e cartográficos, de interesse para a Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo, cuja edição atualizada o Conselho está preparando, em virtude do decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938.

O Prof. Duarte Ribeiro superintendeu, em 1922, os trabalhos cartográficos da 1.ª edição da Carta ao milionésimo, editada pelo Clube de Engenharia, em comemoração ao Centenário da nossa independência política; daí a alta conta em que é tido naquele Conselho, que lhe confiou a importante tarefa de coletar nos Estados a documentação geográfica e cartográfica de proveito para a nova edição da Carta.

A iniciativa do Conselho de promover a colaboração dos Estados, mediante esse contacto direto com

as administrações estaduais, por intermédio dum técnico de nomeada, certamente dará excelentes resultados em favor da Carta, na qual se concentram os melhores cuidados, tão vivo é o patriótico interesse de apresentar-se uma Carta que seja uma expressão de cultura e de brasilidade.

Segundo informou à imprensa de Porto-Alegre o aludido técnico, o desenho da Carta será iniciado pelas fôlhas do Estado do Rio Grande, motivo porque o C. N. G. está empenhado no cabal e rápido desempenho da missão do Prof. Duarte Ribeiro, para cujo êxito está contando com o valioso concurso de todos os órgãos regionais interessados no assunto.

O INSTITUTO HISTÓRICO DA BAÍA

Dentre os monumentos de arte da Baía destaca-se o seu majestoso Instituto Geográfico e Histórico, edificio grandioso de notáveis linhas arquitetônicas. Guarda o mesmo um riquíssimo patrimônio de objetos móveis, livros e documentos desde os tempos coloniais até os nossos dias. A Biblioteca do Instituto Histórico da Baía é uma preciosidade e ali encontramos tudo quanto possa interessar sobre a história da Baía e do Brasil. O Instituto Histórico é também um verdadeiro museu e ali encontramos várias salas onde são guardadas relíquias históricas de grande valor, dentre as quais destacamos a sala General Rondon, onde são religiosamente guardadas e exposta à vista dos curiosos valiosos documentos da colonização

dos nossos índios no Mato Grosso e no Amazonas, colecionados e enviados ao Instituto pelo grande e saudoso engenheiro baiano Caio Spinola, que durante longos anos fez parte da Comissão Rondon, até quando faleceu vítima de um desastre nas cachoeiras de Monte Cristo, perto de Arikene, onde dirigia a colônia agrícola Rodolfo Miranda. A Diretoria do Instituto resolveu agora franquear o edificio à visita pública todos os domingos e dias feriados e santificados. Assim os estudantes, os comerciários, os operários e suas famílias poderão melhor nos dias de folga visitar e apreciar as preciosidades que o Instituto Histórico guarda e que é uma honra para a Baía e para o Brasil.

AS OBRAS DE HUMBERTO DE CAMPOS

Foi anunciada a aquisição, por parte dos Editores Jackson, da obra completa de Humberto de Campos, um dos autores mais lidos e mais prestigiosos do Brasil de hoje. Agora já se pode dizer que aqueles editores, com o mesmo carinho que editaram Machado de Assis, Rocha Pombo e Luiz Edmundo, lançarão, dentro de um mês, as obras completas de Humberto de Campos, em 29 volumes, admiravelmente apresentados em cuidadosa edição que será oferecida ao público pelo sistema de módicas prestações, o que lhe facilitará extremamente a difusão no nosso público. Atendendo ao grande prestígio do autor no nosso meio e a sua celebridade, ainda atendendo ao cuidado com que os

Editores Jackson sempre se esforçaram em dar aos autores nacionais, é de presumir o imenso êxito que terá mais essa admirável coleção de "Obras Completas".

BIBLIOTECA NACIONAL

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro constituiu-se a princípio na livraria que o rei de Portugal Dom José I fizera organizar para substituir a que, com o título de Real Biblioteca da Ajuda, o terremoto de Lisboa, de 1 de novembro de 1755, havia destruído, pelo incêndio que então se propagara.

Quando D. João VI, ainda príncipe regente, se transportou com a família real para o Brasil, em fins de 1807, trouxe consigo para o Rio de Janeiro aquela biblioteca, a que se adicionara, entre 1770 e 1773, a livraria do grande bibliógrafo português Diogo Barbosa Machado, que a ofertara a D. José.

Essa livraria constava de 4.301 obras em 5.764 volumes, além de 63 obras em 73 volumes, contendo cerca de 2.300 retratos, e ainda 155 volumes, de diversos formatos, constituindo coleções fictícias únicas que existiam no mundo, de obras raríssimas. A Biblioteca Real foi aberta ao público por decreto de 29 de outubro de 1810. Funcionava então no Hospital da Ordem 3.^a do Carmo, à rua Direita, hoje, 1.^o de Março. A princípio ocupava somente o andar superior do Hospital; mais tarde, tendo acrescido os livros vindos de Lisboa, estendeu-se, por aviso de 3 de novembro de 1812, ao pavimento térreo.

Em 1858, foi a biblioteca trasladada para a casa da rua do Passado n.º 60, onde permaneceu até ser transferida para o prédio próprio na Avenida Rio Branco n.º 219 a 239.

A Biblioteca Nacional compreende uma secretaria por onde corre o serviço de registo de direitos autorais e de permutações internacionais que tem por fim manter o intercâmbio bibliográfico com as bibliotecas nacionais e estrangeiras e repartições culturais. Atualmente o serviço de permutações internacionais remete publicações para 221 bibliotecas estrangeiras e para 149 bibliotecas nacionais.

Recebe anualmente das bibliotecas estrangeiras cerca de 90 caixas e encomendas postais, destinadas às repartições públicas e a particulares da capital e dos Estados e compreende 4 secções, a saber: a primeira de obras impressas; a segunda de manuscritos; a terceira de estampas e cartas geográficas e a quarta de publicações periódicas.

A primeira secção contém atualmente um milhão de livros entre os volumes e folhetos; a segunda — 600 mil manuscritos; a terceira — 250 mil peças entre estampas, mapas e ilustrações; e a quarta contém cerca de 300 mil volumes, entre jornais e revistas.

A Biblioteca está aberta ao público das 10 às 22 horas; a média da frequência mensal de leitores é de 7.500.

Em 1876, a Biblioteca Nacional iniciou a publicação dos seus anais que já constam de 60 volumes; em 1928 a de documentos históricos,

com 49 volumes até agora. Publica, também, o Boletim Bibliográfico.

Dirige atualmente a Biblioteca Nacional o grande historiador sr. Rodolpho Garcia, membro da Academia de Letras.

MUSEU IMPERIAL

O presidente da República visitou há pouco o Museu Imperial, que se está constituindo em Petrópolis, no antigo palácio em que Pedro II passava a estação calmosa. Esse palácio tem uma curiosidade: é o único especialmente construído, em nossa história, para residência oficial do chefe do Estado. Ali se alojou por longo tempo um colégio, até que agora o governo deliberou organizar nos seus salões e dependências um museu representativo da época imperial, e especialmente do segundo reinado.

A idéia é, sem dúvida, feliz. O Brasil monárquico, o Brasil de Pedro II, teve uma fisionomia peculiar à estrutura social em que seus costumes, seus hábitos, sua civilização, numa palavra, se desenvolveu. E não é demais recordar que essa civilização teve um grande esplendor, pois o império conheceu dias de glórias, dias de pujança econômica e política, que já então colocavam o Brasil na categoria de uma das grandes potências do mundo.

As coisas características e preciosas das residências oficiais dos dois imperadores brasileiros muito se dispersavam e não será fácil

reuní-las de novo. Contudo, o que ainda se pode obter, com o auxílio de doações particulares, não deixa dúvidas que o Museu Imperial será dentro em breve uma bela realidade.

A vida particular da família imperial brasileira primava, aliás, pela modéstia e pela simplicidade. Pedro II era cioso de algumas prerrogativas externas do seu cargo, porém vivia em seu Palácio de S. Cristóvão ou no seu palácio de inverno de Petrópolis como viviam, nas suas grandes residências, as famílias mais burguesas que aristocráticas do segundo reinado.

As descrições que pessoas idôneas nos deixaram do trem de vida imperial revelam, na verdade, a grande nobreza, mas a grande simplicidade e a ausência de fausto, que o caracterizavam.

Conservar desse período da vida nacional as recordações, os objetos relativos às suas personalidades representativas, a tudo quanto diga respeito à sua grandeza, ao seu clima, por assim dizer, social e cultural, eis o que não é apenas obra de saudosismo, mas fidelidade às grandes linhas da tradição brasileira.

Em geral, nos países novos, a ânsia e o deslumbramento do progresso técnico e material prejudicam, não raro, o sentido e o amor das tradições. E' mister, então, que se exerça um verdadeiro magistério para o fim de equilibrar a veneração do passado com a fascinação do futuro, que se está conquistando.

Demais, o passado foi também, a seu tempo, época de audácias e no caso do Brasil o passado monárquico, particularmente o longo período do segundo reinado, constituíram etapas fundamentais do nosso crescimento.

Basta citar a posição internacional do Brasil no segundo reinado para se ter logo idéia do poderio econômico e material que sustentava a liderança com que conduzimos a política do continente sul-americano, exercendo, por isso mesmo, no jogo dos elementos da política internacional, um papel de primeira grandeza.

SOCIEDADE RIOGRANDENSE DE EDUCAÇÃO

Continuando o seu programa de ação cultural, a S. R. E. tem realizado magníficas sessões semanais, a que comparecem representativos elementos do magistério público e particular.

O mês de abril foi abrilhantado com uma palestra da educacionista Marinha Noronha de Freitas, que discorreu elegantemente sobre a ação do professor, relativa à parte moral da criança.

Na reunião do dia 8 do mesmo mês, continuou seu trabalho a professora Florinda Tubino Sampaio, diretora do Instituto de Educação, vulto distinto do magistério rio-grandense e membro do Conselho Executivo da S. R. E.

Prosseguindo com as observações feitas em sua viagem de es-

tudos à Capital Federal, a conferencista começou dizendo que o auditório deveria estranhar a sua ousadia em falar do maestro Vila Lobos, quando tantos, dentre os professores de música, o poderiam fazer melhor.

Não ia, porém, analisar a obra do maior dos compositores contemporâneos, a quem os centros culturais e artísticos do velho mundo já haviam consagrado. Ia tratar do animador da campanha nas escolas do Brasil, do organizador de uma nova orientação do ensino, visando a elevação moral e artística do nosso povo.

Depois de algumas considerações sobre o movimento de nacionalismo musical, tratou da grande campanha iniciada por Vila Lobos para a organização de cânticos orfeônicos, tendo ele próprio, em 1931 e 1932, dirigido grandes concentrações escolares em São Paulo e no Rio.

Estendeu-se depois a conferencista sobre a orientação do S. E. M. A., métodos e processos de ensino, salientando a importância de uma disciplina absoluta nas organizações orfeônicas das escolas.

Por fim, tratou dos concertos educativos, bem como das reuniões de confraternização dos professores, exortando seus colegas a incentivar cada vez mais o ensino de música nas escolas, com esse sentido belo e elevado de melhor compreender a solidariedade humana.

Encerrando a esplêndida e utilíssima exposição, a distinta con-

ferencista proporcionou à assistência a audição de alguns discos, gravados por câoros de escolas do Rio, e oferecidos pelo maestro Vila Lobos ao Instituto de Educação desta capital.

A par de melodias já nossas conhecidas, como Herança de Nossa Raça, Canto do Pagé e Hino ao Trabalho, foram apresentadas outras inéditas para nós, como Pastoral (a 4 vozes), Costureiras (4 vozes, Nigue-Ninhas (popular mameleuco a 2 vozes). Nozani-na (ameríndio) e várias mais, tôdas igualmente belas e sugestivas.

Ainda em abril, na sua sede à rua dos Andradas 1624, a S. R. E. empossa-se a nova diretoria, à cuja frente se acha o Dr. Oscar Machado, diretor do Instituto Porto Alegre. S. S., cuja personalidade tem realce especial nos meios educacionais da cidade, com seu programa de ação, iniciará nova fase de atividades para a S. R. E., onde seletto grupo de professores, não medindo sacrifícios, se esforçam por elevar cada vez mais o Rio Grande do Sul, no que diz respeito a educação e a cultura.

Para essa posse, que foi solene, ficaram convidados os amigos da S. R. E., seus sócios, o magistério da capital e, em geral, tôdas as pessoas que se interessavam pelos problemas da educação e do progresso intelectual.

Ao Dr. Oscar Machado os cumprimentos do Instituto Histórico através desta Revista.

CULTURA POLÍTICA

O nome de Almir Andrade dispensa comentários. Os nossos leitores conhecem-no de sobra. Não somente como um dos mais interessantes colaboradores que sempre ilustrou nossas páginas, mas ainda como um dos espíritos jovens mais cultos e notáveis de nossa terra. Por isso ninguém melhor que nós, pode se alegrar com o seu nome na direção de uma grande revista que, por iniciativa do Departamento de Imprensa e Propaganda, vem de aparecer no seu 1.º volume e que se intitula "Cultura Política". Soube Almir reunir para colaboradores dessa iniciativa admirável do DIP, nomes que representam a élite de tôdas as nossas atividades intelectuais, literárias, artísticas, financeiras e econômicas, conseguindo, assim, um naipe dos mais interessantes já aparecidos em uma revista. O Departamento de Imprensa e Propaganda com "Cultura Política" teve várias e magníficas idéias, como, primo de nos dar uma revista em formato de volume, admiravelmente impressa e com uma apresentação gráfica perfeita, segundo, de reunir sob a chefia de Almir de Andrade um grupo de colaboradores de escol, terceiro, porque veio preencher uma lacuna como era a falta de uma revista em formato-volume que fôsse uma fonte séria de estudos e documentações.

No nosso próximo número daremos, então, uma apreciação mais detalhada sobre "Cultura e Política".

NOVOS ESTUDOS SOBRE A
IMPRENSA DO R. G. DO SUL
E O SR. NESTOR ERICKSEN

Eloy Pontes, brilhante crítico literário e autor de diversos livros de valor, como a "Vida inquieta de Raul Pompéia" e "Vida contraditória de Machado de Assis" escreveu, no "Globo" de 26 de março de 1941 do Rio de Janeiro, interessante nota sobre Nestor Ericksen, distinto e culto jornalista, recentemente eleito sócio efetivo do Instituto Histórico do R. G. do Sul que tem retomado, entre nós, os estudos da história da imprensa gaúcha.

"A oportunidade é excelente para se recapitular a história da imprensa no Brasil, sua ação, ao longo dos anos, e suas influências, nos momentos em que os termos agitados da formação nacional exigiram lucidez, coragem e espírito de sacrifício. Nem sempre o jornalismo constituiu fonte de prosperidade. Evaristo da Veiga era pobre e pobre ficou. Quintino Bocaiuva — Príncipe dos Jornalistas — morreu paupérrimo. Pobres morreram Ferreira de Araújo, Francisco Otaviano, Ferreira de Menezes, José do Patrocínio. Através de erros possíveis, que as paixões humanas e os caprichos invencíveis dos temperamentos sempre decretam, cada um deles poderá apresentar larga fé de ofício patriótica, num rigoroso conselho de investigações. Sem dúvida alguma engalfinharam-se, muitas vezes, e deram espetáculos lastimáveis, nas polêmicas impostas

por discórdias estéreis. Mas, a vida é feita desses altos e baixos, contra os quais se baldam tôdas as cautelas... A verdade é que a imprensa foi, no Brasil, em todos os tempos, instrumento de coordenação indispensável dos anseios e esperanças que empolgaram a alma coletiva. Contra ela, por isso mesmo, se ergueram, em muitos ensejos, os braços da cólera, deformando as intenções. Os observadores de superfície acreditam que já não há na vida nenhuma vaga para os ideólogos. Por isso mesmo a imprensa é indústria e o jornalismo profissão, sem mais nada. O futuro há-de responder à acrimônia. O passado aí está, sujeito a exame, como resposta completa e honesta. A imprensa brasileira por toda parte, interveio sempre nos problemas e nos conflitos, sob influxos de ideais, magnânimos e altivos. E' o que concluíamos, ao cabo da leitura do ensaio de Nestor Ericksen "A imprensa do Rio Grande do Sul" (Livraria do Globo, editora, Porto Alegre), escrito para os anais do congresso de história gaúcha. Depois de recapitular, em **largos traços**, a fundação da imprensa, entre nós, Nestor Ericksen estuda as origens da imprensa no Rio Grande do Sul, com o "Diário de Porto Alegre", logo depois multiplicando-se em iniciativas análogas, que os motins e revoluções perturbaram, retardando. O sul, a exemplo de outros centros populosos, sofreu as influências do liberalismo, fixado nos jornais de propagando e doutrina. O "Cons-

titucional Riograndense” representou prova bem característica. As lutas de corcundas e caramurus, de chimangos e pés-de-chumbo, estenderam-se até lá, dando vida a jornais e pasquins de todos os modelos e formas. O “Amigo do homem e da pátria”, “A sentinela da liberdade na guarita da barra de São Pedro do Sul”, “A idade do pau” são títulos que explicam os processos dum tempo agitado pelas paixões, a mentalidade e o gosto desse tempo. A revolução farroupilha, bem como outras desordens, que lançaram os riograndenses nos sacrifícios das lutas fratricidas, deram margem ainda à imprensa, apaixonada e insólita, por vários motivos. Nestor Ericksen historía tôdas essas coisas com simplicidade, sem intervir nelas para dar-lhes coloridos pessoais, concedendo-nos imagens exatas do passado. Depois disto o estudo veio até à atualidade, fixando o período republicano, sobretudo, suas influências e os diversos lances da propaganda. Como ninguém ignora, o Rio Grande do Sul é, hoje, um dos grandes centros intelectuais do país, dispondo duma equipe de homens de letras, distribuídos em todos os planos da vida artística. De que a imprensa influíu no fenômeno não há dúvidas. Se as houvesse este ensaio as desvaneceria. A imprensa gaúcha é das mais prósperas, hoje, atuando poderosamente nos problemas nacionais. Aqui se relacionam jornais e jornalistas, numa demonstração segura de que uns e outros constituíram sempre

a alma, as esperanças e o espelho dos ideais de sua terra, conjugados aos ideais do Brasil inteiro. A história da imprensa no Rio Grande do Sul constitui página de honra da cultura nacional. Não temos ainda a história da imprensa no Brasil. O que existe é fragmentário. Se em cada Estado se formulassem ensaios como este poderíamos coordenar a história da imprensa com segurança e proveito. Nestor Ericksen, erudito e entusiasta, escreve com perfeito conhecimento dos fatos. Por isso mesmo este ensaio veio adiantar muito o esforço dos que, algum dia, venham a escrever a história da imprensa na nossa terra. Essa história é uma história justamente orgulhosa”.

DUNSHEE DE ABRANCHES

Dunshee de Abranches, cujo falecimento ocorreu recentemente, teve o seu nome focalizado como de um velho político de atuação marcante até a ocasião da grande guerra. Também lhe lembraram a atuação como jornalista de grande mérito, à frente das redações de “O País” e de “Jornal do Brasil”. Há, entretanto, uma outra faceta desse grande espírito, a qual não foi curada e que constitua um dos aspectos mais brilhantes da inteligência de Dunshee de Abranches. Além de político e jornalista, Dunshee de Abranches foi uma autêntica vocação de homem de letras, com atuação magnífica

em diferentes generos de ficção. Filho do Maranhão, estreitou-se na imprensa de São Luiz como abolicionista e republicano das primeiras horas. No verso e na musa, em trabalhos enfeixados em livros, deixou assinaladas as cintilações dessas campanhas memoráveis. Cultivou o romance, com grande brilho — e disto nos deixou um documento glorioso, com as páginas de "A Setembrada", porventura o mais bem trabalhado romance histórico brasileiro, livro que nos dá uma ressurreição feliz de grandes panejamentos de nossa história política.

Em prol do Maranhão literário Dunshee de Abranches fez campanhas que devem ser evocadas. Houve um instante em que se bateu na imprensa do Rio contra seu conterrâneo e amigo Artur Azevedo, para defender as glórias da terra comum. O último trabalho de Dunshee de Abranches foi uma memória sobre "O Cativo" em Maranhão — livro escrito em 1938 para comemorar o cincoentenário da Balaiada. Dêse livro deu início, em carta, ao escritor Josué Montello, e confessou a existência de capítulos bem curiosos sobre grandes homens de letras em São Luiz do Maranhão. Dunshee de Abranches que morre com cerca de oitenta anos, escreveu e publicou, numa demonstração de vida eficiente e fecunda, mais de duzentos trabalhos, dentro de diferentes departamentos da cultura e da literatura.

BIBLIOTECA DE LEIS E COLEÇÕES DE ÓRGÃOS OFICIAIS

No intuito de facilitar aos interessados o conhecimento de leis e coleções de órgãos oficiais, a Imprensa Nacional no Rio de Janeiro franqueou ao público uma biblioteca com mais de 13 mil volumes. Durante o mês de março último, a biblioteca foi frequentada por 500 consulentes, tendo havido um acréscimo de 280 sobre o mês de fevereiro, no qual se iniciou a frequência pública.

4.º CENTENÁRIO DA COMPANHIA DE JESÚS

Realizou-se na Biblioteca Pública da Baía, no dia 1.º de maio, o ato inaugural da Exposição Bibliográfica Jesuítica, comemorativa do 4.º centenário da Companhia de Jesus. Essa cerimônia contou com a presença de destacados elementos da nossa sociedade, salientando-se o dr. Jorge Calmon, Diretor da Biblioteca Pública, dr. Antônio Pithon, Diretor da Educação e os reverendíssimos padres Luiz Gonzaga Mariz, e Torrend. O dr. Jorge Calmon num brilhante improviso salientou a importância da Exposição inaugurada naquele instante onde livros de jesuítas brasileiros e estrangeiros representam uma coleção valiosíssima. Falou também o engenheiro Antônio Nonato Marquez.

O Instituto Histórico do Rio Grande do Sul que, em todo o país, foi o primeiro a promover

as comemorações do centenário da companhia de Santo Inácio de Loyola, realizou, em Pôrto Alegre, imponentes manifestações.

Esta Revista publicou também a "História de Gabriel Malagrida", famosa obra esgotada há muito, que fôra traduzida por Camilo Castelo Branco.

A MEMÓRIA DE UM GEÓLOGO BRASILEIRO

O presidente da República acaba de aprovar uma exposição do ministro Fernando Costa, na qual os técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral encarceraram a interferência do titular da Agricultura junto ao chefe do governo no sentido de ser autorizada uma série de providências, visando perpetuar a memória do antigo diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, dr. Euzébio Paulo de Oliveira, pela significação nacional e projeção científica de sua obra, dentro e fora do país, como verdadeiro símbolo da instituição que por muitos lustres dirigiu, se não mesmo da própria geologia brasileira.

ARTUR CÉZAR FERREIRA REIS

Acaba de ser eleito sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul o brilhante historiador Artur Cézar Ferreira Reis cujos dados bibliográficos damos a seguir:

Artur Cézar Ferreira Reis, nascido a 8 de Janeiro de 1906, na cidade de Manáos. Filho de Vicente Tôrres da Silva Reis e Emília Ferreira Reis. E' bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade do Brasil. Ex-professor de História da civilização e do Brasil, cursos fundamental e complementar bem como de sociologia, do Ginásio Salesiano, de Manáos. Ex-professor de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito do Amazonas. Membro do Instituto Histórico Brasileiro e da Sociedade de Geografia de Lima (Perú). Membro da Academia Amazonense de Letras e correspondente das Academia de Letras do Pará e Rio Grande do Norte. Ex-diretor da Instrução Pública do Amazonas. Ex-fiscal de Seguros do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização do Ministério do Trabalho. Presentemente exerce, em comissão, o cargo de Inspetor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no extremo-norte. Bibliografia: "História do Amazonas" (Manáos, 1931), "A explosão cívica de 1832" (Manáos, 1932), "O ensino da história do Amazonas na escola primária" (Manáos, 1934), "A questão do Acre" (Manáos, 1937), "Manáos e outras vilas" (Manáos, 1934), "As instituições do Brasil Colonial" (Manáos, 1938), "Panorama Econômico e Financeiro — A navegação a vapor, especialmente no Amazonas" (Tese oficial do III Congresso de

História Nacional). — Rio, 1939; “A política de Portugal no Vale Amazônico” (Belém, 1940), “Lobo d’Almada, um estadista colonial” (Manáos, 1940 — 2.^a edição), “Conquista do Acre” e “Casais, soldados e degredados na colonização da Amazônia” (Teses ao III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, 1940, “D. Romualdo de Sousa Coelho, primeiro bispo paraense” (Belém, 1941).

EDGAR SCHNEIDER

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realizou recentemente uma série de sessões destinadas às eleições para o preenchimento de vagas, que se achavam abertas com o afastamento de alguns sócios.

As votações se processaram com rigor e imparcialidade. Por isto mesmo, é que o fato foi registado pela imprensa com palavras elogiosas.

Para um dos lugares do Instituto caiu a escolha no Dr. Edgar Schneider.

O dr. Edgar Schneider, figura conhecida pela atuação no campo jurídico e na imprensa, impôs-se à eleição pela ampla bagagem histórica de que dispõe e da qual basta extrair os perfis de Pedro I e de Rui Barbosa, um estudo sobre o Duque de Caxias, etc.

Edgar Schneider pertence ao corpo redatorial do “Correio do Povo”, e é professor catedrático de Ciências das Finanças da Fa-

culdade de Direito, exercendo atualmente, também, o cargo de diretor dêsse tradicional estabelecimento de ensino superior.

JORGE GODOFREDO FELIZARDO

Foi eleito, por unanimidade de votos, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul o sr. Jorge Felizardo.

Nasceu êle na cidade de Pôrto Alegre a 9 de novembro de 1901, sendo filho do Dr. Joaquim José Felizardo Junior e de d. Ana Cristina Schell Felizardo; neto paterno de Joaquim José Felizardo e de d. Ermelinda Augusta de Almeida Felizardo; neto materno de Guilherme Schell e de d. Rafaela Eulália Barcelos Schell.

Professor catedrático da cadeira de Zoologia e Entomologia Agrícolas (com anatomia comparada e fisiologia dos animais domésticos), do curso de Agrônomos da Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade de Pôrto Alegre.

Fez os estudos primários no Colégio Cecília Corseuil du Pasquier; os estudos médios e secundários, no Instituto Ginásial Júlio de Castilhos; os estudos superiores, na Escola de Agronomia e Veterinária, da Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, diplomando-se no curso de engenheiros-agrônomos, em 1923, tendo defendido sua tese inaugural, sobre a “Criação de Abelhas no Rio Grande do Sul”, a 4 de julho de 1924.

Foi sócio fundador, em 1924, da Associação de Agrônomos do Rio Grande do Sul e, em 1933 do Sindicato Agrônômico do Rio Grande do Sul. Em 1926 colaborou na fundação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul e da Associação Agrícola e Pastoril de Pôrto Alegre. Em 1933, foi sócio fundador do Instituto de Estudos Genealógicos do Rio Grande do Sul, com sede em Pôrto Alegre.

Exerceu as seguintes atividades didáticas:

No Instituto Ginásial Júlio de Castilhos, de Pôrto Alegre: professor de História Natural.

No Instituto de Educação Doméstica e Rural, da Escola de Engenharia de Pôrto Alegre: professor de Alimentos e Viveres.

Na Escola de Agronomia e Veterinária, nos cursos de Engenheiros-Agrônomos e Médicos Veterinários da Universidade Técnica do Rio Grande do Sul: professor das cadeiras de: Matemática (Cálculo diferencial e integral e Geometria analítica); Apicultura; Avicultura; Sericicultura; Alimentação do Gado; Zootecnia geral; Zootecnia especial.

Na Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade de Pôrto Alegre: catedrático da cadeira de Zoologia e Entomologia Agrícolas (com Anatomia comparada e Fisiologia dos animais domésticos).

Na Sociedade Riograndense de Educação — curso rápido de agricultura para normalistas — Zoo-

logia Agrícola, Apicultura e Avicultura.

Tem desempenhado diversos cargos técnicos como Assistente Técnico da Secção de Zootecnia da Escola de Agronomia e Veterinária de Pôrto Alegre.

Assistente Técnico do Laboratório de Física do Solo, Apicultura e Sericicultura, da mesma Escola.

Auxiliar Técnico da Secção de Indústria Animal da Diretoria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado Rio Grande do Sul.

Chefe da Secção de Zootecnia da Diretoria da Produção Animal da referida Secretaria da Agricultura.

Membro da Comissão de Pecuária do Sindicato Agrônômico do Rio Grande do Sul.

Secretário da Secção de Pecuária do Conselho Consultivo da referida Secretaria da Agricultura.

Membro efetivo da 2.^a Conferência Nacional de Pecuária, realizada no Rio de Janeiro.

Pertence, também, à várias instituições:

Associação Agrícola Pastoril e Industrial do Rio Grande do Sul: Tesoureiro e 1.^o Delegado junto à Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.

Associação de Agrônomos do Rio Grande do Sul: Tesoureiro.

Associação Rural de Cruz Alta: Delegado junto à Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.

Sindicato Agrônômico do Rio Grande do Sul: Tesoureiro, Vice-Presidente e Presidente.

Revista Agrônômica — órgão do

Sindicato Agrônomo do Rio Grande do Sul — Diretor geral.

Associação Riograndense de Imprensa — Sócio efetivo.

Instituto de Estudos Genealógicos do Rio Grande do Sul — Secretário-geral.

Instituto Genealógico Brasileiro — Conselheiro e Sócio efetivo.

Instituto Heráldico-Genealógico (S. Paulo) — Sócio honorário.

Publicou, em colaboração com João Pinto da Fonseca Guimarães, no ano de 1937, o 1.^o volume da *GENEALOGIA RIOGRANDENSE*, com referência à família Carneiro da Fontoura, do Rio Grande do Sul.

Sob a forma de boletim técnico publicou, em 1929: "O Rebanho Leiteiro", "Os Silos" e "Descornameamento dos Bovinos", "A Formação de Prados Artificiais para Fenação e Ensilagem".

A colaboração de caráter técnico e cultural, tem sido feita nos seguintes jornais: "Federação" (órgão oficial do Partido Republicano Riograndense); "Correio do Povo"; "Jornal da Manhã"; "Diário de Notícias"; "A Nação", todos de Porto Alegre; "Correio do Sul" de Bagé; "A Razão" de Santa Maria e revistas: "Egatêa", revista científica da Universidade Técnica do Rio Grande do Sul; "A Estância", revista rural riograndense; "Ilustração Riograndense" e "Revista Agrônoma", órgão oficial do Sindicato Agrônomo do Rio Grande do Sul, todas de Porto Alegre; "Revista Agrícola do Rio Grande do Sul", publicada em Pelotas; "O Criador Pau-

lista", revista de pecuária brasileira; "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul"; "Revista do Instituto de Estudos Genealógicos de S. Paulo"; "Revista do Instituto Heráldico Genealógico", de S. Paulo; "Revista Genealógica Brasileira" e "Anuário Genealógico Brasileiro", ambas de S. Paulo.

CARLOS DE PAULA COUTO

Carlos de Paula Couto, que acaba de ser eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, nasceu, nesta capital, em 30 de agosto de 1910, e, concluindo o curso de humanidades no extinto Colégio Militar de Porto Alegre, ingressou no funcionalismo público federal. Tem-se dedicado, desde 1925, ao estudo da Paleontologia, por iniciativa própria, como auto-didata. Especializado no estudo dos Mamíferos fósseis, mui principalmente dos Mamíferos fósseis característicos da América do Sul.

— Membro do *National Geographic Society*, de Washington; Sócio correspondente do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*.

Trabalhos publicados:

I — Livro: *PALEONTOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL*.

Estudo geral, sintético, da Paleontologia sulriograndense, de mais de 200 páginas, com 32 figs. no texto e 26 planchas "hors texte". Edição do autor. Porto Alegre, 1940. Trabalho publicado, em partes, na Revista do Instituto His-

tórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

II — Artigos publicados em revistas científicas ou populares, nacionais e estrangeiras:

Em *VIDA DOMÉSTICA* — Rio de Janeiro:

O Homem Primitivo — Maio de 1933.

A arte e a indústria pré-históricas — Setembro de 1933.

Deus e a Vida — Novembro de 1933.

A Paleontologia — Outubro de 1934.

A Flora fóssil — Novembro de 1934.

Os Batráquios e Répteis fósseis — Janeiro de 1935.

As Aves fósseis — Março de 1935.

O Homem pré-histórico (1.^a e 2.^a partes) — Maio e Setembro de 1935.

Os Primórdios da vida e seu desenvolvimento — Maio de 1936.

O Aparecimento do Homem — Junho de 1936.

Um Grande ciclo glaciário (tradução) — Junho de 1936.

A Biogeografia e a Evolução (tradução) — Setembro de 1936.

A Paleontologia e a restauração dos animais fósseis — Outubro de 1936.

Os Fósseis (1.^a, 2.^a e 3.^a partes) — Novembro de 1936 — Maio e Junho de 1937.

Uma visita à sala de Paleontologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro — Agosto de 1937.

Os túmulos antigos da ilha de Getland (tradução) — Março de 1937.

O Orycteropus, um estranho mamífero — Dezembro de 1937.

Em *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL* — Porto Alegre:

Os Desdentados fósseis Gravigrados — II trimestre de 1937.

Um grande proboscídiano extinto: o Mamute — I trimestre de 1938.

A Paleontologia do Brasil — III trimestre de 1938.

Paleontologia do Rio Grande do Sul — III e IV trimestres de 1939 — I trimestre de 1940.

Em *REVISTA DA ACADEMIA COLOMBIANA DE CIENCIAS EXACTAS, FISICAS Y NATURALES* — Bogotá — Colômbia.

Um grande proboscídiano extinto: o Mammuth (tema desenvolvido) — Vol. II, n.º 7, Bogotá, 1938.

Os Chiropteros fósseis do Brasil — Vol. II, n.º 7, 1938.

Em *REVISTA GEOGRAFICA AMERICANA* — Buenos Aires.

Las Primeras Aves — Janeiro de 1938.

Em *CIENCIA POPULAR* — Buenos Aires.

Una visita à la Sala de Paleontologia del Museo Nacional de Rio de Janeiro — Julho de 1937.

La Paleontologia — Agosto de 1937.

Que son los fósiles — Setembro de 1937.

Los fósiles — Outubro de 1937.

Estudiando los fósiles — Dezembro de 1937.

Los reptiles monstruosos del pasado — Junho de 1938.

Los bizarros animales del pasado — Agôsto de 1938.

Las gigantescas Aves extinguidas — Outubro de 1938.

El Mamut, un gran elefante extinguido — Novembro de 1938.

Los gigantes armadillos e pere-zosos extinguidos — Junho de 1939.

— Uma série de artigos sobre "*Los Principios y evolucion de la vida*" — 1940-1941.

Em *JORNAL DO ESTADO* — Pôrto Alegre.

Restos de grandes mamíferos extintos, descobertos em SÃO GABRIEL — 15 de Março de 1939.

Uma visita à Sala de Paleontologia do Museu Nacional — 15 de Abril de 1939.

Em *MOVIMENTO* — Pôrto Alegre.

Um Milodôntilo no Pampeano do Rio Grande do Sul — Janeiro de 1941.

Em *ANUÁRIO BRASILEIRO DE LITERATURA* — Rio de Janeiro, 1940.

Répteis da Gondwana no Rio Grande do Sul.

Em *ANAIS DO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA* — 1939.

Répteis e Mamíferos fósseis do Brasil.

Em *ANAIS DO III CONGRESSO SUL RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA* — 1940.

Répteis fósseis do Brasil.

Carnívoros e Desdentados fósseis do Brasil.

GENERAL ESTEVAM LEITÃO DE CARVALHO

O Instituto Histórico honra-se por haver incluído em seu quadro de membros efetivos o nome do Exm.^o Sr. General Estevam Leitão de Carvalho, uma das figuras exponenciais do Exército, pela sua cultura e vastíssima folha de serviços prestados à nação.

Escritor elegante, de grandes recursos, pela sólida cultura geral que possui, S. Ex.^a é o autor de "A Conferência do Desarmamento", um livro que condensa toda a história da Liga das Nações e que põe em foco os debates travados na grandiosa Assembléia internacional sobre o sonho da paz universal, com comentários e confrontos oportuníssimos de observador sagaz e arguto. Um outro livro de S. Ex.^a é o intitulado "Na Revolução de 30", no qual, com espírito sereno, faz a defeza e a justificação de sua atitude como comandante do 8.^o Regimento de Infantaria, em Passo Fundo, por ocasião da Revolução de Outubro de 1930, que depôs o presidente Washington Luiz.

Conferencista eloquente, sua palavra prende o auditório, pelo tom com que sabe dizer as cousas. Desde muito moço soube impôr-se aos ouvintes, como quando tenente, de volta da Alemanha pronunciou no Clube Militar uma série de conferências, transmitindo aos seus camaradas as impressões e os conhecimentos colhidos em contato com o Exército do Kaiser.

Ultimamente publicou em bela "plaquette" a conferência que pro-

nunciou no 3.º R. C. D., nesta Capital, sobre o General Osório. Não é possível em uma simples notícia pôr em evidência os fatos notáveis da vida de tão ilustre confrade, toda ela dedicada ao serviço do Brasil. Limitamo-nos, porisso, a deixar aqui, apenas, por ordem cronológica, alguns traços notáveis de sua carreira: 1881 — Nasce a 6 de Abril, na cidade de Penedo, em Alagoas. 1898 — Ingressa na Escola Militar do Realengo. 1903 — Promovido ao primeiro posto, a 25 de Fevereiro. 1906 — Promovido a 2.º Tenente. 1908 — Diploma-se em Engenharia e em oficial de Estado Maior. 1910 a 1912 — Servindo no Exército alemão, no 4.º Reg. de Inf. da Turíngia, em Torgau. 1913 — Promovido a 1.º Tenente, passa a servir no Gabinete do Ministro da Guerra. 1918 — Adido militar no Chile até 1921. 1920 — Promovido a Capitão a 8 de Janeiro. 1922 — Conclue o curso de revisão de Estado Maior, na Missão Militar Francesa, com a nota "muito bem". 1923 — A 9 de Janeiro foi promovido a major, seguindo para o Chile como membro da Delegação Brasileira à 5.ª Conferência Pan-Americana de Santiago. 1923 — Nesse mesmo ano, de volta do Chile, segue para Genebra como técnico militar à 4.ª Assembléia da Sociedade das Nações, sendo chefe da Delegação à 2.ª Conferência de Comunicação e Trânsito. 1924 a 1926 — Representa o Brasil na Comissão Militar Consultiva do Conselho das Nações, e como 2.º delegado na

Conferência para a Regulamentação do comércio de armas, munições e material de guerra. 1928 — A 9 de Agosto foi promovido a Tenente-Coronel. 1928 a 1930 — Comandante do 8.º Regimento de Infantaria em Passo Fundo. 1930 — Promovido a Coronel. 1931 — Chefe de Gabinete do Estado Maior. 1932 — Em Genebra, como técnico militar na Conferência para a limitação e redução dos armamentos. 1934 a 1935 — Diretor da Escola de Estado Maior, chefiando ainda a Delegação do Brasil à Comissão Militar Neutra, incumbida de executar o protocolo de paz entre a Bolívia e o Paraguai. 1935 — Promovido a General de Brigada. 1936 — Comandante da 9.ª Brigada de Infantaria, no Paraná. 1937 — Primeiro Sub-Chefe do Estado Maior do Exército. 1938 — Representa o Brasil como embaixador na posse do Presidente eleito do Chile. 1939 — Comandante da 3.ª Região Militar em Pôrto Alegre. 1940 — Promovido a General de Divisão, a 24 de Maio de 1940.

E' condecorado com a Gran Cruz da Ordem "Al Merito", do Chile. E' Grande Oficial da Ordem do Condor dos Andes, da Bolívia, Comendador da Ordem do Mérito Militar do Brasil, Oficial da Legião de Honra da França; possui a Medalha, conferida pela Conferência da Paz de Buenos Aires, por serviços relevantes à paz do Continente e medalha militar de ouro com passadeira de platina.

BIBLIOGRAFIA

AS DUAS LINHAS DE NOSSA
EVOLUÇÃO POLÍTICA — Ca-
pitão Severino Sombra.

Zélio Valverde acaba de lançar, em bem cuidada edição, brilhante ensaio de história política, sob o título acima, da autoria do capitão Severino Sombra, nome conhecido na vida pública nacional e festejado pelos seus trabalhos de história e sociologia.

Com abundante documentação e admirável objetividade, o autor analisa os "sistemas de fatos" constituídos pelo movimento da independência, a abdicação de Pedro I, a regência, a reação monárquica, a crise de 1868 e o advento da República, apontando em cada um a "dinâmica ideológica" e o "meio gerador" que os caracterizam e definem dentro de uma das duas linhas: a "liberal-revolucionária" e a "reação orgânica conservadora".

Verdadeira interpretação sociológica de nossa história política, o brilhante estudo do capitão Sombra representa trabalho original nas letras históricas brasileiras contemporâneas enquadrando-se no gênero cultivado por Eu-

clides da Cunha. E' um novo setor que se abre à investigação dos nossos estudiosos e à meditação dos nossos homens públicos.

O DIÁRIO DE ANA LÚCIA —
Maria Eugênia Celso — Livra-
ria José Olímpio — Rio 1941.

Em toda a literatura brasileira não são numerosas as páginas de psicologia feminina. Entre as melhores, força é incluir agora a que acaba de realizar a escritora e poetisa Maria Eugênia Celso — "O Diário de Ana Lúcia".

Transmitindo-nos o registo simples e naturalíssimo dos sentimentos e das idéias de uma mulher criada pela sua imaginação, a autora nos põe ao vivo diante dos olhos um temperamento feminino realmente interessante.

As reações psicológicas que se processam no decurso de uma crise sentimental são maravilhosamente descritas, com um extraordinário poder de penetração e de análise.

O PEQUENO ROBINSON DE PARIS — Eugénie Foa — Tradução de Pepita de Leão — Ilustrações de Nelson Boeira Fraedrich — Edição da Livraria do Globo — Porto Alegre.

Em excelente tradução de Pepita de Leão, acaba de aparecer o livro infantil "O Pequeno Robinson de Paris", da autoria da escritora francesa Eugénie Foa.

Escrito num estilo adaptado perfeitamente à compreensão infantil e repleto de belos ensinamentos morais. "O Pequeno Robinson de Paris" é uma obra que se recomenda à leitura de todas as crianças do Brasil, maximé nesta hora em que os maiores educadores nacionais se estão interessando sobremodo com o problema da escolha de livros são para a infância de nosso país.

O trecho de "O Pequeno Robinson de Paris", cuja semelhança com a obra imortal de Daniel Defoe é apenas perceptível, gira em torno da odisséia de um pequeno órfão em Paris e de seu cãozinho Dingo.

A VIDA E A ÉPOCA DE REMBRANDT — Van Loon — Livraria José Olímpio Editora.

Em edição da Livraria José Olímpio, na coleção "O Romance da Vida", acaba de ser lançada a interessante obra de Hendrik Van Loon "A Vida e a Época de Rembrandt", traduzida competentemente por Tasso da Siveira. O autor já é um nome muito co-

nhecido dos leitores brasileiros, através de seus curiosos trabalhos de vulgarização de história e geografia. Este livro, porém, é de um outro gênero, e mesmo como biografia difere das que têm aparecido por aí. Trata-se da adaptação das memórias de um médico holandês, contemporâneo de Rembrandt e amigo deste, o dr. João Van Loon, avô remoto do escritor americano. Esse médico, tendo conhecido de perto o grande pintor, ao qual socorreu em situação verdadeiramente aflitiva, procurou dar á posteridade um testemunho dos últimos anos de vida do genial artista. Daí a obra em questão, abrangendo de maneira indireta toda a existência atribulada de Rembrandt, suas lutas, seus tropeços, sua glória; o meio em que o pintor evoluiu e os destinos que lhe cruzaram o caminho, entre os quais os dos filósofos Baruch Spinoza e René Descartes. A narrativa, conservando o frescor original, revela, a todo momento, o dedo hábil de H. Van Loon, que dentro da fidelidade histórica procura torná-la mais leve e graciosa.

MARAT, O AMIGO DO POVO —
Gérald Walter — Coleção "Biografias" — Vecchi Editor — Rio — 1941.

No momento em que o público habituado a encontrar no espírito e na literatura francesa o grande ensinamento e a leitura preferida sente que este alimento de tão fina qualidade pode lhes faltar

pelas circunstâncias e consequências procedentes de uma guerra, é confortável saber que os editores brasileiros incluem nos seus programas editoriais edições de livros franceses, ficção, divulgação, história de grandes vidas, ampliando assim ainda mais os laços que prendem as raízes das duas nações tão amigas — França e Brasil — e não deixando que se enfraqueça, à míngua do livro francês, a nossa cultura formada segundo as diretivas dos seus mais altos expoentes.

Na coleção “Biografias”, de Vecchi-Editor, acaba de ser publicada uma das mais completas e eruditas obras que já se escreveu sobre Marat, o grande lutador da Revolução Francesa; trata-se de livro escrito por Gérard Walter que, como recomendação maior dos seus méritos, se pode apontar o ter sido escolhida para uma coleção de grandes vidas, dirigida por Louis Barthou, o grande político e não menor homem de letras.

“Marat. O Amigo do Povo”, é o título do livro que foi cuidadosamente traduzido por Gustavo Barroso, da Academia Brasileira de Letras, e mereceu de Vecchi Editor uma bela apresentação gráfica, com capa de Jan Zach, o premiado artista tcheco no momento expondo nos salões do Palace-Hotel.

BOLÍVAR — Sílvio Júlio — Obra de 450 páginas, com ilustrações — Alba Editora — Rio.

A opinião unânime do continente julga Bolívar o primeiro e o maior dos campeões da solidariedade americana. É natural, portanto, que o interesse em se conhecer, no seu múltiplo aspecto, a personalidade inconfundível do gênio venezuelano, seja cada dia maior. Para isto, o meio mais indicado é o extraordinário livro do consagrado escritor Sílvio Júlio, obra que apresenta, com um conhecimento pouco comum, as doutrinas do inolvidável Libertador de Venezuela, Colômbia, Equador, Perú e Bolívia.

Quando em 1931 apareceu a primeira edição de “Bolívar” de Sílvio Júlio, o governo da Venezuela premiou-o como o mais profundo e bem escrito dos estudos relativos à obra do herói da emancipação americana.

Surge agora a segunda edição do “Bolívar”, corrigida e aumentada. Se antes a magnífica obra do historiador era considerada uma maravilha de forma e idéia, sua reedição não admite a mínima censura, tal o cuidado do autor em melhorá-la e do editor em apresentá-la condignamente.

—
ADMIRÁVEL MUNDO NOVO —
Aldous Huxley — Edição da Livraria do Globo.

Neste romance, Aldous Huxley, o escritor inglês de portentosa cultura que todo o Brasil admira

através de "Contraponto" e "Sem Olhos em Gaza", apresenta numa lógica implacável as suas fantásticas e originais concepções sobre um "admirável mundo novo" em que todos se sentem muito felizes.

Huxley, aliando a qualidade de literato as virtudes de pensador profundo, em conceitos de uma transcendência que impressiona, foca os múltiplos problemas que agitam a humanidade moderna em sua busca de felicidade, fazendo-os surgir com a maior naturalidade do entrecho deste romance fascinante destinado a marcar época no espírito de quantos o lerem.

Seu cérebro poderoso e sua viva imaginação perscrutaram o futuro para nos mostrar o mundo de amanhã numa visão surpreendente, cheia de concepções geniais, trágicas muitas vezes, e saturada sempre do incomparável "humour" de Huxley, "humour" tanto mais fino porque tenta esconder-se, fazendo aflorar irresistivelmente um sorriso sos lábios do leitor.

A aspiração de simplificar e estabilizar este mundo novo, o culto à máquina e à racionalização, criaram uma humanidade que não conhece o esforço nem a dor, obrigando-a, porém, a suprimir o amor, a emoção, as aspirações, a arte e a liberdade. Daí, um tremendo e empolgante contraste entre a utopia e a realidade.

"Admirável Mundo Novo" (Brave New World), de Aldous Huxley, é o trabalho mais pessoal de toda a sua obra.

UM GÔSTO E SEIS VINTÉNS —
W. Somerset Maugham — Edição da Livraria do Globo.

Foi a vida trágica e meteórica de Paul Gauguin que inspirou a Somerset Maugham "Um Gôsto e Seis Vinténs", um de seus romances mais fortes e humanos.

Com sua ironia amarga de céptico, Somerset Maugham nos retrata um homem desprovido de todo o senso moral, como a sociedade o compreende, que sacrifica tudo, todos e a si próprio na procura de seu ideal de beleza.

Charles Strickland, o nome que deu a seu herói, aos quarenta e três anos abandona a família, o conforto de uma vida burguesa, para entregar-se inteiramente à sua arte. A miséria e o pessimismo de todos, quanto às suas possibilidades artísticas, não o preocupam. Nada lhe importa na sua obscecante visão interior. Como um fanático, cumpre seu destino, morrendo leproso e cego numa ilha dos Mares do Sul, para onde foi levado por uma estranha intuição atávica.

É possível que Paul Gauguin já tenha sido biografado com maior fidelidade nos detalhes reais de sua vida, mas, em traços largos e violentos como sua própria pintura, jamais nenhum escritor conseguiu interpretar sua obra com maior rigor e verdade.

"Um Gôsto e Seis Vinténs" (The Moon and Sixpence) é, pois, a história de um gênio que tudo sacrifica em favor de sua arte, preferindo deixar-se arrastar irremediavelmente pela sua fé, em vez

de procurar uma adaptação às realidades da vida, representadas pela clássica moedinha de seis vinténs.

ENSAIO DE BIOTIPOLOGIA EDUCACIONAL — Everardo Backheuser — Edição da Livra do Globo.

Com “Ensaio de Biotipologia Educacional”, a Livraria do Globo acaba de lançar mais uma belíssima coleção — “Vida e Educação” — dirigida pelo prof. Álvaro Magalhães.

“Ensaio de Biotipologia Educacional!” é da autoria do conhecido educador brasileiro Everardo Backheuser, ex-diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro. Trata-se de uma notável obra de divulgação científica que vem trazer à Pedagogia um ramo precioso da ciência hodierna — a tipologia biológica e psíquica, que até então se mantivera no campo exclusivo da medicina, com incursões nas ciências jurídicas.

De início, analisa o autor as diversas correntes psicológicas para passar depois ao estudo das várias tipologias, que assim agrupa: As biotipologias — a) baseadas em caracteres fisiológicos; b) baseadas em caracteres morfológicos; c) baseadas em caracteres anátomo-fisiológicos; d) baseadas em caracteres orgânicos gerais; e) baseadas no modo de expressão B. — Psicotipologias — a) baseadas em funções psíquicas; b) baseadas em reações totais. C — “Biopsico-tipologias”.

Em rápida e substancial síntese — como muito bem salientou a ilustre educadora riograndense, Alda Fuscaldo Zanini — estuda o autor as teorias biopsicotipológicas da antiguidade até os nossos dias, detendo-se nas escolas italianas e alemãs e estabelecendo, por fim, uma doutrina eclética, de aplicação no setor educacional, em que concilia o estruturalismo de Spranger com a caracterologia do Kretschmer.

Apresenta também Everardo Backheuser sugestões preciosas para organização do fichário estrutural-biotipológico, de inestimável alcance prático para as escolas, do grau primário ao superior. Aborda também, com felicidade, o problema da seleção vocacional, problema que, por sua relevância, está a merecer estudo e meditação.

“Ensaio de Biotipologia Educacional”, por seu valor intrínseco, se imporá à leitura dos srs. professores. Abre, pois, com chave de ouro, a Livraria do Globo a sua coleção — “Vida e Educação”, que nosso culto professorado brasileiro, estamos certos, receberá com júbilo e simpatia.

GETÚLIO VARGAS — Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque — Livraria José Olímpio Editora — Rio — 1941.

Muito se tem escrito, nos últimos tempos, acerca da vida e da obra do Presidente Getúlio Vargas.

Representantes de várias gerações têm trazido a lume os seus depoimentos, cada qual mais expressivo, sobre a personalidade do estadista levado ao poder em 1930.

Entre esses depoimentos, com o merecido destaque, cumpre incluir o do sr. Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, cujo "esboço e biografia" acaba de aparecer numa primorosa segunda edição, lançada no mercado pela Livraria José Olímpio.

Com equilíbrio, bom senso e amor a verdade, qualidades marcantes de um destino de escritor, o autor procura fixar, nos seus variados aspectos, a individualidade do Chefe do Governo Brasileiro.

Não há um traço de exagero, nenhuma efusão descabida, nenhum rasgo de entusiasmo fácil em todas as 250 páginas do livro, como bem o observa o ilustre escritor Gilberto Amado, em seu prefácio.

O presente livro representa o depoimento de uma geração sobre o destino de um grande homem e a ação que lhe coube desenvolver no sentido de levar um povo à conquista da civilização.

CAMINOS — Editorial Zig-Zag —
Santiago do Chile — 1939.

Páginas exuberantes de sangue e nervos, de humanidade e valentia, são as que constituem este livro de Elinor de Monteiro. É um interessante repositório de impressões da vida de hospital, movimentado e cheio de observa-

ções reais de quem por certo conviveu com os que sofrem.

Na selva triste do livro reponta aqui e ali uma nota discreta de humor e de sátira, que lembra sorrisos aflorando na sombra.

EL ROSTRO DE LA PATRIA —
Ediciones "Hipocampo" — Buenos Aires — 1940.

Arturo Cambours Ocampo lan-ça diante do Velho Mundo convulsionado pelo cataclismo da guerra, o seu grito poético, em cuja impetuosidade se sente a angústia que enubla a face amada de sua pátria.

E a dor desesperada de seus cantos pode-se dizer que é a voz amargurada da América, nesta hora aziaga do mundo.

"El rostro de la Patria" é um livro de muita poesia e grande força expressional.

ANTOLOGIA POÉTICA — Edicio-
nes Zig-Zag — Santiago do
Chile — 1940.

Juana de Ibarbourou, a grande poetisa uruguaia, acaba de ver lançar-se uma antologia de versos de sua autoria, o que por certo constitui um belo acontecimento literário de repercussão continental, em face do prestígio que goza o seu nome no seio dos leitores americanos. E nenhuma admiração é mais justa do que esta votada ao formoso talento de Juana de Ibarbourou, a admirável artista de "El Cantaro Fresco".

INTEMPERIES — Rosamond Lehmann — Romance — Vecchi Editor — Rio — 1941.

Há quem tenha observado que a literatura inglesa, mais que qualquer outra, é rica em escritoras ficcionistas, tôdas quase sempre muito boas; analisando esta observação, um ensaísta atribue isto ao fato de não ter a mulher inglesa o hábito da confidência; os sexos, na Inglaterra, são como outras classes; a vida dos clubes, das sociedades em separado, afasta o homem da mulher. A religião da maioria não reconhece a confissão, de maneira que até esta válvula lhes falta. Daí a frequência com que as mulheres fazem diários, livros de pensamentos e sobretudo romances. Escrevendo aquilo que naturalmente viveram, os dramas pessoais, dizem, pelo livro, como se aquilo tivesse se passado com outras pessoas, aquilo que aconteceu consigo mesmas.

Na Inglaterra de hoje Rosamond Lehmann é a maior escritora; os seus romances são traduzidos e lidos em todos os idiomas. Há dois anos publicou-se entre nós "Convite à Valsa"; agora pelo mesmo editor, nos vem à mãos "Intempéries", a maior obra da romancista.

Não é um romance fútil; pelo contrário, é um livro denso de vida, onde as figuras, mesmo as mais humildes, os velhos e as crianças crescem de importância sempre, ante o leitor, pela maneira com que estão retratadas, do modo como vivem. Podemos ter a convicção de que aí temos a vida

da Inglaterra, retratada na sua sociedade, onde são tão preconceituosas as relações entre os nobres e os simples mortais.

CANÇÕES DAS SETE CÔRES — Oliveira Ribeiro Neto — Livraria José Olímpio — Rio — 1941.

Em bela edição, a Livraria José Olímpio entregou ao público brasileiro um dos mais interessantes cadernos de poesias editado entre nos últimos tempos — o "Canções das Sete Côres", de Oliveira Ribeiro Neto.

Quem quer que acompanhe o desenvolvimento das letras nacionais e, em particular, de nossa poesia, há-de reconhecer o lugar de merecido relêvo que hoje ocupa o admirável poeta paulista.

A poesia de Oliveira Ribeiro Neto sempre impressionou os nossos melhores críticos pelo seu alto teor lírico, pela sua espontaneidade, pela sua clareza, pela sua naturalidade.

WINSTON CHURCHILL — René Kraus — Edição da Livraria do Globo — Pôrto Alegre.

Foi em 1895, num jantar oferecido a seus companheiros do Queen's Own Hussars, que o jovem Winston Churchill propôs um brinde "àqueles que contam hoje vinte e um ano de idade e que, dentro de três décadas, controlarão os destinos do Império Britânico".

Descrevendo uma vida em que o atrevimento, a aventura e o triunfo sobrepõem qualquer obra de ficção, René Kraus mostra como aquelas proféticas palavras se tornaram verdadeiras. Guerreiro, escritor e estadista, Winston Churchill cativou a admiração da Inglaterra aos vinte anos e ao atingir a meia-idade.

Membro de uma das mais ilustres famílias da Inglaterra — seu avô foi um duque de Marlborough — Churchill incluiu em sua formação, a verve herdada de sua bela mãe norte-americana. Sua inquietação começou na dura rotina da vida de acampamento, em Sandhurst, inquietação que o levou depois à rebelião cubana como soldado e correspondente de um jornal de Londres. Continuou mais tarde sua dupla tarefa de soldado-correspondente na Índia — onde seus despachos constantemente se confundiam com os boletins do exército; no Sudão, com a expedição contra os derviches; e na África do Sul, durante a Guerra dos Boers. Sua inacreditável escapada da prisão boer é uma das mais empolgantes histórias de fuga até hoje relatadas.

Aos vinte e seis anos de idade, Churchill entrou para o Parlamento em meio a uma onda de popularidade poucas vezes vista nos tempos modernos. Aos trinta, ocupou um posto no governo. Aos quarenta, foi membro do Gabinete Interno de Guerra. Mas sua lealdade partidária era suspeita: o ídolo do povo era muito “irregular” na maneira de ver dos líderes do partido. Depois uma car-

reira brilhante chega a primeiro ministro da Inglaterra, nos dias atuais.

Craveiro Costa — A CONQUISTA DO DESERTO OCIDENTAL (Subsídios para a história do Território do Acre). — Vol. 191 da “Brasiliiana”. — Cia. Editora Nacional. — São Paulo, 1940.

Trata-se de uma nova edição, ilustrada, da obra de Craveiro Costa, escritor alagoano, já falecido — *O Fim da Epopéia*, que é uma síntese da história do Território do Acre. A reedição desse trabalho é empreendimento digno de louvor, tanto mais quanto os editores procuraram garantir-lhe a atenção do público da *Brasiliiana* e o apresentam, dessa forma, com uma longa introdução e notas do sr. Abguar Bastos. Não há dúvida que este livro constitui uma crônica mais completa hoje existente relativa a história acreana, embora escrita há alguns anos.

Afonso Schmidt — A VIDA DE PAULO EIRÓ. — Vol. 182 da “Brasiliiana”. — Cia. Editora Nacional. — São Paulo, 1940.

Paulo Eiró, poeta paulista dos meados do século passado, encontrou o seu biógrafo em Afonso Schmidt — poeta e escritor paulista de nossos dias. É com a maior ternura que A. Schmidt nos fala do seu modelo e reconstitue a sua vida: ele escreve “como quem conta uma delicada histó-

ria de amor". O biógrafo se identifica com o biografado; poetas ambos, eles se entendem e se explicam. Afonso Schmidt narra com naturalidade e alguma paixão evocativa a existência de Paulo Eiró: "Fazer-lhe a biografia — ele diz, no prefácio, — é contar a história de um poeta que amou; mais do que isso, de um poeta que enlouqueceu de amor." Este livro, que contém ilustrações de Wasth Rodrigues, apresenta, na parte final, uma coleção de poemas do biografado, organizada, prefaciada e anotada por José A. Gonçalves.

excelente e utilíssimo trabalho dos maiores Artur H. Bryan, do Departamento de Ciências do Baltimore City College e Charles G. Bryan, do Corpo Médico do Exército Imperial Inglês. Dividido em três partes, — princípios de bacteriologia, bacteriologia médica e serologia e imunidade — o livro em questão é de uma admirável simplicidade e clareza no expor e desenvolver a interessante matéria a que se refere, tornando-se, desse modo, acessível mesmo aos leigos, além de ser uma obra modelar para os que se iniciam nos estudos bacteriológicos.

N. S. DO PERPÉTUO SOCORRO
— A. Henrique dos Casais —
Tip. do Centro S. A.

Um punhado de versos crentes e tocados de unção religiosa, de fervor devoto, de suave adoração, eis a pequena brochura que recebemos. O autor dedica a d. João Becker o seu livro, em que as almas místicas encontrarão celestiais harmonias e tranquilizadores cânticos de piedade e fé.

AÇÃO SOCIAL DE LEÃO XIII —
Fernando Calage.

A "Ação Social de Leão XIII, com o qual o nosso brilhante sócio Fernando Calage contribúe para as comemorações do cincoentenário da encíclica "Rerum Novarum".

Essa obra é formada pelos artigos que, sobre o assunto, aquele ilustre jornalista e escritor publicou no "Jornal do Comércio", do Rio.

PRINCIPLES AND PRACTICE OF
BACTERIOLOGY — Bryan Barner & Noble — N. York.

Na sua já nossa conhecida "College Outlines Series", a grande casa editora norte-americana Barnes & Noble Inc., de Nova York, acaba de lançar os "Principles and Practice of Bacteriology",

Comenta Fernando Calage as idéias de Leão XIII, consubstanciadas na célebre encíclica, expondo conceitos em que ressalta a cooperação valiosa daquele Papa para a renovação dos costumes da sociedade e do sistema econômico, nas lutas travadas entre o capital e o trabalho.

Escrita em estilo fluente e claro, Fernando Calage oferece um

excelente trabalho para os estudiosos da questão social.

Presta-nos assim inestimável serviço o distinto sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul.

UM HERÓI MODERNO — Louis Bromfield — Edição da Livraria do Globo — Pôrto Alegre.

Sinclair Lewis, no célebre discurso que pronunciou ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, chamou a atenção do mundo para o grande interesse que encerra a obra de Louis Bromfield para o leitor europeu e americano. “Um Herói Moderno”, o romance mais recente d’este famoso escritor ianque, é a dramática e impressionante história de um artista de circo que ascendeu as mais altas rodas financeiras, guiado por sucessos aparentes, para, afinal, desintegrar-se moralmente, após uma queda espetacular.

E Louis Bromfield, com sua técnica de mestre, em quadros cheios de relêvo, sabe manter o leitor irremediavelmente preso a narrativa. De Duesseldorf a Chicago, a trajetória de Pierre Radier — o herói da história — é cheia de múltiplos episódios interessantes, os quais, pela sua variedade e colorido, estão constantemente lembrando ao leitor a posição de destaque que ocupa o autor desta obra no panorama literário norte-americano.

“Um Herói Moderno”, em re-

sumo, é a história de um homem que sacrificou o amor, a felicidade e a vida a sua ambição de poderio e riqueza.

É o romance de uma vida em que se cruzam os romances de várias outras vidas; em que o cenário vai de um circo ambulante pelas vilas e cidades da América do Norte até os palácios magníficos da aristocracia financeira.

O escritor brasileiro Darci Azambuja, que fiel e impecavelmente traduziu este romance de Louis Bromfield para o português, referindo-se a êle, teve oportunidade de escrever o seguinte:

“Um Herói Moderno” é o livro mais intenso e mais humano da literatura americana. Há nele de tudo: o drama e a tragédia, páginas de encantadora suavidade e poesia, e cenas de inaudita violência — a alma humana, enfim, no que ela tem de mais nobre e no que tem de pior.”

O volume, com uma sugestiva capa do prof. João Fahrion, faz parte da famosa Coleção Nobel, da Livraria do Globo, de Pôrto Alegre.

CÉU VAZIO — Lila Ripoll — Edição da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1941.

Lila Ripoll, que já conhecemos como uma das mais fortes expressões da literatura feminina do Brasil, através do seu primeiro livro (“De Mãos Postas”) e da publicação esparsas de outras

poesias, acaba de lançar o seu segundo volume — “Céu Vazio”, editado pela Livraria do Globo, de Pôrto Alegre.

Há nos versos de Lila algo de sorrateiramente contagioso que se agarra na alma da gente e fica ressoando lá dentro como se ali estivesse enraizando e crescendo. Constitue hoje em dia quase uma fórmula de menor esforço recomendar os versos de alguém pela sua natureza e sua simplicidade. Acontece, porém, que os versos de Lila Ripoll fogem à necessidade do elogio ou da análise. Tudo o de que eles precisam é de ser lidos. Assim como não é preciso explicar por que fenômenos a primavera é tão terna e suave, por que é tão fresca a manhã ou tão maravilhoso o luar, não é preciso também dizer a que se deve aquela bondade irradiante que brotam em cada poema, em cada frase, em cada verso desta cristalina e sutil poetisa riograndense! Sim, porque há nos versos desta mulher algo que a gente só pode sentir, parecido com a influência benfazeja de todas as coisas boas do céu e da terra: a primavera, as manhãs e o luar. No momento, porém, de pretender dissecá-la, como se costuma dizer, a poesia de Lila Ripoll escapa-se do cérebro, e fica apenas ressoando alegremente dentro de nós, como uma fibra irmão e generosa.

É por isto que não elogiamos nem analisamos a sua poesia: porque ela pertence ao rol das coisas inexplicáveis, o que, de

resto, significa pertencer às coisas eternas do Universo.

“Céu Vazio”, que acaba de ser publicado pela Livraria do Globo, apresenta-se num sugestivo volume com capa a côres.

A PRIMEIRA PARÓQUIA DE PÔRTO ALEGRE — Nossa Senhora da Madre de Deus (1772-1940 — Mons. Dr. João Maria Balem — Tipografia do Centro S. A. — Centro da Boa Imprensa — Pôrto Alegre — 1941.

Monografia realmente de valor para os estudiosos dos problemas históricos do Rio Grande do Sul esta que agora acaba de ser publicada pelo erudito Monsenhor Dr. João Maria Balem, cura da catedral de Pôrto Alegre.

Aparece em volume separado e enriquecido de notas novas, pois o trabalho originalmente tinha sido publicado na interessante obra “Pôrto-Alegre-Biografia de uma cidade”.

“A primeira paróquia de Pôrto Alegre” traz ótimas informações sobre as nossas origens religiosas e, entre muitos capítulos, destacamos um a respeito dos jesuítas portugueses no pôrto de Viamão, outro que trata da padroeira de Pôrto Alegre e também uma pequena biografia de D. Antônio do Destêrro.

Circunstanciadamente nos dá a relação dos parocos, vigários da vara e curas da catedral, além de uma descrição do território paróquial e seu desdobramento.

O ensaio do Monsenhor João Maria Balem é de muita importância.

ESTRANGEIROS EM S. CATARINA — Lourival Câmara — Departamento Estadual de Estatística do Estado de Santa Catarina — 1941.

O sr. Lourival Câmara examina um dos mais delicados problemas do momento brasileiro mas o faz com serenidade e elegância.

Seu ensaio se inicia com um atento estudo sobre os tipos da sociedade catarinense, passando de imediato para a apreciação da colonização e chega a um terceiro capítulo, falando dos estrangeiros em Santa Catarina.

Entra depois o autor a comentar o que ele chama atividade dos estrangeiros, estabelece, que são as partes essenciais do estudo, os efeitos benéficos e os efeitos maléficos da colonização.

Com umas conclusões das mais felizes, repletas de bom senso, o autor encerra seu trabalho, sem deixar de acrescentar a legislação estadual.

“Estrangeiros em Santa Catarina” apareceu na “Revista de Imigração e Colonização”.

O assistente-chefe do Dep. Est. de Estatística, cargo que o autor ocupa em Florianópolis, além do exercício efetivo de professor em estabelecimentos particulares de ensino, escreveu uma memória digna de leitura.

OS HERÓIS DO CAARÓ E PIRAPÓ — Pe. Luiz Gonzaga Jaeger S. J. — Edição da Livraria do Globo — Porto Alegre.

Trata-se de uma obra de fôlego escrita com rara erudição. O Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, ilustre membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, contribue, com este livro, para o entendimento dos grandes fastos religiosos e sociais da época jesuítica no continente sul-americano.

Não cabe nas proporções destas notas, e é pena, uma crítica detalhada da obra que o brilhante historiador acaba de publicar mas apenas um rápido registo assinalando o aparecimento auspicioso do último livro do Pe. Luiz Gonzaga Jaeger.

“Os heróis do Caaró e Pirapó” tem quarenta e três capítulos e perto de quatrocentas páginas.

Todo o volume é escrito sob as vistas da melhor bibliografia, documentos de arquivo e, o que é mais importante, diante de um inquérito pessoal do autor na região missioneira afim de localizar, na atualidade, os pontos obscuros da tragédia de Pirapó e o drama sangrento do Caaró, além de outros detalhes importantes.

O livro possui partes verdadeiramente belas; passagens que são por sua vez também esplêndidas lições de história e um prático índice onomástico, bons mapas e fotografias.

**MEMÓRIAS DOS BENEFÍCIOS
POLÍTICOS DO GOVÊRNO DE
EL-REI NOSSO SENHOR D.
JOÃO VI — José da Silva Lis-
boa — 2.^a edição Arquivo Na-
cional Rio de Janeiro.**

O Arquivo Nacional presta as letras históricas mais um inestimável serviço publicando a famosa memória do Visconde de Cairú, então deputado da Real Junta de Comércio e Desembargador da Casa da Suplicação.

A memória que tinha sido composta na Impressão Régia, em 1818, por ordem de Sua Majestade, no Rio de Janeiro, era obra rara.

Vilhena de Moraes, ilustre cultor da literatura histórica e que dirige com brilho o Arquivo Nacional, casa dos tesouros da tradição da América Portuguesa, reedita as memórias d'este homem que aos vinte e dois anos era professor de grego e hebraico na Universidade de Coimbra.

A importância d'este estudo do fim do nosso período colonial não precisa ser salientada.

Foi uma contribuição do Arquivo Nacional à Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal.

AFRICANOS NO BRASIL — Nelson de Sena — Belo-Horizonte.

O sr. Nelson de Sena, que se preocupa de longa data com os estudos afro-negros quando, entre nós, tão grande social não merecia a consideração dos escritores brasileiros, acaba de publicar

um livro mestre, livro que é honesto resultado de pacientes pesquisas.

O autor não se ateuve apenas ao fenómeno linguístico mas examinou os aspectos etnográficos, tirando-os da permanente confusão que sempre andaram e examinou, com um gosto de detalhes e erudição, o papel do negro na música e na cozinha, no teatro e no exército, na economia e na pintura, na literatura, etc.

Contém rico adagiário, além de uma variadíssima matéria de fundo sociológico.

É um livro de mestre e ninguém poderá escrever sobre o negro no país sem consultar o "Africanos no Brasil" de Nelson de Sena.

**D. ROMUALDO DE SOUZA COELHO — Escôrço biográfico —
Artur César Ferreira Reis —
Belém do Pará — 1941.**

E' a vida do oitavo bispo do Pará que o sr. Artur César Ferreira Reis estuda magistralmente neste seu último volume.

O A. tem sido de uma operosidade intelectual das mais raras entre nós, onde a gente de letras é indolente e sem gosto pelos estudos históricos, afinal muito trabalhosos porque demandam pesquisas e leituras de documentos.

Mas o sr. Artur César Ferreira Reis nos deu, nestes últimos anos, uma série de bons ensaios de interpretação histórico-sociais do ambiente do extremo norte do Brasil.

D. Romualdo que teve, na região amazônica, inesquecível papel e que, além de sua obra de sacerdote, defrontou problemas políticos difíceis como o da "Cabanaagem", merece do A. um retrato fiel, imparcial e de muita beleza literária.

HISTÓRIA DE PORTUGAL — Tomo I — Introdução Geográfica — Antônio Sérgio — Livraria Portugália — Lisboa — 1941.

Livro de um dos espíritos mais finos da nova literatura de além mar, a "História de Portugal" é uma obra revolucionária, moderna e original, pois as condições geográficas, este é o tema do volume de introdução, são estudadas diante das novas teorias sociológicas.

O A. examina o ambiente geográfico e as regiões naturais-sociais de Portugal na península ibérica ou o regime das águas e seus problemas e as regiões geográfico-sociais.

Discute, com dados científicos de alto valor, o problema do clima e os planos atuais para a correção do ambiente físico.

O capítulo sobre as entradas geográficas é magistral.

A síntese que faz ao interpretar as condições morais, econômicas e espirituais da raça, num parágrafo referente a população, não são páginas menos belas, pelo contrário, Antônio Sérgio se mantém na mesma linha mental que se observa em todo o livro: elegância, cultura e personalidade.

OS NOSSOS ALMIRANTES — Henrique Boiteux — Nono volume — Imprensa Naval — Rio — 1941.

Livro escrito em continuação a série que o A. iniciou sobre o pouco conhecido assunto da história naval brasileira.

Neste nono volume, o autor, almirante reformado, reúne quinze biografias dos nossos pró-homens da armada brasileira.

Entre os biografados contam-se os nomes dos barões do Ladário, de Corumbá e da Passagem.

Henrique Boiteux é um historiador de nomeada, escreve bem e baseia-se, o que é de grande importância, em documentação séria!

"Os nossos almirantes" é um livro de grande valor.

NÓS E A NATUREZA (O Romance da Física) — Paul Karlson — Edição da Livraria do Globo — Porto Alegre.

Os físicos sempre se empenharam em formar uma idéia clara do mundo que os rodeia. Armam os olhos de óculos, de lentes poderosas, de telescópios, e julgam vislumbrar uma paisagem risosinha, inundada de sol, com árvores, casas e máquinas. Chegando mais perto, verificam, porém, decepcionados, que a suposta clareza se desvanecera e que se defrontavam com véus de neblina, errantes, vagos, incolores, mais e mais afastados, à medida que se aproximavam.

Assaltou-os então o receio de que o ameno panorama descortinado fôsse pura miragem: manchas nas suas lentes. É o que eles chamam “derrocada da física”, e sôbre isso é que versa este admirável “Nós e a Natureza”, de Paul Karlson.

No entanto, mal se pode falar dêste processo de dissolução, sem descrever antes a imagem que se dissipou. O leigo em física assemelha-se ao espectador que chega ao teatro, após o primeiro intervalo. Abrem-se as cortinas do palco e surge na cena uma forma estranha que chamaremos — o “electron positivo”. A simples aparição dessa figura, rompe na platéia uma hilaridade desenfreada. Os físicos presentes sacodem-se, em acessos de riso. O retardatário olha-os, estupefato. Não vê razão para tamanha alegria, não conhece o papel do “electron positivo”. Falta-lhe, em suma, o primeiro ato. E, nesta matéria, o que importa é justamente a primeira parte. A segunda constitui antes uma sessão privada, para diletantes de gostos requintados. Paul Karlson, pois, em “Nós e a Natureza” procedeu com acêrto, tratando dos preliminares da física ordinária tal como reina hoje e reinará sempre, sem restrições, fora dos laboratórios científicos, na técnica e na vida.

Os conceitos principais, as idéias que voltam de contínuo e cujo sentido, a-pesar-da leitura, se esquece facilmente, estão resumidas no índice técnico, no princípio do livro. Naturalmente Paul Karlson não descurou a segunda par-

te do drama: a “derrocada da física”. Procurou descrevê-la prescindindo da matemática e nos termos mais claros e simples possíveis.

Muita gente costuma dizer: — “Nunca cheguei a entender a física!”. Isso não autoriza a dar o caso por liquidado. Afirma-se que muitos negros da África central são “chauffeurs” exímios, embora nada entendam de motores de automóvel. Os técnicos, os físicos — exceto Paul Karlson — timbraram sempre em rebaixar o leigo às condições dêsses nativos, deixando-o entregue a si mesmo, no que concerne aos processos interiores, tanto de um aparelho de rádio, como da imagem do universo. Deve ser o contrário. Temos o direito de ser iniciados, pelo menos de um certo modo, e para tanto basta um pouco de boa vontade.

Em “Nós e a Natureza” (O Romance da Física), Paul Karlson nos conduz através de todos os modernos laboratórios nos quais se investigam as forças da Natureza.

Ele nos detalha os alicerces do mundo: elementos, átomos e moléculas, — contando o que desejamos saber acêrca da eletricidade, o que é o calor, qual a temperatura máxima até hoje medida, por que o firmamento é azul, por que não há relâmpagos quando o céu está límpido e de onde vem a luz. Conta-nos também acêrca do infinito, do Cosmos e muitas coisas mais.

“Nós e a Natureza” não é, pois, de forma alguma, um livro ári-

do, de teorias complicadas e nomenclatura científica: é uma leitura interessante, agradabilíssima e realmente proveitosa.

Numa prosa ágil, cheia de vivacidade e humor, são tratados os mais transcendentais problemas e teorias. Paul Karlson, dominando perfeitamente o assunto, soube apresentá-lo de forma tal que tornou a sua leitura instrutiva, compreensível para qualquer pessoa e, simultaneamente, atraente, prendendo a atenção da primeira à última página.

"Nós e a Natureza", em ótima tradução de Marla Guaspari, aparece na excelente Coleção Tapete Mágico, da Livraria do Globo, de Pôrto Alegre.

MARECHAL GABINO BEZOURO,

Homenagem: Discursos do General Pedro Cavalcanti e dr. Guilherme T. C. Cintra — Rio de Janeiro, 1940.

A Inspetoria do Ensino do Exército homenageando o primeiro Inspetor do Ensino do Exército, Marechal Gabino Bezouro, inaugurou seu retrato no salão nobre da Inspetoria. E, por essa ocasião, foram recitados os dois discursos que compõem o livro, excelentes peças oratórias que enaltecem o ilustre e insigne militar que foi o primeiro Inspetor do Ensino do Exército: o Marechal Gabino Bezouro.

CIDADE DE FORTALEZA — Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda — Estado do Ceará — MCMXLI.

Trata-se de magnífico álbum da Cidade de Fortaleza precedido de uma nota histórico-geográfica da **Princeza do Norte**, a bonita capital cearense.

São 22 vistas, precedidas do retrato do Prefeito, que mostram o alto grau de progresso da primeira cidade do Ceará. Belos edifícios, lindos e encantadores monumentos, como os a José de Alencar e ao General Tibúrcio, e mais a imponente e importante "Cidade da Criança", etc. Cidade moderna em grande parte, sua planta lembra um tabuleiro; longas ruas retas, sem altitudes, Fortaleza tem, de certo modo, a tristeza das planuras, abrandada, porém, na cidade, pela sua vida e pela imponência de seus edifícios melhores: Clube Iracema, Serviço de Malária, Edifício Antônio Digo, Palácio do Comércio, Faculdade de Direito, Palácios do Governo e da Prefeitura, etc., etc. Magnífico meio, êsse, de melhor nos conhecermos e, por isso, não regateamos aplausos ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Estado do Ceará.

INDICADOR ALFABÉTICO DOS ATOS OFICIAIS GERAIS REFERENTES AO MINISTÉRIO DA GUERRA, organizado na Secretaria Geral do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — 1940.

Útil publicação que além dos atos do Ministério da Guerra, com-

preende os principais atos dos outros Ministérios e demais dependências da União, durante o ano de 1939.

Organizado em ordem alfabética, como dicionário, a obra em apêço torna-se de fácil consulta o que ainda mais aumenta seu valor.

**ATAS E OUTROS DOCUMENTOS
DO 43.º CONCÍLIO da Igreja E-
piscopal Brasileira, realizado**

em S. Paulo de 12 a 16 de fevereiro de 1941.

Folheto reunindo regulamento, atas, relatórios, etc. do 43.º Concílio episcopaliano realizado na Capela da Trindade de S. Paulo.

Completa o folheto uma série de quadros estatísticos sobre o movimento episcopaliano no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, onde tem maior número de paróquias e Congregações.

Revista das revistas

I

"Arquivo Nacional"

Volume XXXVI das publicações.

Rio de Janeiro.

"Pareceu-me, então, ser chegado, afinal, o momento de voltar os olhos para a premente necessidade de reiniciar a série das "Publicações do Arquivo", interrompidas no vo-

lume 35", diz o sr. Vilhena de Moraes, ao apresentar o esplêndido volume que traz útil matéria para o estudioso da nossa história, e assim temos a boa notícia do reaparecimento de tão indispensável revista de cultura.

O "Catálogo do Arquivo de S. Paulo" e o "Índice Alfabético de documentos relativos a Sesmarias" constituem os principais assuntos do presente número das publicações do Arquivo Nacional.

O Catálogo da Secção Histórica do Arquivo de S. Paulo contém, entre outras coisas Sesmarias, Patentes, Provisões e Cartas Régias e o resumo das sesmarias concedidas pelos Capitães-mores, locotenentes da Capitania de S. Vicente.

O índice Alfabético de documentos relativos a Sesmarias compreende as sesmarias dos seguin-

tes estados: Alagoas, Baía, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, S. Paulo e Sergipe

"Revista do Brasil"

Maio 1941

A "Revista do Brasil" dirigida, nesta 3.^a fase, pelo brilhante homem de letras Otávio Tarquino de Souza publica um número especial, número de maio dêste ano, dedicado exclusivamente ao romance brasileiro.

Colaboram os seguintes escritores: Tristão de Athayde, Aurélio Buarque de Holanda, Astrogildo Pereira, Pedro Dantas, Augusto Mayer, João Alphonsus, Lúcia Miguel Pereira, Barreto Filho, Álvaro Lins, Sérgio Buarque de Holanda, Oswaldo de Andrade, Waldemar Cavalcanti, Mário de Andrade, Orris Soares e Roberto Alvim Corrêa.

Aparecem estudos interessantíssimos como "Três romancistas regionalistas: Franklin Tavora, Tau-

nay e Domingos Olympio" ou "Raul Pompéia: O Atheneu".

Tôda a matéria é de grande valor os artigos e ensaios são ótimos e não há mesmo o que diferenciar.

Este número da Revista do Brasil é indispensável a compreensão do romance nacional.

**"The
Hispanic
American
Historical
Review"
February
1941.**

Conhecida de todos os historiadores, a "The Hispanic American Historical Review", dirigida por John Tate Laning, um apaixonado dos problemas antigos do continente, está numa fase de franca aproximação com o Brasil, aliás movimento generalizado em todos os setores de atividades da grande república do norte.

Neste número, chega a publicar um artigo ou melhor uma página em português, o que constitui já um passo importante nas nossas relações intelectuais, pois a língua portuguesa dificilmente é usada nos Estados Unidos, mesmo nessas ocasiões quando então se recorre, com frequência, ao espanhol.

A amizade que está aproximando tôdas as pátrias americanas trará inestimáveis vantagens principalmente nesse terreno dos estudos históricos e sociais.

Entre os bons artigos que nos interessam de mais perto, a revista hispânica publica: "British Mediation between Spain and Her Colonies: 1811-1813" de John Ryd-jord e "The Relations of the Uni-

ted States with South America during the American Civil War" de Nathan L. Ferris.

O que torna esta publicação realmente notável é a sua secção bibliográfica: noticiário completo sobre os livros históricos aparecidos no continente.

"Revista Filológica" Arquivo de estudos de filologia, história, N.º 5 etnografia, folclore e

Abril 1941 crítica literária dirigido pelo Ten-cel. Ruy Almeida, ilustre e brilhante professor de português do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

E' diretor-secretário o sr. Jacques Raymundo especialista de melhor nome em assuntos de português e professor de sua especialidade no Colégio Pedro II.

Tôda a matéria dêste número é de grande valia e colaboram, com artigos especiais, os srs. Hildebrando Siqueira, Augusto Magne, B. Sampaio, Pinheiro Domingues, Pedro A. Pinto, José Oiticica, Cândido Jucá (filho), Lindolfo Gomes, Joaquim Ribeiro, Monte Araes, Artur de Almeida Tôrres.

Destacamos, sem entretanto deixar de recomendar as demais colaborações, "O português em outras línguas", "O elemento ibérico e céltico no português" e "À margem de provérbios e frases populares".

A obra que a "Revista Filológica" está realizando é das mais significativas no terreno pouco trabalhado dos atuais estudos da língua.

Boletín de Historia y antigüedad Sobre à mesa da nossa Biblioteca tive-

Bogotá Colombia 1941. mos o prazer de encontrar os números 315, 316, 317, 318, do órgão oficial da Academia Colombiana de

História, editado sob a direção inteligente do prof. Luiz Augusto Cuervo.

O primeiro número apresenta magnífica colaboração, o que também caracteriza os demais periódicos.

Destacam-se os fatos históricos referentes à comemoração cívica do 4.º Centenário da fundação da Cidade de POPAYÁN; outrossim é prestada homenagem à memória do General Tomás Cipriano de Mosquera, nascido na mesma localidade em 27 de Dezembro de 1799.

A personagem invulgar de Mosquera, "El Libertador, el Hombre de las Leyes, el Gran General" é estudo no quadro social e político da Nação colombiana, deixando em evidência o gênio de estadista, que soube compreender o sentido nacional e continental da Revolução Sul-Americana, no Século XIX. J. T. C.

Boletim Municipal P.-Alegre
N.º 7

Janeiro e Abril

Esta ótima publicação que leva o modesto título de Boletim é verdadeiramente uma importante revista de história dirigida pelo nosso operoso e distinto confrade Walter Spalding.

Publicam-se pela (primiera vez) no presente número, "As verean-

ças das Câmaras de Viamão e Pôrto-Alegre", precioso documentário indispensável ao historiador da vida sul riograndense.

O material em aprêço vem anotado cuidadosamente pelo diretor do Boletim.

Segue-se um estudo sobre o Barão de Rio Branco, reimpressão de um ensaio de Graciano Azambuja aparecido em um conhecido "Anuário". O artigo fôra publicado em 1896 e agora aparece aumentado de notas de Castilhos Goycochêa e de Spalding, este último escreve a respeito de Graciano Azambuja.

Além de uma parte oficial e outra informativa, é transcrita uma crônica de Gastão Haslocher Mazeron intitulada "Os bailes de outros tempos" e escrita com singeleza e muita evocação, características dêste cronista da cidade, cronista comovido e bem informado.

Traz também a esplêndida reportagem de Waldy Rodrigues: "A evolução de Pôrto-Alegre através de dois séculos". Reportagem premiada em concurso da Prefeitura.

Revista do Ensino O número 20/21 que agora é pôsto em circulação da "Revista do Ensino" traz in-

Abril-Maio de 1941 teressante matéria referente aos problemas

P.-Alegre de educação e saúde no Rio Grande do Sul.

Além de abundantes informes sobre atos oficiais como leis, decretos circulares, etc., a Revista

publica ótima colaboração de conhecidos professores e médicos.

Darcí Azambuja publica uma esplêndida lição de sociologia: Fatores sociais coletivos — a imitação.

Bons artigos de Oscar Machado, Boris Seligman, Pepita Leão, Gaspar Ochôa, Leon Tochtrop, Heitor Silveira, Leônidas Machado, etc.

E' diretor da "Revista do Ensino" o Dr. Pery Diniz. Publica-se sob o patrocínio da Secretaria da Educação e do DES.

"Revista do Arquivo Municipal," A Revista do Arquivo Municipal de São Paulo distingue-se não só pela selecção das colaborações, como também por aparecer mensalmente, o que é quase inacreditável entre nós.

S. Paulo
Março 1941
Volume LXXIV

O primeiro artigo é um penetrante ensaio de Sud Menuci sobre as "Cartas Chilenas", curioso e inesgotável tema da história literária brasileira.

Um trabalho de investigação que tem por assunto a "A música em Tieté", de autoria do Sr. Benedito Pires de Almeida, procura continuar as pesquisas iniciadas por Mário de Andrade, admirável estudioso dos problemas brasileiros, levadas adiante principalmente ao

promover esplêndido inquérito a propósito do samba rural brasileiro, além, está claro, de uma série anterior de outros estudos de musicologia, todos repassados, como sempre, de cultura.

O estudo do Sr. Benedito Pires de Almeida está muito bem feito e procura acentuar os traços negros de nossos maestros e bandas. E' um bom ensaio histórico.

A "documentação social" é ocupada por uma memória onde se faz o "estudo comparativo de seis cartilhas em uso nas escolas paulistas" (Olga Strehlneck) e a "documentação histórica" se compõe de "ordens régias" para o Senado da Câmara de Santo Amaro", "Atas da Câmara de Santo Amaro", além de uma "cronologia dos presidentes, governador e interventores de S. Paulo" (Eduardo Hochne).

A parte de Arquivo de Etnografia e Folclore consta de um ótimo estudo de Herbert Baldus a respeito de "Maximiliano, príncipe de Wied-Neuwied" cujo livro de viagens acaba de ser divulgado em língua portuguesa e com uma memória "Nos sertões do Brasil" de Fritz Krause, memória com muita coisa interessante!

Ainda uma parte de "documentação jurídica".

Ressalte-se a quantidade de boas notas bibliográficas.